

# IHU ONLINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 427 - Ano XIII - 16/09/2013 - ISSN 1981-8769



## A política desnudada. Cinco séculos de O Príncipe, de Maquiavel

**Helton**

**Adverse:**

Uma política da incerteza e do conflito

**António Bento:**

Maquiavel, o pai da filosofia política moderna

**José Antonio**

**Martins:**

A corrupção política e a falta de *virtù*

**Perfil:**

A filosofia substantiva de Franklin Leopoldo e Silva

**Colby Dickinson e Adam Kotsko:**

Agamben e a estreita relação entre filosofia e teologia

**Gelson Luiz Fiorentin:**

Abordagem interdisciplinar da saúde pública em debate

E MAIS



# A política desnudada. Cinco séculos de O Príncipe, de Maquiavel

O que faz com que uma obra como **O Príncipe**, de **Nicolau Maquiavel**, siga suscitando debates e sendo importante para compreendermos o fenômeno político cinco séculos após sua publicação? Para além do senso comum, que estabelece um nexo direto entre as ideias do pensador florentino e toda a sorte de vilanias que seriam aceitáveis na política, a **IHU On-Line** desta semana ouviu diversos especialistas para ponderar o impacto desse pensamento até nossos dias.

Para **Helton Adverse**, da Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG, **Maquiavel** é autor de ideias que deixaram marcas indeléveis na reflexão política ocidental, sem o apelo à transcendência para explicar o fenômeno político.

**Antônio Bento**, filósofo docente na Universidade da Beira Interior, em Portugal, assevera que **Maquiavel** pode ser considerado o pai da filosofia política moderna. A despeito do ódio e desprezo imensos que gerou, sua influência política jamais deixou de ser sentida.

De acordo com **José Antônio Martins**, da Universidade Estadual de Maringá — UEM, a partir dos escritos do florentino, a corrupção deve ser compreendida como uma doença que inicia em determinada parte do corpo político e, se não for debelada, continua a se expandir.

Para **José Luiz Ames**, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná — Unioeste, uma das novidades dos escritos de **Maquiavel** foi a reflexão sobre a política e o Estado enquanto este ainda estava em formação.

Categorias médicas foram utilizadas por **Maquiavel** em seu pensamento político, mas de modo transformado, observa **Marie Gaille**, da Universidade Paris Diderot, na França.

**Ricardo Fubini**, da Università degli Studi di Firenze, na Itália, considera **Maquiavel** o precursor das revoluções modernas, e localiza a ruptura com a tradição e a violência que isso implica como basilares de seu pensamento.

**Marco Vanzulli**, professor na Universidade degli Studi di Milano-Bicocca, na Itália, aponta **O Príncipe** como uma obra que é um verdadeiro campo de batalha. A investigação maquiaveliana sobre a natureza do poder, o que ele é e como exercê-lo seguem atuais, pontua. Trata-se de um pensamento que analisa de modo lúcido a “política antes do advento do pensamento único da liberal-democracia”.

**Gonzalo Rojas**, da Universidade Federal de Campina Grande, na Paraíba, diz que, para **Gramsci**, **Maquiavel** inova ao compreender a política como uma ciência autônoma, com princípios e leis particulares, diferentes daqueles utilizados na moral e na religião.

Na obra fundamental de **Maquiavel** não há um modelo, projeto ou filo-

sofia que oriente a política com vistas a uma sociedade melhor, acentua **Bernardo Alfredo Mayta Sakamoto**, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná — Unioeste.

**Alessandro Pinzani**, da Universidade Federal de Santa Catarina — UFSC, assinala que, para **Maquiavel**, um bom príncipe é aquele que consegue estabelecer “um domínio capaz de sobreviver-lhe”.

A obra **Agamben and theology** (London: T & T Clark International, 2011), de **Colby Dickinson**, professor da Universidade Loyola, em Chicago, é debatida pelo próprio autor e por **Adam Kotsko**, docente no Shimer College, também em Chicago. A política é “espetáculo religioso mal disfarçado” e é preciso que **Agamben** aprofunde o nexo entre **Paulo** e o desenvolvimento do pensamento econômico, afirmam.

O Prof. Ms. **Gelson Luiz Fiorentin** concede uma entrevista explicando do que se trata e como será o **II Seminário do Mercosul sobre pediculose, escabiose e tungíase: uma abordagem interdisciplinar**, que ocorre no final do mês de setembro na Unisinos.

A revista **IHU On-Line** está disponível em **html**, **pdf**, e ‘**versão para folhear**’ na página eletrônica do IHU.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana!



Instituto Humanitas  
Unisinos

Endereço: Av.  
Unisinos, 950,  
São Leopoldo/RS.  
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 – ramal 4128.  
E-mail: [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br).

Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling.  
Gerente Administrativo: Jacinto  
Schneider ([jacintos@unisinos.br](mailto:jacintos@unisinos.br)).

## IHU

**IHU On-Line** é a revista  
semanal do Instituto  
Humanitas Unisinos — IHU  
ISSN 1981-8769.

**IHU On-Line** pode ser  
acessada às segundas-feiras,  
no sítio [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br).

Sua versão impressa circula às  
terças-feiras, a partir das 8h,  
na Unisinos.

### REDAÇÃO

Diretor de redação: Inácio  
Neutzling ([inacio@unisinos.br](mailto:inacio@unisinos.br)).

Redação: Inácio Neutzling,  
Andriolli Costa MTB 896/MS  
([andriollicb@unisinos.br](mailto:andriollicb@unisinos.br)),  
Luciano Gallas MTB 9660  
([lucgallas@unisinos.br](mailto:lucgallas@unisinos.br)),  
Márcia Junges MTB 9447  
([mjunges@unisinos.br](mailto:mjunges@unisinos.br)), Patrícia  
Fachin MTB 13.062  
([prfachin@unisinos.br](mailto:prfachin@unisinos.br)) e  
Ricardo Machado MTB 15.598  
([ricardom@unisinos.br](mailto:ricardom@unisinos.br)).  
Revisão: Carla Bigliardi

Colaboração: César Sanson,  
André Langer e Darli Sampaio,  
do Centro de Pesquisa e Apoio  
aos Trabalhadores — CEPAT, de  
Curitiba-PR.

Projeto gráfico: Agência  
Experimental de Comunicação  
da Unisinos — Agexcom.  
Editoração: Rafael Tarcísio  
Forneck

Atualização diária do sítio:  
Inácio Neutzling, Patrícia Fachin,  
Fernando Dupont, Mariana  
Staudt, Wagner Altes Moraes da  
Silva e Suélen Farias

# LEIA NESTA EDIÇÃO

## TEMA DE CAPA | Entrevistas

- 5 **Biografia**
- 6 **Helton Adverse:** Uma política da incerteza e do conflito
- 10 **Antônio Bento:** Maquiavel, o pai da filosofia política moderna
- 19 **José Antonio Martins:** A corrupção política e a falta de *virtù*
- 24 **José Luiz Ames:** A atualidade do republicanismo maquiaveliano
- 29 **Marie Gaille:** O governante e o médico e a importância do prognóstico antecipado
- 34 **Riccardo Fubini:** Maquiavel, o precursor das revoluções modernas
- 38 **Marco Vanzulli:** Uma obra que é um campo de batalha
- 43 **Gonzalo Rojas:** A política desnudada
- 47 **Bernardo Alfredo Mayta Sakamoto:** O Príncipe e a falta de uma utopia política
- 51 **Alessandro Pinzani:** Maquiavel e as instituições estáveis como objetivo da ação política
- 55 **Baú da IHU On-Line**

## DESTAQUES DA SEMANA

- 57 **PERFIL:** A filosofia substantiva de Franklin Leopoldo e Silva
- 61 **LIVRO DA SEMANA:** Colby Dickinson e Adam Kotsko: Agamben e a estreita relação entre filosofia e teologia
- 67 **Destaques On-Line**

## IHU EM REVISTA

- 73 **Agenda de Eventos**
- 75 **Retrovisor**
- 76 **Publicação em Destaque:** A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e sociedade
- 77 **Entrevista de Eventos:** Gelson Luiz Fiorentin: Abordagem interdisciplinar da saúde pública em debate
- 79 **Sala de Leitura**



[twitter.com/ihu](https://twitter.com/ihu)



<http://on.fb.me/o26cNs>



[www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)

# Tema de Capa

Destques  
da Semana

IHU em  
Revista

# Biografia

Nicolau Maquiavel (1469-1527) nasceu em Florença, na Itália. Foi historiador, poeta, diplomata e músico italiano do Renascimento. É reconhecido como fundador do pensamento e da ciência política moderna, pelo fato de ter escrito sobre o Estado e o governo como realmente são, e não como deveriam ser. Os recentes estudos do autor e da sua obra admitem que seu pensamento foi mal interpretado historicamente.

Desde as primeiras críticas, feitas postumamente pelo cardeal inglês Reginald Pole, as opiniões, muitas vezes contraditórias, acumularam-se, de forma que o adjetivo maquiavélico, criado a partir do seu nome, significa esperteza, astúcia, aleivosia, maldade.

Maquiavel viveu a juventude sob o esplendor político da República Florentina durante o governo de Lourenço de Médici e entrou para a política aos 29 anos de idade no cargo de Secretário da Segunda Chancelaria. Nesse cargo, observou o comportamento de grandes nomes da época

e a partir dessa experiência retirou alguns postulados para sua obra. Depois de servir em Florença durante 14 anos foi afastado e escreveu suas principais obras. Conseguiu também algumas missões de pequena importância, mas jamais voltou ao seu antigo posto como desejava.

Como renascentista, Maquiavel se utilizou de autores e conceitos da Antiguidade clássica de maneira nova. Um dos principais autores foi Tito Lívio<sup>1</sup>, além de outros lidos através de traduções latinas, e, entre os conceitos apropriados por ele, encontram-se o de virtú e o de fortuna.

## O Príncipe

“O Príncipe” é provavelmente o livro mais conhecido de Maquiavel e foi escrito no ano de 1513, apesar

de publicado postumamente, em 1532. Teve origem com a união de Giuliano de Médici e do Papa Leão X, com a qual Maquiavel viu a possibilidade de um príncipe finalmente unificar a Itália e defendê-la contra os estrangeiros, apesar de dedicar a obra a Lourenço de Médici II, mais jovem, de forma a estimulá-lo a realizar esta empreitada. Outra versão sobre a origem do livro diz que ele o teria escrito em uma tentativa de obter favores dos Médici, contudo ambas as versões não são excludentes.

A obra está dividida em 26 capítulos. No início ela apresenta os tipos de principado existentes e expõe as características de cada um deles. A partir daí, defende a necessidade de o príncipe basear suas forças em exércitos próprios, não em mercenários. Após tratar do governo propriamente dito e dos motivos por trás da fraqueza dos Estados italianos, conclui a obra fazendo uma exortação para que um novo príncipe conquiste e liberte a Itália.

Fonte: <http://bit.ly/sigVc>

<sup>1</sup> Tito Lívio (59 a.C.-17 d.C.): historiador romano. Autor de *Ab urbe condita* (Desde a fundação da cidade), na qual narra a história de Roma desde sua fundação, em 753 a.C., até o início da Era Cristã. Escrevia em latim. (Nota IHU On-Line)

Acesse [www.ihu.unisinos.br/entrevistas](http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas) e confira diariamente importantes debates conjunturais

**ENTREVISTAS**

As mais recentes entrevistas realizadas pela equipe do IHU. Confira uma nova entrevista por dia.

Segunda, 17 de julho de 2013

**Outono Indígena. Entrevista especial com Jorge Eremites de Oliveira**

**"O governo federal tem oltido para os povos indígenas com a lente do agronegócio, recebida do movimento ruralista. Isso faz parte da lógica do desenvolvimento econômico a qualquer custo e atende a projeto político para a disputa de eleições futuras", diz o historiador.**

Confira a entrevista.

Foto: racismoambiental.net.br

\*A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de [...]

**NOTÍCIAS**

Em resposta à violência, manifestantes preparam maior protesto em São Paulo, João. Rio, Brasília e Belo Horizonte, também protestam

Policia atira bombas contra manifestantes e famílias na Quinta da Boa Vista

Protestos no Maracá: "Da Copa e do abraço, e que o mais ditatório para a saúde e a educação"

\*Não que temos apenas oitro. Que temos também pão, trito da justiça social", diz a nota do CONIC

Maracá tem estreita conexão em Copa das Confederações

# Uma política da incerteza e do conflito

Autor de ideias que deixaram marcas indeléveis na reflexão política ocidental, Maquiavel se recusa a enquadrar a política em um esquema normativo, observa Helton Adverse. Sem o apelo à transcendência para explicar o fenômeno político, o florentino reconhece no Estado o aglutinador e organizador do conflito

POR MÁRCIA JUNGES

**M**aquiavel é um pensador que “mina nossas certezas, abala nossas convicções e nos alerta que, ao adentrarmos no domínio da ação política, somos vulneráveis aos efeitos daquilo que nós mesmos produzimos, sem ter sobre as ações um controle definitivo”. A reflexão é do filósofo Helton Adverse, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. “Um livro como *O Príncipe* esclarece que o poder é algo a ser sempre conquistado; mostra também que as circunstâncias que o condicionam são mutáveis e que o homem político deve, se quiser continuar a exercer o poder, demonstrar sensibilidade às alterações trazidas pelo tempo”. Seu pensamento, destaca Adverse, “se alimenta das (e está também exposto às) instabilidades do campo político que examina”, e não deve ser considerado como uma obra acabada ou sistemática, pois “não oferece um saber seguro sobre a ação política de modo a proporcionar àquele que o conhecesse o êxito duradou-

ro. Pelo contrário. Ao incorporar como um dos conceitos fundamentais de sua reflexão a noção de Fortuna, Maquiavel conserva, no interior de sua própria ‘filosofia política’, a incerteza e o inacabamento da ação política”. A atualidade da obra de Maquiavel se dá, entre outros aspectos, por pensar o caráter relacional do exercício do poder, o que pressupõe “seu constante enfrentamento e a necessidade de seu rearranjo. Nesse sentido, a atual crise de representatividade é mais um capítulo da história política moderna na qual o povo foi alçado ao patamar de agente político”.

Helton Adverse é graduado em Psicologia pela Fundação Mineira de Educação e Cultura, mestre e doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG com a tese *Aparência, retórica e juízo na filosofia política de Maquiavel*. Docente na UFMG, é autor de *Maquiavel. Política e Retórica* (Belo Horizonte: UFMG, 2009).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Qual é a relação entre aparência, retórica e juízo na filosofia política de Maquiavel?**

**Helton Adverse** - Em diversas passagens de seus livros, Maquiavel chama a atenção para o seguinte fato: as relações de poder não são devidamente compreendidas se não forem referidas à dimensão “imaginária” da política. Isto significa que aquele que exerce o poder (o príncipe) deve levar em consideração, no exercício de seu governo, o impacto que sua imagem exerce sobre aqueles que governa. Esta é, certamente, uma máxima prudencial conhecida muito antes de Maquiavel. Porém, o que

está em questão não é simplesmente a necessidade de o governante recorrer a um conjunto de técnicas que lhe assegurem a composição de uma boa imagem tendo em vista a dominação: na verdade, Maquiavel observa que o problema da imagem e da aparência está no fundamento do poder. Dizendo de outra maneira, a imagem não é algo acessório, um mero “fenômeno de superfície” da política, mas um dos eixos em torno dos quais se estruturam as relações de poder. Caso a imagem fosse este mero “fenômeno de superfície”, aumentariam as possibilidades de o príncipe dominar uma técnica que lhe asseguraria um firme

controle sobre seus subordinados, o que resolveria a política em um jogo de aparências no qual a “verdadeira política” seria a dos bastidores, isto é, não seria visível a não ser para aqueles que se encontram no centro do poder. Ora, Maquiavel nos diz exatamente o contrário.

## Ser e aparência

Por exemplo, em um trecho muito conhecido, presente no capítulo XVIII de *O Príncipe*, ele afirma que os homens, em sua maioria, julgam com os olhos, ou seja, julgam à distância; poucos são aqueles que “podem tocar” o príncipe e, consequente-



mente, julgá-lo com “as mãos”. Estes “muitos” que julgam com os olhos, Maquiavel denomina “vulgo”, e, diz ele, no mundo “só existe o vulgo”. É, portanto, neste encontro com o “vulgo”, sendo objeto de seu juízo, que o príncipe se constitui como um homem de poder. O juízo elaborado na proximidade do tato, embora seja politicamente relevante, é insuficiente para a conformação do espaço político. Mais precisamente, este juízo não é “originário” do político porque não é um juízo “público”. O “juízo das mãos” indica a necessidade de uma “técnica” política (o homem de poder deve saber o que faz e saber se distinguir de sua pessoa pública).

Contudo, a “primazia” do “juízo do olhar” embaralha a distinção entre homem público e homem privado, o que nos permite entender que no espaço político não é possível distinguir ser e aparência. É exatamente devido a essa impossibilidade de separar ser e aparência que a política revela sua “homologia estrutural” com a retórica. O discurso retórico se caracteriza pela suspensão dessa distinção, tomando as palavras em sua capacidade “efetiva”, isto é, sua força plástica, seu poder de conformação da realidade. Nesse sentido, a retórica não concerne à essência das coisas; antes, ela é o discurso que pressupõe e, ao mesmo tempo, reinaugura a coincidência entre ser e aparecer.

### **IHU On-Line - Como política e aparência se conciliam no pensamento de Hannah Arendt<sup>1</sup> a partir de suas leituras de Maquiavel?**

<sup>1</sup> Hannah Arendt (1906-1975): filósofa e socióloga alemã, de origem judaica. Foi influenciada por Heidegger, Husserl e Karl Jaspers. Em consequência a perseguições nazistas, em 1941, partiu para os Estados Unidos, onde escreveu grande parte das suas obras. Lecionou nas principais universidades deste país. Sua filosofia assenta numa crítica à sociedade de massas e à sua tendência para atomizar os indivíduos. Preconiza um regresso a uma concepção política separada da esfera econômica, tendo como modelo de inspiração a antiga cidade grega. Entre suas obras, estão: *Eichmann em Jerusalém - Uma reportagem sobre a banalidade do mal* (Lisboa: Tenacitas, 2004) e *O Sistema Totalitário* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978). Sobre Arendt, confira as edições 168 da IHU On-Line, de 12-12-2005, sob o título *Hannah Arendt, Simone Weil e*

**Helton Adverse** - Sob diversos aspectos, o pensamento de Maquiavel exerceu influência sobre Hannah Arendt. Alguns dos temas centrais da obra da filósofa alemã mantêm estreita relação com as preocupações maiores de Maquiavel, dentre eles o problema da fundação do corpo político. No entanto, acredito que seja importante destacar um ponto fundamental, para o qual suas obras convergem: apesar das diferentes vias que seguem, ambos os pensadores concordam que na política ser e parecer coincidem. A via, porém, que conduz Arendt a esta conclusão passa por Maquiavel. Isto fica claro quando lemos as considerações da autora sobre a natureza da ação política, presentes sobretudo em seu livro *A Condição Humana* (São Paulo: Forense Universitária, 2010). Um dos traços característicos da ação é sua irredutibilidade a categorias como meio e fim, o que significa que, em certa medida, a ação é fim nela mesma. Sendo assim, é possível identificar o elemento propriamente “performativo” na política. Arendt, então, relembra (ao contrário da tradição interpretativa que vê no florentino o pensador do pragmatismo político) que Maquiavel já havia intuído esta dimensão performática com seu conceito de *virtù*. Na leitura de Arendt, o conceito maquiaveliano é mais bem compreendido à luz das artes performativas, como o teatro. Isso não significa identificar o espaço político com o palco, mas a analogia permite compreender que, à semelhança de um ator, o agente político aparece em um espaço público no qual, por meio de sua ação, uma história é realizada e uma personagem ganha existência. A qualidade requerida para a excelência desta atuação seria, no entender de Arendt, o que Maquiavel chamou de *virtù* e sua consequência mais visível seria a *glória*.

*Edith Stein. Três mulheres que marcaram o século XX*, disponível em <http://bit.ly/v0aMxT>, e 206, de 27-11-2006, intitulada *O mundo moderno é o mundo sem política. Hannah Arendt 1906-1975*, disponível em <http://bit.ly/1aEYDyQ>. Nas Notícias Diárias de 04-12-2006, você confere a entrevista Um pensamento e uma presença provocativos, concedida com exclusividade por Michelle-Irène Brudny, disponível em <http://bit.ly/17SjvPl>. (Nota da IHU On-Line)

Ora, parece claro que reencontramos o problema da indistinção entre ser e parecer em Maquiavel. Com efeito, a *virtù* (como excelência performativa plenamente efetivada na glória) manifesta toda sua potencialidade somente sob a condição de que esteja abolida a distância que separa o ser de seu aparecer: sem a chance-la do reconhecimento, o homem de *virtù* vê abortadas as possibilidades de se constituir como um homem de poder.

### **IHU On-Line - Qual é o nexó entre o desejo de liberdade e a República no pensamento maquiaveliano? Qual é a atualidade dessa concepção?**

**Helton Adverse** - A república, para Maquiavel, é a única forma de organização política na qual os homens encontram a liberdade política. Isso porque a república implica, por um lado, a não dominação dos cidadãos por um grupo em especial ou por um único homem (todos estão submetidos à lei). Por outro lado, a república corresponde a uma forma de associação política na qual os cidadãos se veem na necessidade de participar mais ou menos ativamente da vida pública, isto é, os cidadãos exercem efetivamente o poder. Mas é preciso lembrar que o desejo de liberdade não é um desejo “natural”, o que quer dizer que Maquiavel o compreende como um desejo político, que se constitui no âmbito da vida política. Em princípio, ele é reativo, isto é, ele é um desejo (típico daqueles que Maquiavel chama de “povo”) de não ser dominado pelos homens que têm proeminência e que desejam dominar (que Maquiavel chama de “grandes”). Porém, o desejo de liberdade ultrapassa o limite de uma categoria de cidadãos (o “povo”), uma vez que ele pode coincidir com o bem comum, isto é, estar livre da opressão e viver sob leis. É esta capacidade de “universalização” do desejo de liberdade que o transforma no desejo político por excelência e que permite compreender por que a república é a única forma de associação política capaz de satisfazê-lo.

Esta concepção de “liberdade pública” conserva sua atualidade pela seguinte razão: podemos facilmente

ver que os conflitos entre diferentes interesses caracterizam a arena pública e podemos igualmente ver que a liberdade política não decorre de sua supressão, mas de nossa capacidade, como cidadãos, de absorvê-los e subordiná-los ao bem comum.

**IHU On-Line - Em que consiste a arte da guerra, em Maquiavel? Quais são os pensadores que o influenciaram no desenvolvimento desse conceito?**

**Helton Adverse** - *Da Arte da Guerra* integra as considerações políticas de Maquiavel, longe de se constituir como algo secundário. Vale a pena notar que, dentre os “escritos políticos”, o livro sobre a arte da guerra foi o único publicado durante a vida de Maquiavel. Nesta obra, várias de suas teses políticas são identificadas e apresentadas sob uma nova luz. Por exemplo, o importante tema da *imitação* dos antigos ganha um novo tratamento, circunstanciado na reflexão sobre a ordenação da força militar. O tema da força e sua relação com a política aí também encontra lugar, assim como o da fraude e da dissimulação. Mas é necessário observar que a questão da milícia é, por si só, algo de extrema importância para Maquiavel, desde a época em que ocupava o cargo de secretário da Segunda Chancelaria de Florença. Já nessa época Maquiavel estava convencido de que a organização de uma força militar é crucial para uma cidade assegurar sua independência e dar vazão a suas ambições políticas. Junte-se a isso o fato de que a prática militar é um poderoso instrumento de consolidação da virtude cívica. Em poucas palavras, a arte da guerra é imprescindível para a vida política na medida em que atende a uma necessidade externa (a defesa da cidade) e a uma necessidade interna (a educação cívica).

Vale ainda lembrar que Maquiavel encontra muitos antecessores em sua reflexão sobre o tema. Podemos destacar dois: o primeiro, o romano Vegetius<sup>2</sup>; o segundo, bem mais pró-

ximo de Maquiavel, Leonardo Bruni<sup>3</sup>. Do clássico de Vegetius (*De re militari*), Maquiavel retoma as linhas gerais da argumentação, assim como o tom nostálgico. Do *De militia*, de Bruni, a vigorosa defesa do estabelecimento de armas próprias e a crítica ao costume florentino de contratar mercenários. O que se sobressai das diversas linhas argumentativas desenvolvidas por Maquiavel, é o reconhecimento da limitação de uma concepção essencialmente “irênica” da política, isto é, a ignorância de que as armas, como ele afirma no capítulo XII, de *O Príncipe*, sejam um dos fundamentos do Estado.

**IHU On-Line - E quanto à questão do uso da força na política, como esta se apresenta ao longo de seus escritos?**

**Helton Adverse** - Como afirma o citado capítulo XII de *O Príncipe*, um dos alicerces do domínio político são as armas; logo, a força. Porém, é necessário lembrar que as armas não esgotam o tema da força. O capítulo XVIII de *O Príncipe* destaca duas formas de “combate político”: a forma “humana” (as leis) e a forma “bestial” (a força). Daí é possível seguir duas séries de considerações: a primeira nos faz entender que a força está integrada à vida política como um dos aspectos da ação. Nesse sentido, não é razoável para Maquiavel acreditar que o campo da política seja essencialmente o domínio da harmonia, da concórdia e do consenso. Maquiavel está ciente de que a forma “humana” da ação encontra seus limites na própria natureza da vida política: em momentos cruciais (como o da guerra, mas não apenas) o exercício do poder não pode dispensar o exercício da força e a presença de algum grau de violência. Dizendo de outra maneira, a política não pode ser reduzida à experiência do diálogo e do entendimento e do uso da racionalidade. Por outro lado (e essa é a segunda série de considerações), a for-

ça, além da dimensão real, comporta também uma dimensão imaginária e simbólica, o que quer dizer que a força é efetiva não apenas nas “vias de fato”, mas também por aquilo que deixa entender e faz suspeitar. Nesse sentido, a força é tão mais eficaz politicamente quanto mais é suposição de força, e o homem de poder é tão mais poderoso quanto mais hábil é ao se movimentar na margem ampla construída pela imaginação política. Esta é uma lição que Hobbes<sup>4</sup> aprendeu e que irá desempenhar um papel fundamental em sua teoria política.

**IHU On-Line - O que muda na concepção de Estado e poder a partir dos escritos desse pensador?**

**Helton Adverse** - O pensamento de Maquiavel deixou marcas profundas na reflexão política ocidental. Sob diversos aspectos, ele pode ser considerado um precursor, dando, pela primeira vez, um tratamento conceitual a temas tão importantes quanto o do conflito político, o da revolução, o da aparência, etc. Além disso, vale a pena notar que Maquiavel se recusa a enquadrar a política em um esquema normativo. Esta é a origem da rotulação de sua obra como “realista”, o que é pertinente em certo sentido. Entretanto, o que me parece fundamental é que Maquiavel assume, com muita coragem, os riscos de pensar a política sem qualquer referência a fatores transcendentais. Por esse motivo, seu pensamento se alimenta das (e está também exposto às) instabilidades do campo político que examina. Seu pensamento não é uma obra acabada, sistemática, não oferece um saber seguro sobre a ação política de modo a proporcionar àquele que o conhecesse o êxito duradouro. Pelo

<sup>4</sup> Thomas Hobbes (1588-1679): filósofo inglês. Sua obra mais famosa, *O Leviatã* (1651), trata de teoria política. Neste livro, Hobbes nega que o homem seja um ser naturalmente social. Afirma, ao contrário, que os homens são impulsionados apenas por considerações egoístas. Também escreveu sobre física e psicologia. Hobbes estudou na Universidade de Oxford e foi secretário de Sir Francis Bacon. A respeito desse filósofo, confira a entrevista *O conflito é o motor da vida política*, concedida pela Profa. Dra. Maria Isabel Limongi à edição 276 da revista IHU On-Line, de 06-10-2008. O material está disponível em <http://bit.ly/q6WrNa>. (Nota da IHU On-Line)

<sup>2</sup> Vegetius (Publius Flavius Vegetius Renatus): escritor do Império Romano. Escreveu *Epitoma rei militaris* (também conhecida como *De re militari*) e *Digesta Artis Mulomedicinae*, um guia

para a medicina veterinária. (Nota da IHU On-Line)

<sup>3</sup> Leonardo Bruni (1369-1444): Filósofo humanista, historiador, chanceler italiano e secretário papal de quatro pontífices. É reconhecido como um dos primeiros historiadores modernos (Nota da IHU On-line)



contrário. Ao incorporar como um dos conceitos fundamentais de sua reflexão a noção de Fortuna, Maquiavel conserva, no interior de sua própria “filosofia política”, a incerteza e o inacabamento da ação política.

### No campo da incerteza

A leitura de sua obra, por conseguinte, nos revela uma face da vida política que até então permanecia na sombra em razão da ênfase concedida à racionalidade e à previsibilidade. Maquiavel faz exatamente o oposto: mina nossas certezas, abala nossas convicções e nos alerta que, ao adentrarmos no domínio da ação política, somos vulneráveis aos efeitos daquilo que nós mesmos produzimos, sem ter sobre as ações um controle definitivo. Certamente, isso faz reformular alguns conceitos-chave na tradição do pensamento político, como o conceito de poder. Tenho a impressão de que Maquiavel demonstra que ele é essencialmente “relacional”, porque não tem outro fundamento a não ser o que deriva da própria ação humana.

Um livro como *O Príncipe* esclarece que o poder é algo a ser sempre conquistado; mostra também que as circunstâncias que o condicionam são mutáveis e que o homem político deve, se quiser continuar a exercer o poder, demonstrar sensibilidade às alterações trazidas pelo tempo. Com relação ao conceito de Estado, não é raro atribuir a Maquiavel a responsabilidade por sua primeira formulação teórica. Esta é uma questão que divide os comentadores. Quanto a mim, creio que valha a pena assinalar que Maquiavel intui algo que será definitivamente incorporado na história teórica e prática do Estado moderno: o Estado encontra, como condição de possibilidade de seu surgimento, o conflito. Em outras palavras: existe Estado na medida em que os conflitos que estruturam e convulsionam a vida política requerem a existência de uma estrutura institucional que os acomodem sem suprimi-los.

**IHU On-Line - Em que medida o conjunto da obra de Maquiavel pode nos ajudar a repensar a problemática da corrupção no Estado moderno?**

**Helton Adverse** - A corrupção é uma possibilidade da vida política que

**“Maquiavel intui algo que será definitivamente incorporado na história teórica e prática do Estado moderno: o Estado encontra, como condição de possibilidade de seu surgimento, o conflito”**

jamais será totalmente eliminada. Toda e qualquer comunidade política é sujeita à corrupção porque os tempos e as circunstâncias mudam, o que a leva a perder sua força e vitalidade originárias. É importante colocar o problema nesses termos para evitar o tratamento exclusivamente moral do problema da corrupção política. Não há dúvidas de que a corrupção, entendida como ação criminosa realizada individualmente ou em grupo, e na qual o interesse coletivo é preterido tendo em vista o interesse privado, é um problema político grave. Contudo, um pensador como Maquiavel nos ajuda a entender as causas profundas da corrupção, e elas não são encontradas na suposta natureza egoísta do homem, muito menos na maldade intrínseca a determinados grupos sociais. A corrupção, para Maquiavel, é um problema que concerne a todo o corpo político: ela assinala a incapacidade dos cidadãos (em geral) de encontrar ou manter a forma política adequada a seus anseios. Consequentemente, a corrupção tem de ser referida à história política de um povo, na qual será possível aferir o grau de comprometimento que o vincula a suas instituições, ao mesmo tempo que evidencia a qualidade política dessas mesmas instituições. Se

dirigirmos nossa atenção para o atual problema da corrupção, poderemos então nos perguntar se ele não indica a limitação de nossas instituições políticas, sua incapacidade de assegurar uma participação política mais efetiva e fomentar um engajamento político mais consistente.

**IHU On-Line - O que O Príncipe, de Maquiavel, tem a nos dizer em um momento no qual a democracia representativa passa por grandes questionamentos não só no Brasil, mas em grande parte do mundo?**

**Helton Adverse** - *O Príncipe* é um livro escrito em um contexto de crise, no qual as comunidades políticas italianas se veem ameaçadas por inimigos externos, mas também por sua própria incapacidade política de assegurar uma ordem estável no âmbito interno. Momentos como este são valiosos do ponto de vista teórico, porque nos permitem enxergar mais claramente quais são os fundamentos sobre os quais se assentam nossa vida coletiva. Encontramos, então, a ocasião propícia para passar em exame esses fundamentos e, no que concerne à prática política, é o momento oportuno para reformular e reformar.

Por outro lado, o livro de Maquiavel permite compreender que os questionamentos e a instabilidade são inerentes à vida política moderna. Se o exercício do poder é sempre “relacional”, nada mais natural do que seu constante enfrentamento e a necessidade de seu rearranjo. Nesse sentido, a atual crise de representatividade é mais um capítulo da história política moderna na qual o povo foi alçado ao patamar de agente político. Sem querer menosprezar o impacto que manifestações e protestos mais ou menos ruidosos, mais ou menos violentos, podem ter, é necessário lembrar que o povo é, por natureza, refratário a qualquer representação definitiva. Nesse sentido, sempre haverá um *déficit* de representatividade nas democracias modernas. Tenho a impressão de que ao reconhecer, em seus escritos, o papel político do povo — e a inevitável turbulência que produz na vida pública —, Maquiavel vislumbrou um elemento essencial de nossa atualidade política.

# Maquiavel, o pai da filosofia política moderna

Segundo o filósofo António Bento, o maquiavelismo “sobreviveu” ao seu criador, mesmo entre aqueles que se diziam seus inimigos políticos. Thomas Hobbes foi largamente influenciado pelas ideias do florentino ao compor o Leviathan

POR MÁRCIA JUNGES

“Os termos ‘maquiavelismo’ e ‘maquiavélico’ se impuseram no imaginário político moderno europeu como sinônimos de uma ação política baseada na fraude, na violência e na impiedade”, reflete o filósofo português António Bento, na entrevista que concedeu, por e-mail, à **IHU On-Line**. E acrescenta: “acusar um determinado inimigo político de ‘maquiavelismo’ e estigmatizar publicamente os seus atos como ‘maquiavélicos’, constitui, no fundo, uma simples arma de arremesso político”. A influência política do pensador florentino, “a despeito de um desprezo e de um ódio imensos, jamais deixou de se sentir. Pelo contrário, antes ganhou mais e mais terreno, e, como de certa maneira não poderia deixar de acontecer, preferencialmente no próprio seio daqueles que se declaravam seus inimigos políticos”.

António Bento é doutor em Filosofia pela Universidade da Beira Interior — UBI, em Covilhã, Portugal, onde é vice-diretor do curso de Ciência Política e Relações Internacionais. Aí integra como investigador o Instituto de Filosofia Prática (IFP) e o Centro de Estudos Judaicos (CEJ). É membro do editorial da revista *Machiavelli and Machiavellism* integrada no Progetto Hypermachiavellism ([www.hpermachiavellism.net](http://www.hpermachiavellism.net)). Organizou e editou *Maquiavel e o Maquiavelismo* (Coimbra: Almedina, 2012) e *Razão de Estado e Democracia* (Coimbra: Almedina, 2012). Mais recentemente, organizou e editou (com José Rosa) *Revisiting Spinoza's Theological-Political Treatise* (Zürich — New York: Hildesheim, Georg Olms Verlag, 2013).

Confira a entrevista.

## IHU On-Line - O que é o maquiavelismo e o hipermaquiavelismo?

**António Bento** - Uma resposta adequada e, tanto quanto possível, exaustiva, à sua pergunta — na aparência tão genuína e simples — mobilizaria certamente uma biblioteca inteira, não uma biblioteca qualquer, nem sequer uma biblioteca especializada em estudos sobre Maquiavel, mas uma “biblioteca total”, digamos que à semelhança daquela “Biblioteca de Babel” concebida por Jorge Luis Borges<sup>1</sup>! Tal a “reputação” e tama-

inhas as lendas associadas ao nome Maquiavel!

Mas, enfim, para tentar responder concretamente à sua pergunta, começaria talvez por evocar um estudo de Gilles Deleuze<sup>2</sup> sobre a repercussão dos nomes de Sade e de Masoch na história da literatura médica, os quais, constituindo prodigiosos exemplos de eficácia clíni-

ca, estão na origem da designação, como se sabe, de duas perversões sexuais de base: o “sadismo” e o “masoquismo”. Aceitando provisoriamente e com reservas esta analogia, pode-se perguntar se Maquiavel não será também um daqueles grandes “doentes” típicos que emprestam às doenças (o “maquiavelismo”; o “hipermaquiavelismo”) os seus nomes próprios? Mas talvez devamos começar por modificar ligeiramente a pergunta, de modo a obtermos outro tipo de respostas, respostas que, precisamente, digam respeito a outro tipo de perguntas: não serão antes os “médicos” que, *a posteriori* e analisando de perto a “doença”, agrupam sintomas até então disso-

ge Luis Borges. A virtude da ironia na sala de espera do mistério, disponível <http://bit.ly/hjDZxG>. (Nota da IHU On-Line)

2 Gilles Deleuze (1925-1995): filósofo francês. Assim como Foucault, foi um dos estudiosos de Kant, mas tem em Bérson, Nietzsche e Espinosa poderosas interseções. Deleuze atualizou conceitos como os de *devenir*, *acontecimentos* e *singularidades*. (Nota da IHU On-Line)

1 Jorge Luis Borges (Jorge Francisco Isidoro Luis Borges Acevedo) (1899-1986): poeta, escritor, tradutor, crítico literário e ensaísta argentino. A *Revista IHU On-Line* dedicou a edição 193 ao autor Jor-

ciados (batizando-os, desbatizando-os e rebatizando-os) compondo um “quadro clínico” novo e original à custa de um sortilégio extraordinário e de um estranho poder de conotar signos (signos políticos, no caso de Maquiavel) que um determinado nome próprio possui e liberta?

## Maquiavelismos

A verdade é que os termos “maquiavelismo” e “maquiavélico” se impuseram no imaginário político moderno europeu como sinônimos de uma ação política baseada na fraude, na violência e na impiedade. Como quer que seja, “maquiavelismos” há e haverá, com toda a certeza, sempre muitos e diversos, de acordo, aliás, com as épocas da história e com os combates políticos que lhes dão forma. Já no século XVII, naquela que foi, sem dúvida, a primeira grande cruzada moralista — simultaneamente contrarreformista e protestante — contra os escritos e ensinamentos políticos de Maquiavel, existiram decerto o “maquiavelismo” de Maquiavel, o “maquiavelismo” dos “maquiavelistas” e o “maquiavelismo” dos “antimaquiavelistas”. E os “antimaquiavelismos” serão tantos quantos os potenciais inimigos — coevos, modernos, contemporâneos — de Maquiavel: anglicanismo ou protestantismo, jesuitismo ou galicanismo, tacitismo, cepticismo, fideísmo, ateísmo, etc. Cada uma destas seitas ou ideologias acusou as outras ou foi por elas acusada de “maquiavelismo”. A verdade é que, como observou alguns Thomas Berns<sup>3</sup>, “nenhuma se reivindicou do maquiavelismo, de tal modo que este inimigo comum e fugidio a que Maquiavel deu o seu nome parece ser o grande ausente do debate”.

Pierre Bayle<sup>4</sup>, por exemplo, na entrada “Maquiavel” do seu *Dictionnaire historique et critique* (1697), faz-se portador da opinião reinante segundo a qual o ensino do secre-

tário florentino possui um carácter “cínico”, “irreligioso”, “blasfemo”, “demoníaco”: “O público está persuadido de que o maquiavelismo e a arte de reinar tiranicamente são termos de igual significação”. Um século mais tarde, Toussaint Guiraudet<sup>5</sup> escrevia o seguinte num prefácio às *Œuvres de Machiavel*: “O nome de Maquiavel parece consagrado em todos os idiomas a recordar ou mesmo a expressar todos os desvios e as prevaricações da política mais astuciosa e mais criminosa. A maior parte de todos os que o pronunciaram, como a todas as outras palavras de uma língua, antes de saberem o que ele significa e de onde deriva... deve ter acreditado que era o nome de um tirano”. Federico Chabod<sup>6</sup>, por exemplo, para me deter apenas em um interessante estudioso contemporâneo da obra de Maquiavel, observa, a justo título, o modo como todos nós, mesmo antes de havermos lido — quanto mais estudado — as obras de Maquiavel, usamos, sem hesitações de qualquer espécie, o termo “maquiavelismo”: “É como se Maquiavel tivesse criado não a teoria da política, mas a própria política, sem mais; como se, antes dele, os monarcas tivessem sido todos eles candura, bondade e boa fé, e apenas de Maquiavel houvessem aprendido a reger o Estado com outros meios que não o pai-nosso”.

## A política como “o mal”

Em poucas palavras, tamanho é, enfim, o poder de sugestão da expressão “maquiavelismo”, que houve mesmo quem pretendesse traçar uma história do “maquiavelismo anterior a Maquiavel” (cf. Maurice Joly<sup>7</sup>, *Diálogo no Inferno entre Maquiavel e Montesquieu*, 1864) ou de um “maquiavelismo perpétuo e universal”, dando assim razão aos que pensam que o “mito do maquiavelismo” traz consigo não apenas uma identificação

da política com a perversidade, mas a acusação implícita de que a perversidade política absorve e resume em si mesma toda e qualquer forma de perversidade que o homem possa conhecer ou praticar. Por exemplo, do ponto de vista político que enforma a visão dos funcionários católicos governamentais da Contrarreforma, o “maquiavelismo”, depositário de toda a sorte de iniquidades e maldades, era a encarnação da imoralidade em política, uma encarnação de tal maneira forte que, como refere Claude Lefort<sup>8</sup>, “sugere a identificação da política com a imoralidade”. Mais: tendo em conta que a malignidade e a “tentação” do “maquiavelismo” é a malignidade e a “tentação” de obter o sucesso e o poder por meio do mal, “o maquiavelismo é o nome dado à política na medida em que ela é o mal” (Claude Lefort).

Ora, creio que o mesmo se poderá dizer dos dias de hoje, sobretudo se tivermos em conta, como observa Carl Schmitt<sup>9</sup> no seu opúsculo *O Conceito do Político*, que “todos os conceitos, representações e palavras políticas têm um sentido *polêmico*; visam a um antagonismo concreto e estão ligados a uma situação concreta cuja última consequência é um agrupamento amigo-inimigo, transformando-se em abstrações vazias e fantasmagóricas quando esta situação deixa de vigorar”. Sob esta perspectiva, acusar um determinado inimigo político de “maquiavelismo” e estigmatizar publicamente os seus atos como “maquiavélicos” constitui, no fundo, uma simples arma de arremesso político.

8 Jean-Claude Lefort (1924-2010): filósofo francês, autor, entre outros, de *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária* (São Paulo: Brasiliense, 1983) e *Desafios da escrita política* (São Paulo: Discurso Editorial, 1999). Por ocasião de seu falecimento, a IHU On-Line entrevistou a filósofa Olga Matos, na edição 348 da revista IHU On-Line, de 25-10-2010, disponível em <http://migre.me/34ol9> e intitulada *Claude Lefort e a invenção democrática*. (Nota da IHU On-Line)

9 Carl Schmitt (1888-1985): jurista e cientista político alemão. A IHU On-Line 139, de 2-05-2005, publicou o artigo *O pensamento jurídico-político de Heidegger e Carl Schmitt. A fascinação por noções fundadoras do nazismo*, do filósofo Yves-Chales Zarka, disponível em <http://bit.ly/TJcnLW>. (Nota da IHU On-Line)

3 Thomas Berns (1967): filósofo, professor de filosofia política, de filosofia da legislação e ética, Me. em Estudos da Renascença pela Universidade de Ferrara e Dr. em Filosofia e Letras pela Universidade Livre de Bruxelas. (Nota da IHU On-Line)

4 Pierre Bayle (1647-1706): filósofo e escritor francês. (Nota da IHU On-Line)

5 Toussaint Guiraudet (Charles Philippe Toussaint Guiraudet): autor e pesquisador da obra de Nicolau Maquiavel. (Nota da IHU On-Line)

6 Federico Chabod (1901-1960): historiador e político italiano. Desenvolveu sua tese na Universidade de Turin sobre a obra de Nicolau Maquiavel (Nota da IHU On-Line).

7 Maurice Joly (1829-1878): advogado e humorista francês. (Nota da IHU On-Line)

## Jesuitismo e maquiavelismo

A propósito do caráter semanticamente flutuante e politicamente estratégico dos termos “maquiavelismo” e “maquiavélico”, e para, finalmente, terminar de responder a uma pergunta cuja resposta é praticamente interminável, recorro às palavras certas de Claude Lefort na sua obra *Le travail de l'œuvre Machiavel*: “Enquanto na França o maquiavelismo é principalmente o símbolo de uma política de intolerância, cujo objetivo é sujeitar a religião ao serviço do governo, na Espanha ele associa-se aos partidários da tolerância, àqueles que são acusados de arruinar a unidade religiosa, com o fim único de assegurar o poder do Estado. Enquanto aos olhos dos jesuítas o maquiavelismo é o breviário da Reforma, para os protestantes ele confunde-se com o jesuitismo”.

Não por acaso, a assimilação do “jesuitismo” ao “maquiavelismo” tomou, num país católico como Portugal, foros de cidadania na formulação de um autor como António Sérgio<sup>10</sup>, o qual, opositor da ditadura de António Oliveira Salazar<sup>11</sup>, equacionou do seguinte modo ambos os «ismos» nos seus *Diálogos de Doutrina Democrática* (1933): “Um dia, num palácio dos arredores da cidade de Milão, a princesa italiana que nele morava mostrou-me um crucifixo de valor artístico, obra italiana do Renascimento. Admirei. ‘Agora’, disse-me a dona, ‘puxe pela parte superior da cruz.’ Puxei. Cedeu. Brilhou uma lâmina. Era um punhal com a forma exterior de um crucifixo. Aí tens a imagem da perversão da mente a que eu dou o nome de ‘jesuitismo’. A religião exterior e o mal interior; a política a destruir a ética; a ordem aparente a corromper o espírito, a coerência íntima; a verdade sacrificada a um efeito sensível”.

**IHU On-Line - Em que medida esses conceitos transcendem ou**

10 António Sérgio (1883-1969): filósofo português dedicado aos estudos da política, educação e da história. (Nota da IHU On-Line)

11 António de Oliveira Salazar (1889-1970): político nacionalista português. Instituiu o Estado Novo em 1933 e, na condição de Presidente do Conselho de Ministros, implementou um regime de inspiração fascista, governando o país como um ditador até 1968. (Nota da IHU On-Line)

**mesmo extrapolam as ideias propostas por Maquiavel?**

**António Bento** - Creio que a resposta anterior deixa já entrever as chaves para a compreensão do que alguns comentadores chamam de “o enigma Maquiavel”. Em todo o caso, talvez importe sublinhar, uma vez mais, o caráter semanticamente flutuante e politicamente estratégico dos conceitos em questão. No fundo, o que eles significam é algo de muito simples, mas tremendamente efetivo, a saber: que a influência política de Maquiavel, a despeito de um desprezo e de um ódio imensos, jamais deixou de se sentir. Pelo contrário, antes ganhou mais e mais terreno, e, como de certa maneira não poderia deixar de acontecer, preferencialmente no próprio seio daqueles que se declaravam seus inimigos políticos. Com efeito, foram principalmente os seus inimigos políticos mais resolutos e radicais que contribuíram para fortalecer o interesse na sua pessoa e desencadear uma obsessiva curiosidade pela sua obra, ao ponto de a abominação e a diabolização do nome Maquiavel ser acompanhada por um estranho sortilégio que, não raras vezes, se traduziu numa admiração e fascínio compulsivos.

Ernst Cassirer<sup>12</sup>, na sua obra *O Mito do Estado*, observou muito bem este aspecto primordial do significado e da repercussão política da obra de Maquiavel. Em suma, a reputação e a influência de Maquiavel atingiram ao longo dos séculos um ponto tal que se foi tornando cada vez mais difícil encontrar qualquer diferença significativa entre os admiradores e seguidores de Maquiavel e os seus detratores e inimigos. Pode, aliás, admitir-se que é na paradoxal aliança de uns e de outros que hão de ser buscadas as razões remotas da crescente fortuna do “maquiavelismo” e do “hipermaquiavelismo” no pensamento político moderno e contemporâneo. O “maquiavelismo”, enfim, sobrevive-

12 Ernst Cassirer (1874-1945): filósofo alemão de origem judaica que pertenceu a Escola de Marburg. Foi um dos mais importantes representantes da tradição neokantiana de Marburgo. Desenvolveu uma filosofia da Cultura como uma teoria dos símbolos, baseada na Fenomenologia do Conhecimento. (Nota da IHU On-Line)

ra a Maquiavel. E se Maquiavel morrera, os fantasmas associados à sua teoria política haveriam de regressar abruptamente em todas as suas novas reencarnações. Exemplo do que acabo de referir é o modo como, já em 1589, Christopher Marlowe<sup>13</sup>, no prólogo de *O Judeu de Malta*, apresenta o secretário florentino:

«Apesar de o mundo pensar que Maquiavel morreu,

Foi tão-só a sua alma que voou para além dos Alpes;

E agora, que o Guise morreu, veio de França,

Para ver estas terras, e folgar com os amigos.

Para alguns o meu nome é, se calhar, odioso,

Mas, vós, os que me amais, livrai-me das suas línguas;

E fazei-lhes saber que eu sou Maquiavel,

Que não julgo os homens, nem, portanto, as palavras que estes dizem.

Muito me espantam aqueles que tanto me odeiam.

E se alguns falam abertamente contra os meus livros,

Hão de, ainda assim, ler-me, e desse modo chegar

À cadeira de Pedro; e mesmo quando me põem de parte,

São envenenados pelos imitadores que não me largam.»

**IHU On-Line - Carl Schmitt compreendia Maquiavel como alguém mais do que apenas o autor de *O Príncipe*. Tendo esse horizonte em vista, que chaves de leitura devem ser tomadas em consideração a partir das outras obras desse pensador, como *Os Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*?**

**António Bento** - O problema não é pacífico, nem isento de certas paixões, digamos assim, hermenêuticas. Muito antes de Carl Schmitt, outros autores, não menos importantes que o jurista alemão, insistiram no duplo aspecto do ensinamento político de Maquiavel, consoante este é deduzido de *O Príncipe* ou de *Os Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (ou ainda de *Histórias Florentinas*).

13 Christopher Marlowe (1564-1593): dramaturgo, poeta e tradutor inglês. (Nota da IHU On-Line)



Afinal, bem vistas as coisas, não teria sido o próprio Maquiavel – de acordo com uma tradição republicana, liberal, romântica, e até marxista, de interpretação do seu pensamento – muito pouco “maquiavélico”, um daqueles instrutores de príncipes que conhecem o jogo político do Estado e que integralmente o ensinam, ao passo que o “maquiavelismo” vulgar, esse sim, ensinaria a fazer outra coisa? Tal é já a opinião do prudente Espinosa<sup>14</sup>, para quem “talvez Maquiavel quisesse mostrar quanto uma multidão livre deve ter medo de confiar a sua defesa a um só, o qual, se não for vaidoso nem julgar que pode agradar a todos, tem de temer revoltas todos os dias, sendo por isso obrigado a precaver-se e a atraiçoar a multidão em vez de governá-la” (*Tratado Político*, V). Em idêntico sentido se pronunciou Jean-Jacques Rousseau<sup>15</sup>: “Fazendo crer que dava lições aos reis, dava-as bem grandes aos povos. *O Príncipe*, de Maquiavel, é o livro dos republicanos”. Ademais, numa elucidativa nota que acrescentou à versão do *Contrato social* de 1772, observa ainda Rousseau, a propósito de *O Príncipe*, de Maquiavel, o seguinte: “Maquiavel era um homem honesto e um bom cidadão. Mas, atado à missão dos Médicis, viu-se forçado, na opressão da sua pátria, a mascarar o seu amor à liberdade. Já a escolha do seu execrável herói (César Bórgia) manifesta bem a sua intenção secreta; e a oposição das máximas do seu livro *O Príncipe* às dos seus *Discursos sobre Tito Lívio* e às da sua *História de Florença* demonstra que este político profundo não teve até agora senão leitores superficiais ou corrompidos. A corte de Roma proi-

biu severamente o seu livro, segundo penso; é ela que ele mais claramente descreve”. Em pleno Iluminismo, numa época em que uma afetada expressão pública de uma repugnância pela política fez a sua escola, no artigo “Maquiavelismo” da *Encyclopédie* (t. IX, Neuchâtel, 1765, p. 793), Diderot<sup>16</sup> dá, também ele, pouco mais ou menos, uma interpretação semelhante de *O Príncipe*: “Quando Maquiavel escreveu o seu tratado do príncipe, é como se ele tivesse dito aos seus concidadãos, lede bem esta obra. Se um dia aceitardes um senhor, ele será tal como eu vo-lo pinto: eis o animal feroz ao qual vos abandonareis”.

### “Manual para gangsters”

Quanto ao ódio que os seus contemporâneos destilaram sobre Maquiavel, apresentara-o já Trajano Boccalini<sup>17</sup>, na primeira década de seiscentos, nos seguintes termos: “Os inimigos de Maquiavel consideram-no homem digno de punição porque revelou como os príncipes governam e, assim, instruiu o povo; ‘colocou dentes de cães nas ovelhas’, destruiu os mitos do poder, o prestígio da autoridade, tornou mais difícil governar, porque os governados podem saber a este respeito tanto quanto os governantes”.

Não foi, porém, esta benigna interpretação que os autores da teoria política católica da Contrarreforma colheram nos escritos de Maquiavel, nem a alegada admiração do secretário florentino pelos ideais republicanos da Roma antiga magnificamente expressa nos *Discorsi* suscitou alguma vez neles simpatia ou simplesmente respeito. Àquela visão benevolente atrás referida, preferiram a visão mais comum e mais antiga de Maquiavel, uma visão segundo a qual, e cito Isaiah Berlin<sup>18</sup>, “Maquiavel é

um homem inspirado pelo Demônio, para arrastar os homens bons à perdição, o grande subversor, o mestre do mal, *le docteur de la scélératesse*, o inspirador do Massacre de São Bartolomeu, o modelo de Iago. É o ‘sanguinário Maquiavel’ das famosas quatrocentas e tal referências da literatura isabelina. O seu nome acrescenta um novo ingrediente à figura mais antiga do *Old Nick* (O Diabo). Para os jesuítas, ele é ‘sócio do diabo nos crimes’, um escritor infame e um cético, e *O Príncipe* é, nas palavras de Bertrand Russell<sup>19</sup>, ‘um manual para gangsters’”. Para concluir, refiro apenas as palavras que um autor da estatura de Leo Strauss<sup>20</sup> consagra ao duplo ensino de Maquiavel (tirânico em *O Príncipe*; republicano nos *Discorsi*): “Não escandalizaremos ninguém, apenas nos exporemos ao ridículo amável ou em todo o caso inofensivo, se nos declaramos inclinados para a opinião antiquada e simples segundo a qual Maquiavel era um mestre do mal”.

**IHU On-Line - De que modo Maquiavel e Hobbes<sup>21</sup> problematizam a questão da natureza humana e do absolutismo? Como tais compreensões repercutem na política ocidental?**

**Antônio Bento** - A questão do “absolutismo”, se tomarmos este conceito no seu estrito significado histórico e político, só se põe a partir do momento em que Jean Bodin<sup>22</sup>, pri-

lítico britânico. (Nota da IHU On-Line)

19 Bertrand Russell (1872-1970): matemático, filósofo, lógico e político liberal britânico. (Nota da IHU On-Line)

20 Leo Strauss (1899-1973): filósofo político teuto-americano. Fundou a escola de pensadores “Straussians” e foi forte crítico da filosofia moderna. (Nota da IHU On-Line)

21 Thomas Hobbes (1588-1679): filósofo inglês. Sua obra mais famosa, *O Leviatã* (1651), trata de teoria política. Neste livro, Hobbes nega que o homem seja um ser naturalmente social. Afirma, ao contrário, que os homens são impulsivos apenas por considerações egoístas. Também escreveu sobre física e psicologia. Hobbes estudou na Universidade de Oxford e foi secretário de Sir Francis Bacon. A respeito desse filósofo, confira a entrevista *O conflito é o motor da vida política*, concedida pela Profa. Dra. Maria Isabel Limongi à edição 276 da revista IHU On-Line, de 06-10-2008. O material está disponível em <http://bit.ly/q6WrNa>. (Nota da IHU On-Line)

22 Jean Bodin (1530-1596): jurista francês, membro do Parlamento de Paris

14 Espinosa (Baruch de Espinosa) (1632-1677): filósofo holandês, pertencente a uma família judia originária de Portugal. Publicou o *Tractus Tehologico-Politicus* e *Ética*, além de ter deixado várias obras inéditas, estas publicadas em 1677 com o título *Opera Posthuma*. A Revista IHU On-Line, na edição 397, *Baruch Spinoza. Um convite à alegria do pensamento*, disponível em <http://bit.ly/Q5v356>. (Nota da IHU On-Line)

15 Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), filósofo franco-suíço, escritor, teórico político. A Revista IHU On-Line, na edição 397, *Somos condenados a viver em sociedade? As contribuições de Rousseau à modernidade política*, disponível em <http://bit.ly/YGU1gM>. (Nota da IHU On-Line).

16 Diderot (Denis Diderot) (1713-1784): filósofo e escritor francês. A primeira peça importante da sua carreira literária é *Lettres sur les aveugles à l'usage de ceux qui voient*, em que resume a evolução do seu pensamento desde o deísmo até ao ceticismo e o materialismo ateu, o que o leva à prisão. Mas a obra da sua vida é a edição da *Encyclopédie* (1750-1772), que leva a cabo com empenho e entusiasmo apesar de alguma oposição da Igreja Católica e dos poderes estabelecidos. (Nota da IHU On-Line)

17 Trajano Boccalini (1556-1613): humorista italiano. (Nota da IHU On-Line)

18 Isaiah Berlin (1909-1997): filósofo po-



meiro, e Thomas Hobbes, depois, definem e formulam, cada um, evidentemente, à sua maneira, o conceito jurídico-político de “soberania”. Creio que cometeríamos um anacronismo se porventura começássemos a falar impropriamente de “soberania” e de “absolutismo” em Maquiavel.

Quanto à questão da “natureza humana” ou “antropologia política” de Maquiavel e de Hobbes, a proximidade entre ambos é manifesta e indesmentível, pois as obras de um e de outro pressupõem o homem como covarde, medroso, mau, egoísta, ingrato, violento, etc. Até certo ponto, e de uma certa maneira, como um dia observou Carl Schmitt, podemos tomar todas as teorias do Estado e todas as ideias políticas na sua correspondente antropologia e classificá-las conforme elas, consciente ou inconscientemente, pressuponham que o homem é “mau por natureza” ou “bom por natureza”. Na verdade, a elucidação desta questão é fundamental para o esclarecimento do conceito moderno de “direito natural”, tal como, precisamente, Thomas Hobbes o formulou. Não por acaso, o pai da filosofia política moderna, Maquiavel, considera que “quem pretenda fundar um Estado e dar-lhe leis deve antecipadamente pressupor os homens como maus e sempre prontos a mostrar a sua malvadez logo que para tal se lhes ofereça uma ocasião”. A verdade é que, um século e meio depois de Maquiavel ter proferido esta sentença, é ainda sobre a demonstração deste enunciado relativo à natureza do homem que Thomas Hobbes funda a necessidade do seu *Leviathan* (metáfora bíblica para o Estado moderno).

### Medo “natural” e direito “racional”

Sabe-se como é de uma determinada articulação entre o *medo* da morte violenta (a paixão mais *poderosa*) e o *direito* à conservação da vida (o direito mais *sagrado*) que

e professor de Direito em Toulouse. É considerado por muitos o pai da Ciência Política devido a sua teoria sobre soberania. Baseou-se nesta mesma teoria para afirmar a legitimação do poder do homem sobre a mulher e da monarquia sobre a gerontocracia. (Nota da IHU On-Line)

Thomas Hobbes deduz o seu *Leviathan*. Sabe-se também como uma boa parte — a grande parte — da tradição da filosofia política moderna provém da *racionalização* deste “medo” e da *naturalização* deste “direito”. A um medo “natural” racionalizado, faz ela corresponder um direito “racional” naturalizado. O que isto imediatamente significa é que a economia política da vida moderna se define por um cálculo racional de riscos e de benefícios no qual o “medo” é disposto como o fundamento prático e a garantia especulativa do “direito”. Mais: a *naturalização* do *direito* à conservação da vida só pode ter como corolário o aumento do *medo* da morte violenta e a consequente existência de um «direito» que deve modernamente apresentar-se — e justificar-se — como uma *segurança* contra o medo. Uma segurança “mítica”, em todo o caso, e, no sentido que Walter Benjamin<sup>23</sup> atribui ao que ele chama “violência mítica” do direito, também uma segurança “sagrada”. Foi neste ponto que Thomas Hobbes nos colocou e do qual ainda hoje permanecemos cativos: a política concebida como *fábrica de segurança* e o direito como *apólice universal contra o medo*. De acordo com o que antes ficou dito, decorre, portanto, da própria lógica jurídica hobbesiana, que quanto mais “conservável” é a vida de que a política soberana se ocupa, tanto mais essa vida é potencialmente “sacrificável”.

### Poder imunitário

A moderna e sumamente hobbesiana *vontade de segurança*, com a sua lógica imunitária de prevenção e cura, faz periclitar a própria vida ao expulsar ilusoriamente a morte do âmbito da vida. Mas esta potência de contradição insita ao princípio imunitário de *conservação da vida* revela-se ainda de outra forma no pensamento de Thomas Hobbes. A verdade é que a *vontade de segurança*, a imunização (sempre precária) à morte,

<sup>23</sup> Walter Benjamin (1892-1940): filósofo alemão. Foi refugiado judeu e, diante da perspectiva de ser capturado pelos nazistas, preferiu o suicídio. É associado à Escola de Frankfurt, da qual é considerado um dos principais pensadores. (Nota da IHU On-Line)

a promessa, enfim, de *proteção da vida* que o poder soberano moderno faz aos seus súditos, contém em si mesma, e de maneira constitutiva, a *possibilidade* (dir-se-ia, antes, a *necessidade*) inversa: o *poder absoluto de dar a morte*. O que isto significa é que não apenas o “estado de natureza” sobrevive no “estado político”, como nele se intensifica sob o seu modo mais próprio, aí adquirindo o seu cunho tipicamente moderno.

Com efeito, no nexos constitutivo entre a política e a vida que define a biopolítica moderna, a política (em termos hobbesianos, a proteção imunitária proporcionada pelo “estado civil”) é a continuação da guerra (do risco e do perigo do “estado natural”) por outros meios. Assim, expulso, por um artifício da razão, para o *exterior* do “pacto”, este poder de dar a morte irrompe no *interior* do próprio “pacto”, como a sua condição de possibilidade. Em termos hobbesianos, é este ponto de intersecção entre o “*pactum societatis*” e o “*pactum subjectionis*” que faz da vida individual de cada súdito simultaneamente um sujeito da “soberania” e um sujeito à “soberania”. Com efeito, no seu afã de colocar a morte ao serviço da esfera mítica do direito, o *poder soberano* institui um *contrato* com os súditos ao mesmo tempo que lhes lança uma *ordem*: “obedece se queres ver a tua vida protegida”; “eu lhe dou a vida, mas posso, a qualquer momento, retirá-la”. O *poder soberano* garante, pois, a *proteção da vida* apenas com a permanente intrusão da *ameaça de morte*. Numa perspectiva cínica (ou talvez apenas realista), dir-se-ia que não se trata aqui senão da contrapartida *política* (que é também o seu perigoso reverso) que assiste o estabelecimento do *direito natural* moderno, cuja *positivização*, pode-se dizer, Hobbes inaugurou. Trata-se, em todo o caso, como refere Thomas Hobbes no final do *Leviathan*, do cumprimento inviolável de uma “*mutual relation between protection and obedience*”. Carl Schmitt formulou um dia esta permanente conexão entre *proteção* e *obediência* que caracteriza a doutrina do Estado de Thomas Hobbes do seguinte modo: “O *protego ergo oblige* é o *cogito ergo sum* do Estado”.

## Paradigma da imunidade

Mas as consequências profundas do pensamento político de Thomas Hobbes repercutiram de modo assaz veemente e surpreendente na nossa contemporaneidade. De acordo com Roberto Esposito, o autor que melhor refletiu sobre as consequências do paradigma securitário hobbesiano nas sociedades contemporâneas, a política conhece cada vez mais, e hoje, porventura, mais do que nunca, apenas um “paradigma imunitário”. De acordo com a interessante leitura que Esposito faz do pensamento político de Thomas Hobbes, se os conceitos modernos de “soberania”, “propriedade” e “liberdade” tendem, num determinado momento da sua história, a confluir e a reduzir-se à “segurança” do sujeito que é seu titular, isso é a inevitável consequência do *modo imunitário* como a modernidade pensa a política. Segundo Esposito, o que ele designa como “paradigma da imunidade” resulta do duplo processo cruzado de politização da vida e de biologização da política, o qual reúne num único horizonte de sentido as duas dimensões do conceito de “imunidade”: a dimensão *jurídico-política* e a dimensão *biológica*. Ainda, segundo este autor, uma vez consumada a completa sobreposição do léxico político e do léxico médico modernos, “a imunização torna-se não apenas no instrumento, mas também na forma da civilização ocidental”.

Finalizando: que um *paradigma político imunitário* governa hoje de maneira transversal e capilar as relações humanas globais no seu conjunto, comprova-o o fato de a modulação afetiva e o controle da intensidade do medo se terem tornado um assunto político de interesse público. Cada vez mais, a “sociedade do risco” em que nos movemos é permanentemente ameaçada pelo pânico ante toda a espécie de potenciais catástrofes (ambientais, ecológicas, epidêmicas, terroristas, políticas, econômicas, etc.) que devem ser cientificamente prevenidas. Como observa Frédéric Neyrat<sup>24</sup>: “A *biopolítica* contemporâ-

nea é imediatamente uma *imunopolítica* de tendência paranoica, que desconfia de fronteiras que se tornam cada vez mais indelimitáveis. [...] É, com efeito, impossível compreender os objetivos proclamados da biopolítica sem interrogar a sua ‘outra cena’, o seu *fantasma de imunização absoluta*, de proteção total”.

Com efeito, capturada numa dialética aporética entre o risco e a proteção, um risco que requer proteção tanto quanto a própria proteção produz, por sua vez, risco, a política moderna tende a criar, por um excesso neurótico de prevenção, *autoimunidade*, instituindo assim o perigo de morte para a própria espécie. Desse modo, a prevenção — e, no limite, a eliminação — da doença, pode revelar-se mais perigosa do que a própria doença. A consequência disso é que a vida política ocidental entra num curto-circuito permanente. E este crescente interesse pela ideia de regulação do risco, consequência, muitas vezes, de um pânico politicamente administrado, deu origem ao estabelecimento da categoria do “*precautionary principle*” (ou “*Vorsorgeprinzip*” no original), a que eu chamo *princípio de absolutização da imunidade política*. Princípio da irresponsabilidade.

**IHU On-Line - Em que sentido as constatações políticas de Maquiavel ecoam nas concepções políticas de Nietzsche<sup>25</sup>, como na grande política,**

da IHU On-Line)

25 Friedrich Nietzsche (1844-1900): filósofo alemão, conhecido por seus conceitos além-do-homem, transvaloração dos valores, niilismo, vontade de poder e eterno retorno. Entre suas obras figuram como as mais importantes *Assim falou Zaratustra* (9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998), *O anticristo* (Lisboa: Guimarães, 1916) e *A genealogia da moral* (5. ed. São Paulo: Centauro, 2004). Escreveu até 1888, quando foi acometido por um colapso nervoso que nunca o abandonou, até o dia de sua morte. A Nietzsche foi dedicado o tema de capa da edição número 127 da IHU On-Line, de 13-12-2004, intitulada *Nietzsche: filósofo do martelo e do crepúsculo*, disponível em <http://bit.ly/H17xwP>. Sobre o filósofo alemão, conferir ainda a entrevista exclusiva realizada pela IHU On-Line edição 175, de 10-04-2006, com o jesuíta cubano Emilio Brito, docente na Universidade de Louvain-La-Neuve, intitulada “Nietzsche e Paulo”, disponível em <http://bit.ly/dyA7sR>. A edição 15 dos Cadernos IHU em formação é intitulada *O pensamento*

**na vontade de poder e na transvaloração dos valores?**

**Antônio Bento** - Creio, sinceramente, que em absolutamente nenhum sentido. Efetivamente, não creio que se possa, e menos ainda deva, misturar o sol materialista de Florença com o nevoeiro metafísico de Bayreuth... Isto, claro, ressaltando embora toda a genuína admiração de Nietzsche por Maquiavel: “A minha recriação, a minha predileção, a minha cura de todo o platonismo foi sempre Tucídides<sup>26</sup>. Tucídides e, talvez, *O Príncipe*, de Maquiavel, me são mais afins pela determinação incondicional de não se deixar iludir em nada e de ver a razão na realidade — não na ‘razão’, e menos ainda na ‘moral’...”, confessa o “cabeça-de-dinamite” (Ernst Jünger<sup>27</sup>) em *O Crepúsculo dos Ídolos*.

**IHU On-Line - Nesse sentido, como o “estatuto da mentira na Filosofia Política” pode ser compreendi-**

de Friedrich Nietzsche e pode ser acessada em <http://migre.me/s7BU>. Confira, também, a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista IHU On-Line, de 10-05-2010, disponível em <http://bit.ly/18TFDHq>, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência “A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica”, parte integrante do Ciclo de Estudos Filosóficos da diferença - Pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. Na edição 330 da Revista IHU On-Line, de 24-05-2010, leia a entrevista *Nietzsche, o pensamento trágico e a afirmação da totalidade da existência*, concedida pelo Prof. Dr. Oswaldo Giacoia e disponível em <http://bit.ly/15UTSjz>. Na edição 388, de 09-04-2012, leia a entrevista *O amor fati como resposta à tirania do sentido*, com Danilo Bilate, disponível em <http://bit.ly/HzaJpJ>. (Nota da IHU On-Line)

26 Tucídides (460-400 a.C.): historiador grego, autor de História da Guerra do Peloponeso, em que ele conta a guerra entre Esparta e Atenas, ocorrida no século V A. C. No dia 29-05-2003, durante a segunda edição do evento Abrindo o Livro, promovido pelo IHU, a obra História da Guerra do Peloponeso foi apresentada pelo Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas, da Pós-Graduação em História da UFRGS. A revista IHU On-Line entrevistou o historiador na 62ª edição, de 02-06-2003. O material está disponível para download no link <http://bit.ly/186nPXl>. (Nota da IHU On-Line)

27 Ernst Jünger (1895-1998): escritor, filósofo e entomologista alemão. (Nota da IHU On-Line)

24 Neyrat Frederick (1968): filósofo francês, dedicado aos temas da biopolítica, imunopolítica e ecologia política. (Nota

## do se pensarmos a partir da perspectiva de Maquiavel e Nietzsche?

**Antônio Bento** - São, com certeza, perspectivas distintas as de Maquiavel e de Nietzsche em torno da “mentira”, em geral, e, sobretudo, a respeito da “mentira política”, em particular. Contudo, há que sublinhar igualmente a existência de afinidades e de semelhanças. No caso de Nietzsche estamos, por um lado, perante uma teoria artística da mentira, que faz do poder do falso uma magnificação do “mundo enquanto erro”, transformando a vontade de enganar num ideal estético superior e, por outro, diante de uma teoria pragmática da linguagem.

Num ensaio de 1873, intitulado *Acerca da verdade e da mentira no sentido extramoral*, Friedrich Nietzsche elabora uma teoria da verdade que está muito próxima de algumas modernas teorias pragmáticas da linguagem. Em primeiro lugar, a verdade é aí valorizada porque é *útil* para a comunidade, *boa* para a sociedade, e não porque corresponda a um efetivo conhecimento das coisas. Em segundo lugar, a linguagem, enquanto instrumento privilegiado do conhecimento, é fundamentalmente uma estrutura de dissimulação, um mecanismo de apropriação e de captura da realidade, e não uma espécie de espelho da realidade. O ponto de partida desta concepção nietzscheana da linguagem é que a verdade não é valorizada por interesses, em primeiro lugar, científicos, ou éticos, em geral, mas por sujeitos interessados na sobrevivência e numa vida comunitária, social, estável. A verdade não é, portanto, dissociável da noção de verdade como “valor”, a qual interessa mais ao instinto de preservação (“*Erhaltungstrieb*”) e menos a uma espécie de instinto para a verdade ou de inclinação natural do homem para a verdade (“*Wahrheitstrieb*”). Na *Genealogia da Moral* (III, 24) Nietzsche observa: “A verdade tem sido sempre postulada como essência, como Deus, como instância suprema [...] Mas a *vontade de verdade* tem necessidade de uma crítica. Defina-se assim a nossa tarefa — é necessário de uma vez por todas pôr em questão o *valor* da verdade”. O problema que Nietzsche aqui apresenta é muito simples: no seu entender, os filósofos clássicos

nunca puseram realmente em questão o *valor* da verdade e muito menos esclareceram as razões para que o homem se submetesse à verdade. Esqueceram-se, afinal, pensa Nietzsche, de fazer uma pergunta simples, uma pergunta, porém, incontornável: *Quem procura a verdade?* Quer dizer: *o que é que quer* aquele que procura a verdade? Qual é o seu tipo? Qual a sua vontade de poder?

## Verdade e convenção

Convém sublinhar que não se trata, para Nietzsche, de pôr em dúvida a vontade de verdade, embora ele nos venha lembrar que os homens, *de fato*, não amam, naturalmente, a verdade, e que muitas vezes, mais do que os seus erros, são os seus interesses e a sua estupidez que os separam da verdade. Com muita seriedade, Nietzsche aceita pensar este problema colocando-se, de boa fé, no próprio terreno em que o problema é posto: no terreno moral. Assim, Nietzsche procura antes pensar o que a verdade pode significar como conceito, que tipo de forças e que espécie de poderes se apropriam dela. Por outro lado, em *Humano, Demasiado Humano* (§ 54), Nietzsche afirma que o mentiroso não é excluído da comunidade pelo fato de dizer mentiras, mas porque essas mentiras são ilusões consideradas perniciosas para a paz ou para o contrato social: “Por que dizem os homens, a maior parte das vezes e na vida de todos os dias, a verdade? Não é certamente porque um Deus proibiu a mentira. Mas sim, primeiramente: porque dizer a verdade é mais fácil, dado que a mentira exige invenção, dissimulação e memória. E é ainda: porque em circunstâncias simples, é vantajoso falar francamente: quero isto, fiz aquilo, e assim sucessivamente; portanto, porque o caminho da coação e da autoridade é mais seguro que o do ardil. Mas, por pouco complicadas que tenham sido as circunstâncias domésticas em que uma criança tenha sido educada, ela serve-se naturalmente da mentira e diz sempre, involuntariamente, tudo o que serve aos seus próprios interesses: a noção da verdade, a repugnância pela mentira em si, lhe são totalmente estranhas e inacessíveis, e a criança mente com toda a inocência”. “Na medida em que o

indivíduo se quer conservar relativamente aos outros indivíduos”, diz-nos Nietzsche, “este, na maior parte das vezes, utiliza o intelecto num estado natural das coisas, somente para a *dissimulação*; mas, como o homem quer existir tanto por necessidade como por tédio, socialmente e por rebanho, precisa fazer a paz e aspira a que desapareça do seu mundo o mais brutal *bellum omnium contra omnes*. Esta paz traz consigo algo que se parece com o primeiro passo para a obtenção daquele enigmático impulso para a verdade”.

Podemos, enfim, dizer que o pensamento de Nietzsche concebe a valorização da verdade como uma subordinação da verdade à convenção. O indivíduo que mente é o que transgride convenções que são importantes para a manutenção da paz social e é, também, por essa razão que a antinomia moral *verdade/mentira* — que é anterior à antinomia epistemológica *verdade/falsidade* — se impõe definitivamente. A primeira oposição, de origem moral, determinou a segunda, de cariz epistemológico.

## Imperativo

Quanto a Maquiavel, o problema da mentira surge associado à necessidade de dissimulação/simulação intrínseca ao político e, por vezes, à estritamente *necessária* inobservância da palavra dada. Com efeito, no capítulo XVIII de *O Príncipe*, o secretário florentino observa o seguinte: “Quão louvável seja num príncipe o manter a palavra dada e viver com integridade e não com astúcia, qualquer um o entende. No entanto, vê-se pela experiência do nosso tempo terem feito grandes coisas aqueles príncipes que tiveram em pouca conta a palavra dada e que souberam, com a astúcia, dar a volta aos cérebros dos homens; e no fim superaram aqueles que se fundaram na sinceridade. [...] Não pode, portanto, um senhor prudente, nem deve, observar a palavra dada quando tal observância se volta contra ele e se extinguiram os motivos que o fizeram prometer. E, se os homens fossem todos bons, este preceito não seria bom. Mas, porque eles são ruins e não a observariam para contigo, tu também não a tens de observar para com eles, nem faltarão jamais a um príncipe



motivos legítimos para mascarar a inobservância”.

Tal como em *O Príncipe*, também nas *Histórias Florentinas* (III, 5) Maquiavel justifica o perjúrio e a mentira pelo imperativo pragmático da necessidade e utilidade: “E, como em todos o temor de Deus e a religião desapareceram, o juramento e a palavra empenhada são respeitados só quando podem tornar-se úteis, e os homens disto se valem não para cumprir, mas como meio de melhor enganar; e quanto mais fácil e seguramente o engano é conseguido, mais louvores e glória adquirem: por isso os homens nocivos são louvados como laboriosos, e os bons, como tolos, são ralhados”.

### Mutação na história da mentira

Finalmente, há que referir, ainda que necessariamente de forma muito breve e alusiva, às reflexões de Hannah Arendt<sup>28</sup>, uma admiradora confessa do pensamento de Maquiavel, sobre a mentira política moderna. Não foi há muito tempo que a autora de *Truth and Politics* (1967) chamou a nossa atenção para o carácter ativo e afirmativo da mentira, para o fato de “as mentiras, desde que utilizadas como substitutos de meios mais violentos, poderem ser consideradas

como instrumentos relativamente inofensivos no arsenal da ação política”. Que a política e a verdade sempre estiveram em más relações e que a boa fé jamais foi incluída na classe das virtudes políticas, é algo bem conhecido e mesmo um lugar comum. Com efeito, o segredo, os *arcana imperii*, o engano, a falsificação deliberada e a mentira descarada são usados como meios legítimos para alcançar fins políticos desde os primórdios da história documentada. Não por acaso, Hannah Arendt lembra-o constantemente: “As mentiras foram sempre consideradas necessárias e justificáveis, não apenas à profissão do político e do demagogo, mas também à do homem de Estado. Por que será assim? O que é que isto representa, por um lado, para a natureza e a dignidade da esfera política, e, por outro, para a natureza e a dignidade do domínio da verdade e da boa-fé?”.

Um dos pontos interessantes da argumentação de Hannah Arendt neste ensaio prende-se com o reconhecimento da existência de uma transformação ou mutação na história da mentira. Uma mutação simultaneamente na história do conceito de mentira e na história da própria prática do mentir. Segundo Arendt, a mentira teria modernamente atingido o seu limite absoluto, tornando-se agora “completa e definitiva”. Ao contrário de Oscar Wilde<sup>29</sup>, que no seu *O Declínio da Mentira* diagnostica uma agonia da mentira e lamenta que os políticos, os advogados, e mesmo os jornalistas, saibam cada vez menos mentir e cultivem cada vez menos a mentira, Arendt considera preocupante o crescimento hiperbólico da mentira na arena política moderna: “A possibilidade da *mentira completa e definitiva*, ainda desconhecida nas épocas anteriores, é o perigo que decorre da *moderna manipulação dos fatos*. Mesmo no mundo livre, onde o governo não monopolizou o poder de decidir e de dizer o que é ou não é da esfera da fatualidade, gigantescas organizações de interesses generalizaram uma espécie de mentalidade de *raison d’État*, outrora confinada ao domínio dos negócios estrangeiros, e,

nos seus piores excessos, às situações de perigo iminente e atual”.

Neste ensaio, Arendt esboça a problemática da efetividade e da performatividade de uma mentira cuja estrutura e acontecimento estariam ligados, de maneira essencial, ao conceito de “ação”, e, mais precisamente, ao conceito de “ação política”. É este um motivo presente logo nas primeiras páginas de *Lying in Politics. Reflections on the Pentagon Papers*: “Uma característica da ação humana é que ela começa sempre algo novo, o que não significa que seja sempre permitido começar *ab ovo*, criar *ex nihilo*. De modo a arranjar espaço para a nossa própria ação, algo que já aí estava antes deve ser removido ou destruído, e deste modo as coisas mudam e deixam de ser o que eram antes. Essa mudança teria sido impossível se não pudéssemos remover-nos mentalmente do local onde fisicamente estamos e *imaginar* que as coisas poderiam ser muito diferentes do que de fato são. *Por outras palavras, a negação deliberada da verdade fatual — a capacidade para mentir — e a faculdade de mudar os fatos — a capacidade para agir — estão interligadas. Elas devem a sua existência à mesma fonte: a imaginação*”.

### Verdade dos fatos e opinião

Finalmente, Hannah Arendt lembra-nos que o mentiroso é, por excelência, um homem de ação. Entre mentir em política e agir em política, entre manifestar a sua liberdade pela ação, transformar os fatos e antecipar o futuro, há como que uma afinidade essencial. A *imaginação*: eis, segundo Arendt, a raiz comum à “capacidade de mentir” e à “capacidade de agir”. Capacidade de produzir a imagem. Pois “imagem” é justamente a palavra-chave ou o conceito maior de todas as análises consagradas à mentira política do nosso tempo. Sob esta perspectiva, a mentira é o futuro, podemos arriscar dizê-lo, sem, contudo, trair a intenção de Arendt neste contexto. Dizer a verdade é, pelo contrário, dizer o que é ou terá sido, o que será sempre preferir o passado. Hannah Arendt fala, pois, de uma afinidade indelével da *mentira* com a *ação*, com a mudança do mundo — em suma, com a política. “Ao contrário daquele que diz

28 Hannah Arendt (1906-1975): filósofa e socióloga alemã, de origem judaica. Foi influenciada por Heidegger, Husserl e Karl Jaspers. Em consequência a perseguições nazistas, em 1941, partiu para os Estados Unidos, onde escreveu grande parte das suas obras. Lecionou nas principais universidades deste país. Sua filosofia assenta numa crítica à sociedade de massas e à sua tendência para atomizar os indivíduos. Preconiza um regresso a uma concepção política separada da esfera económica, tendo como modelo de inspiração a antiga cidade grega. Entre suas obras, estão: *Eichmann em Jerusalém - Uma reportagem sobre a banalidade do mal* (Lisboa: Tenacitas, 2004) e *O Sistema Totalitário* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978). Sobre Arendt, confira as edições 168 da IHU On-Line, de 12-12-2005, sob o título *Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein. Três mulheres que marcaram o século XX*, disponível em <http://bit.ly/v0aMxT>, e 206, de 27-11-2006, intitulada *O mundo moderno é o mundo sem política. Hannah Arendt 1906-1975*, disponível em <http://bit.ly/1aEYdYQ>. Nas Notícias Diárias de 04-12-2006, você confere a entrevista Um pensamento e uma presença provocativos, concedida com exclusividade por Michelle-Irène Brudny, disponível em <http://bit.ly/17SjvPL>. (Nota da IHU On-Line)

29 Oscar Wilde (1854-1900): escritor irlandês. (Nota da IHU On-Line)



a verdade — diz ela —, o mentiroso não tem necessidade desses arranjos duvidosos para aparecer na cena política, afirma aquilo que não é, porque deseja que as coisas sejam diferentes daquilo que são, isto é, ele quer mudar o mundo. [...] Por outras palavras, a nossa *capacidade para mentir* — mas não necessariamente a nossa capacidade para dizer a verdade — pertence aos poucos dados óbvios e demonstráveis que confirmam a existência da *liberdade humana*”.

Tudo se passa como se não pudesse haver história em geral, e história política em particular, sem esta ação, sem esta liberdade que a possibilidade de mentir oferece. Hannah Arendt julga, contudo, saber que os fatos se afirmam a si próprios pela sua inflexibilidade; que, se os fatos são manipuláveis, uma tal manipulabilidade está paradoxalmente ligada à grande resistência que eles oferecem à distorção, pois os fatos seriam portadores dessa *irreversibilidade* que constitui, para ela, a marca distintiva de toda a ação humana. Com efeito, Hannah Arendt está profundamente convencida de que o peso e a estabilidade dos fatos — fatos que, por pertencerem ao passado, cresceram até uma dimensão que se pôs fora do nosso alcance — jamais poderão ser substituídos por um artifício produzido pelo poder. Assim, que a linha separadora entre a verdade dos fatos e a opinião seja cada vez mais tênue, isso se explica, segundo Arendt, pelas numerosas máscaras que a mentira, como forma de ação, pode assumir. Mas a verdade — julga Arendt — será sempre estabilidade e irreversibilidade e sobreviverá indefinidamente às mentiras, às ficções e às imagens. Por conseguinte, caso a verdade dos fatos fosse um dia consistente e totalmente substituída pelas mentiras, não seriam as mentiras que passariam a ser aceitas como verdade, nem seria a verdade que passaria a ser difamada como mentira, seria antes o sentido pelo qual nos orientamos no mundo real que ficaria definitivamente destruído. Este o medo de Hannah Arendt.

**IHU On-Line - Foi apenas no século XIX que se proferiu de modo veemente o vaticínio da morte de Deus, através do último homem que Nietzsche assenta na praça do merca-**

**do. Contudo, as bases desse deicídio já vinham sendo construídas antes do filósofo alemão. Nesse sentido, é correto compreender Maquiavel como um dos pilares não só do laicismo, mas de um fenômeno ainda mais profundo como o niilismo?**

**Antônio Bento** - Tem-se abusado em demasia dos conceitos de “laicismo”, “secularização”, “niilismo”... Não posso agora entrar na sua discussão, mas recordo que num um texto escrito nos anos 40 do século XX, intitulado *O fim do maquiavelismo*, Jacques Maritain<sup>30</sup>, reatualizando sob a forma de um tolerante humanismo cristão os velhos argumentos dos autores católicos da Contrarreforma contra Maquiavel, insiste na “perversidade” do secretário florentino ao sublinhar que ele ensinou os homens não apenas a fazer o mal, mas a fazê-lo de consciência tranquila: “O que era simples *fato*, com toda a fraqueza e inconsistência que, mesmo no mal, é própria das coisas acidentais e contingentes, depois de Maquiavel ficou sendo *direito*, com toda a firmeza e solidez próprias das coisas necessárias [...]”. Esta é a perversão maquiavélica da política, que emerge do fato da “tomada de consciência” maquiavélica do comportamento político médio da humanidade. A responsabilidade histórica de Maquiavel é a de ter *aceitado*, reconhecido e adotado como regra o fato da imoralidade política e de ter declarado que a boa política, a política conforme sua natureza e seus autênticos fins, é, por essência, uma política não moral”. Mais próximo de nós no tempo, um autor da envergadura de Leo Strauss chama a atenção para o caráter violentamente anticristão da

doutrina de Maquiavel, para a sua moralidade diabólica e sem escrúpulos. Maquiavel teria sido um ateu consciente empenhado em subverter e destruir o cristianismo. Maquiavel teria sido o primeiro filósofo político moderno, alguém que, tendo iniciado a revolução contra a tradição do pensamento político ocidental, iniciaria também o declínio da própria civilização ocidental. Tudo o que agora posso laconicamente dizer — sem, contudo, justificar a minha posição — é que esta não é, de todo, a minha opinião.

**IHU On-Line - O que o “Príncipe” moderno deveria aprender com a obra do pensador florentino?**

**Antônio Bento** - Para que possamos responder a esta pergunta é preciso que saibamos exatamente a que ponto o “Estado de direito” hodierno se afastou realmente de Maquiavel. É necessário que avaliemos primeiro, e escrupulosamente, o que nos custa esse afastamento, o que pagamos, enfim, por ele. É necessário, por isso, que saibamos até onde, de maneira talvez insidiosa, Maquiavel se aproximou de nós e do nosso “Estado de direito”. É, pois, necessário que o próprio “Estado de direito” apure o que há ainda de maquiaveliano naquilo que lhe permite pensar-se e definir-se *contra* Maquiavel. Por fim, é necessário ainda que se avalie em que medida o protesto moral do “Estado de direito” contra Maquiavel não será talvez ainda uma armadilha que o próprio Maquiavel lhe estendeu — uma armadilha de onde ele, Maquiavel, maliciosamente o espreita e observa.

Na verdade, se hoje o “Estado de direito” se confronta com a sua própria imagem no espelho político de Maquiavel, não é, sobretudo, porque procure saber quais os pressupostos do “maquiavelismo” que nele — sob formas novas, é verdade — se mantêm presentes. Assim, submeter Maquiavel e o “maquiavelismo” ao ponto de vista da nossa atualidade política não significa apenas uma mera contabilidade da herança que o presente recebe do passado; antes implica, e de modo decisivo, uma rigorosa avaliação do significado da brecha que o ponto de vista do presente abre entre o passado e a sua própria autointerpretação.

30 Jacques Maritain (1882-1973): filósofo francês. O pensamento tomista de Maritain serviu-lhe de parâmetro para a abordagem e julgamento de situações concretas como a política, a educação, a arte e a religião vigentes. Mas tratou também da base da gnosiologia, decidindo-se pelo realismo imediato e intuição do ser, tal como no aristotelismo e na escolástica originária. Diferenciou a filosofia e a ciência experimental, bem como as diversas ciências filosóficas. Advertiu para a diferença entre o tema da lógica e o da gnosiologia. Foi um dos principais expoentes do tomismo no século XX. Uma de suas obras principais é *Por um humanismo cristão* (São Paulo: Paulus, 1999). Sobre Maritain, confira o recém-lançado *Maritain à contre-temps: Pour une démocratie vivante* (Paris: Desclée de Brouwer, 2007), do filósofo jesuíta Paul Valadier. (Nota da IHU On-Line)

# A corrupção política e a falta de *virtù*

Como uma doença, a corrupção inicia em certa parte do corpo político e, se não for combatida, continua a se alastrar, adverte José Antonio Martins. Entretanto, Maquiavel nunca vinculou esse processo a “desvios morais de um indivíduo ou falta de virtude de um grupo”

POR MÁRCIA JUNGES

“São as possibilidades de retardamento ou postergação do processo da corrupção, por meio da ação política dos homens, que refletem a novidade do pensamento político maquiaveliano. Consequência direta desse argumento é que a corrupção não se coloca na esfera moral ou individual, ou seja, as causas da corrupção não estão em indivíduos isolados, mas se inserem dentro de uma lógica de ação corrupta incorporada pelos diversos atores políticos, um modo de agir corrupto que está disseminado pelos diversos órgãos ou instituições políticas da cidade”. A afirmação é do filósofo José Antonio Martins, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Surgida primeiramente entre o povo, a corrupção passa para as instituições “quando estas não visam mais o interesse público, mas os desejos privados”. Vale ressaltar que, em todos os estágios de corrupção na esfera política, “Maquiavel nunca responsabiliza ou vincula esse processo a desvios morais de um indivíduo ou falta de virtude de um grupo. O que ele indica em várias obras é que isso tudo nasce da falta ou de pouca *virtù*, conceito este vinculado totalmente ao campo das ações políticas. Assim, ao contrário do que muitos defendem em nossos dias, de que a corrupção decorre de indivíduos corruptos — donde o combate à corrupção concentrar-se na caça

ao corrupto —, para Maquiavel a corrupção deve ser percebida na medida em que ela se insere como prática no corpo político, prática caracterizada pela pouca participação nos negócios públicos fundamentalmente”.

Martins analisa, também, o sucesso da obra de Maquiavel logo após seu lançamento, cinco anos depois da morte do autor, sendo até hoje uma das obras mais lidas e comentadas sobre a questão política. Outro tema da entrevista é a incompreensão de *O Príncipe*, tido como um libelo à monarquia. O fato é que “depois de *O Príncipe*, inaugura-se um novo modo de pensar o campo do político”. E acrescenta: “o pensamento político maquiaveliano nos revela algo presente ainda no nosso modo de fazer política. Nessa sua capacidade de desvelar a lógica de ação política, Maquiavel consegue retratar e explicar algo que ainda perdura, gostemos ou não, no palco das ações políticas”.

José Antonio Martins é graduado, mestre e doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo — USP com a tese *Os fundamentos da República e sua corrupção nos Discursos de Maquiavel*. Docente na Universidade Estadual de Maringá — UEM, é autor de *Corrupção* (São Paulo: Globo, 2008) e organizador da edição bilíngue de *O Príncipe* (2ª ed. São Paulo: Hedra, 2009).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Como se apresentam os fundamentos da República e sua corrupção nos Discursos de Maquiavel?**

**José Antonio Martins** - Essa pergunta me leva a recuperar o tema da minha pesquisa de doutorado. Num primeiro momento eu pensa-

va em entender como Maquiavel concebia a corrupção política. Inicialmente eu me baseava em uma informação incompleta, originada

da leitura também superficial do *The Machiavellian Moment*<sup>1</sup>, de John Pocock<sup>2</sup>, que destacava no pensamento maquiaveliano a recuperação de uma noção política clássica, de corte polibiano (do historiador grego Políbio<sup>3</sup> de Megalópolis), no qual todos os corpos políticos nascem, crescem e, necessariamente, se corrompem e desaparecem ao final deste ciclo. Tinha como hipótese que, segundo Maquiavel, a corrupção atingiria toda e qualquer forma política. O que a pesquisa mostrou é que a corrupção é um fenômeno que atinge, sim, toda e qualquer forma de organização política. Todavia, tendo em vista a ênfase republicana do pensamento político maquiaveliano, é no interior desta reflexão republicana de Maquiavel que a noção de corrupção política encontra sua melhor exposição. De modo sintético, a corrupção decorre primeiramente no povo, na medida em que este deixa de atuar com contundência na esfera pública e passa, num segundo momento, para as instituições, quando estas não visam mais ao interesse público, mas aos desejos privados. Assemelhada a uma doença, a corrupção começa em uma parte do corpo político e, se não for detida,

alastra-se por todo ele, levando-o a morte, que no caso, seria a perda da liberdade política na cidade.

### **IHU On-Line - Qual é a peculiaridade da noção de corrupção política nos escritos maquiavelianos?**

**José Antonio Martins** - A noção de corrupção de Maquiavel é herdeira, em grande medida, das concepções políticas clássicas (aristotélica, polibiana e ciceroniana), visto que ele entende esse fenômeno como algo inerente aos corpos políticos. No limite, a corrupção política é um dado natural, ocorrerá necessariamente em qualquer cidade, assim como a doença e a morte ocorrerá em qualquer ser vivo. Para Maquiavel a corrupção política não possui esse caráter determinista tão acentuado como para os gregos. A corrupção no pensamento político maquiaveliano não é uma determinação inexorável da natureza, mas se apresenta em um campo de possibilidades: pode ocorrer como pode ser retardada. São as possibilidades de retardamento ou postergação do processo, por meio da ação política dos homens, que refletem a novidade do pensamento político maquiaveliano. Consequência direta desse argumento é que a corrupção não se coloca na esfera moral ou individual, ou seja, as causas da corrupção não estão em indivíduos isolados, mas se inserem dentro de uma lógica de ação corrupta incorporada pelos diversos atores políticos, um modo de agir corrupto que está disseminado pelos diversos órgãos ou instituições políticas da cidade.

### **IHU On-Line - Em que aspectos a cisão entre moral e política formulada por Maquiavel oferece uma chave de compreensão sobre a corrupção política?**

**José Antonio Martins** - O tema da corrupção política é certamente um local privilegiado para perceber essa separação entre as esferas moral e política. Assim como o virtuosismo de um ator político não extingue da cidade a corrupção, do mesmo modo, a tentativa de corrupção de um singular, por si só, não engendra numa corrupção do corpo político. Para Maquiavel, se a corrupção atinge parte do povo, mas não as instituições —

que têm por finalidade fazer cumprir as leis e as decisões do corpo político —, essas instituições garantirão a sanidade do corpo, pois a corrupção é principalmente uma doença. Contudo, se a corrupção atingir além do povo as instituições, então teremos um caso de corrupção política endêmica, aquilo que ele nomeia como a “cidade corrompidíssima”. Em todos estes estágios de corrupção na esfera política, Maquiavel nunca responsabiliza ou vincula esse processo aos desvios morais de um indivíduo ou falta de virtude de um grupo. O que ele indica em várias obras é que isso tudo nasce da falta ou de pouca *virtù*, conceito esse vinculado totalmente ao campo das ações políticas. Assim, ao contrário do que muitos defendem em nossos dias, de que a corrupção decorre de indivíduos corruptos — donde o combate à corrupção concentrar-se na caça ao corrupto —, para Maquiavel a corrupção deve ser percebida na medida em que ela se insere como prática no corpo político, prática caracterizada pela pouca participação nos negócios públicos fundamentalmente.

### **IHU On-Line - Como podemos compreender que uma obra escrita há cinco séculos continue tão atual? Quais são os principais pontos em tal escrito que seguem importantes para a política?**

**José Antonio Martins** - *O Príncipe* é certamente uma das obras com uma história muito intrigante e curiosa. Maquiavel não viu o seu texto publicado, pois ele somente passa a ser impresso cinco anos após a sua morte, e se torna, já de início, um sucesso estrondoso, primeiramente na península itálica, e depois por quase toda a Europa. Mas, mesmo após sua censura pelo Index da Igreja Católica e da sua proibição por vários governos ao longo desses 500 anos, ele foi um dos textos mais lidos e comentados entre as obras políticas. Podemos elencar algumas razões para esse fenômeno: o tamanho do texto, visto que se trata de um opúsculo com 26 capítulos, o que permite uma leitura rápida; a língua, pois não foi escrito em latim, mas num dialeto italiano (o toscano) de mais fácil leitura, com um estilo de redação

1 **The Machiavellian Moment**: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition (O Momento Maquiaveliano: Pensamento Político de Florença e a Tradição do Republicanismo Atlântico). Princeton: Princeton University Press, 1975. A obra investiga as bases ideológicas do modelo constitucional estadunidense, fixando-as na tradição republicana pós-Renascimento, primeiro na Itália e depois no Reino Unido. (Nota da IHU On-Line)

2 **John Greville Agard Pocock** (1924): historiador britânico. Dedica sua investigação acadêmica às tradições do pensamento político republicano e ao chamado ‘republicanismo atlântico’, abrangendo principalmente as disciplinas de História e Ciência Política, mas com contribuições também ao Direito e à Filosofia. Integra a chamada ‘Escola de Cambridge’. (Nota da IHU On-Line)

3 **Políbio** (203-120 a.C.): historiador da Grécia Antiga. Integrante da nobreza, dedicou-se à atividade política em Megalópolis. Defendeu a independência da região de Acaia e se elegeu comandante de cavalaria do exército. Na sua obra, constrói uma análise das motivações e valores presentes nos fatos narrados, pretendendo produzir uma visão mais ampla do que a mera associação dos acontecimentos a datas. (Nota da IHU On-Line)

elegante, envolvente, com exemplos e metáforas que facilitam a sua compreensão; e, a meu ver, o elemento mais significativo, Maquiavel revela os mecanismos, as lógicas das ações políticas. Essa exposição de como de fato funciona o mundo político, nas suas genuínas razões, sem rodeios ou disfarces, os motivos que levam os atores políticos a decidirem, todos esses aspectos despertam a curiosidade daqueles que querem desvendar esse universo político. Ao explicitar esse mistério (que a tradição interpretativa também nomeia como os *Arcana Imperii*), Maquiavel faz um texto atualizado, pois a lógica de funcionamento do mundo político pouco alterou nesse tempo.

**IHU On-Line - Qual é o contexto da escrita de *O Príncipe* e o que essa obra reflete da vivência política do próprio Maquiavel e dos homens de seu tempo?**

**José Antonio Martins** - Essa é uma boa questão até para entender o modo como os pensadores elaboraram seus textos. A Florença de Maquiavel, do final do século XV e das primeiras décadas do século XVI, foi um palco de lutas políticas intensas, com mudanças de governos, sempre atribuladas. Juntamente com esses fatos históricos, a cidade também se tornou um centro de reflexão e debate sobre o melhor modo de ordenar politicamente a cidade, quais instituições criar ou extinguir, como os grupos políticos poderiam ou não ter acesso às decisões, enfim, um verdadeiro centro de reflexão política. Isolar a produção intelectual de Maquiavel desse contexto é um grave equívoco, pois foi no interior das lutas políticas — nas quais ele tomou parte como membro ativo de um grupo político que governou a cidade, entre 1498 e 1512, sob o comando de Pier Soderini<sup>4</sup> — e dos debates públicos

que se travaram, que a reflexão política maquiaveliana ganha seus contornos definitivos.

### Atemporalidade

Com efeito, ao olharmos a sequência de elaboração dos textos, iniciando com os primeiros opúsculos da época em que ele trabalhava na Chancelaria de Florença, passando posteriormente por *O Príncipe*, os *Discursos*, os demais textos políticos menores e culminando na *História de Florença*, encontramos nessas obras as respostas para as demandas teóricas que o seu tempo formulou e que ele, na condição de pensador político, tentou encetar suas respostas. Mais ainda, encontramos nos escritos políticos maquiavelianos o esforço para dar conta de problemas e dificuldades que perpassavam o pensamento político há séculos, como é o caso da questão dos ciclos políticos e da corrupção dos governos, por exemplo. É particularmente por esse aspecto, por tentar dar conta de grandes dificuldades teóricas do pensamento político ocidental, que as obras maquiavelianas não ficam restritas ao seu tempo e às suas circunstâncias, tornando-se de fato universais no tempo e no espaço. O modo como o pensamento político maquiaveliano se estrutura é educativo para nós, visto que nos textos estão evidentes os dramas de seu momento histórico. Contudo, o pensador não se fixa somente nessas dificuldades, mas extrapola a sua reflexão e a insere no quadro dos problemas do pensamento político. Isso é um exemplo de como se comportam os grandes pensadores políticos, pois eles partem de seu mundo, dos seus contextos e, sem negá-los ou ignorá-los, inserem essas dificuldades na história do pensamento político.

### 500 anos

A efeméride dos 500 anos de *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel, decorre de uma carta de 19 de dezembro de 1513, endereçada ao seu amigo e funcionário da Santa Sé, Francisco Vettori<sup>5</sup>, na qual ele relata

<sup>5</sup> **Francisco Vettori** (1474-1539): historiador e político. Foi embaixador de Florença junto ao Papa, em Roma, e na França. (Nota da IHU On-Line)

que estava concluindo um livro intitulado *De principatibus* (cuja tradução correta deveria ser *Dos principados* ou *Sobre os principados*). É essa informação sobre o manuscrito, e não a data da primeira publicação (que ocorre somente em 1532), que marca simbolicamente o nascimento da obra. Contudo, mais do que recordar o momento em que ela foi escrita, entendendo que devemos considerar, antes de qualquer coisa, como uma obra, um livro se mantém durante longo tempo com tanta força e vitalidade, seja no tempo, seja no espaço. Na verdade, são 500 anos de um texto que foi muito lido e comentado, não somente nos territórios italianos, ao qual faz referência de modo direto, mas em todo o planeta. Este feito, para uma obra não literária e não religiosa, é certamente o fenômeno mais significativo sobre o qual devemos refletir.

**IHU On-Line - Qual é a importância de se ler *O Príncipe* tendo em vista, igualmente, os *Discursos* sobre a primeira década de Tito Lívio?**

**José Antonio Martins** - *O Príncipe* é, equivocadamente, definido como um livro em defesa da monarquia, enquanto os *Discursos* são, corretamente, caracterizados como a obra republicana de Maquiavel. O problema é que o principado, tema da primeira parte de *O Príncipe* e critério para análise da figura desse príncipe, não é necessariamente um regime monárquico. Uma leitura atenta do texto revela que o principado é um regime no qual aquele que lidera a cidade deve estar o tempo todo atento aos movimentos dos diversos atores políticos e trabalhar para conservar a sua legitimidade na disputa política. Nesse sentido, esse comandante político não se assemelha ao monarca clássico, muito menos ao monarca absolutista do século XVI, como alguns tendem a retratá-lo. Compartilho da hipótese defendida por alguns comentadores de que o principado pode ser o regime no qual se transforma a república corrompida, conservando, quanto se trata de um principado civil, várias características da dinâmica política republicana. Onde poderíamos pensar que uma leitura dos *Discur-*

<sup>4</sup> **Pier Soderini** ou Piero di Tommaso Soderini (1452-1522): político de Florença. Durante seu governo, foram reformados o sistema judiciário e a organização tributária. Era considerado um líder moderado e sábio, embora desprovido de certa malícia política e tido como um articulador frágil. Por sugestão de Maquiavel, criou uma força militar estatal para substituir as milícias formadas por mercenários estrangeiros. (Nota da IHU On-Line)



sos estaria como pressuposto para *O Príncipe*. Nesse sentido, a república corrompida é o pressuposto do principado civil, modelo de principado do livro, instaurando assim a vinculação e passagem dos *Discursos* para *O Príncipe*.

**IHU On-Line - Quais são as principais mudanças de perspectiva apontadas em *O Príncipe* em termos da política?**

**José Antonio Martins** - A primeira e certamente a mais importante é que *O Príncipe* expõe um mundo desconhecido pelos homens, principalmente se levarmos em conta a tradição anterior a Maquiavel dos manuais “espelhos de príncipe”. Em sua exposição, o Florentino rompe com essa tradição de textos endereçados aos governantes que procuravam orientar a conduta, com destaque para o cultivo das virtudes cristãs. Ao manter aparentemente esse formato, a obra maquiaveliana desconcerta o seu leitor, pois é sim um manual para governantes também, porém não orienta o príncipe neste sentido, mas alerta para práticas e critérios muito próprios do campo político, muitos dos quais contrários ao ideário das virtudes cristãs. Consequência direta desse modo de apresentar o texto é a revelação dos mecanismos de funcionamento do universo político em seus termos verdadeiros, sem floreios. Esse realismo, como muitos gostam de qualificar o texto de Maquiavel, inaugura um novo capítulo, seja na reflexão política, seja no modo como se avalia o mundo político. Depois de *O Príncipe*, as interpretações e os comentários sobre o modo como os atores políticos tomam suas decisões, suas razões, suas finalidades, seus interesses não evidentes, nunca mais foram os mesmos, pois as boas intenções, o bem comum presente nos discursos do governante que zela pelo seu povo, estarão sempre em dúvida. Enfim, e esse dado é consenso entre os historiadores do pensamento político, depois de *O Príncipe*, inaugura-se um novo modo de pensar o campo político.

**IHU On-Line - Quais foram os principais mal-entendidos aos quais**

“Maquiavel não viu o seu texto publicado, pois ele somente passa a ser impresso cinco anos após a sua morte, e se torna, já de início, um sucesso estrondoso, primeiramente na península itálica, depois por quase toda a Europa”

**o pensamento de Maquiavel foi submetido ao longo dos séculos?**

**José Antonio Martins** - O primeiro mal-entendido, talvez o mais grave, é de que ele foi um defensor de um modelo de governante monárquico inescrupuloso e que a política é um campo de ação sem virtudes ou qualidades, consagrado naquilo que ficou conhecido como o maquiavelismo. Na verdade, essa interpretação surgiu entre seus adversários, que o acusavam de ser um pensador amoral. Essa corrente interpretativa, que se inicia com os católicos do século XVI e perpassa os séculos, perde força quando, no século XIX, os estudos da obra maquiaveliana são retomados com força no contexto da unificação da Itália, e, com maior vigor, no século XX, quando temos de fato o início de estudos e pesquisas acadêmicas. É consenso geral hoje que os adversários intelectuais de Maquiavel não perceberam a força e a profundidade da noção de *virtù*, fundamento do agir político. Longe de ser amoral, o pensamento político maquiaveliano, ao defender a necessidade da *virtù*

política, essa que exige engajamento e participação ativa na vida da cidade, entre outras qualidades, torna o ator político, cidadão ou governante, uma figura que deve ter qualidades políticas.

**IHU On-Line - Quais foram os autores fundamentais que influenciaram Maquiavel?**

**José Antonio Martins** - Maquiavel faz referência direta a alguns escritores romanos, como Tito Lívio, Lucrécio<sup>6</sup>, Salústio<sup>7</sup>, Cícero<sup>8</sup>, Vergéio<sup>9</sup>, bem como aos gregos Políbio, Platão<sup>10</sup> e, certamente, Aristóteles<sup>11</sup>. Todavia, apesar de ele não nomear

<sup>6</sup> **Lucrécio**: poeta e filósofo latino que viveu no século I a.C. Sua fama decorre do poema *De rerum natura* (Da natureza), onde expõe a filosofia de Epicuro de Samos. Para Lucrécio, o epicurismo era a chave que poderia desvendar os segredos do universo e garantir a felicidade humana. (Nota IHU On-Line)

<sup>7</sup> **Salústio** (Gaius Sallustius Crispus) (86-35 a.C.): historiador latino. Nasceu em Sabine, Itália. (Nota IHU On-Line)

<sup>8</sup> **Cícero** (Túlio Cícero) (106-43 a.C.): filósofo, orador, escritor, advogado e político romano. (Nota da IHU On-Line)

<sup>9</sup> **Vergéio** (Giovanni Vergezio): escritor e calígrafo do período do Renascimento em Florença, mestre na língua grega. (Nota da IHU On-Line)

<sup>10</sup> **Platão** (427-347 a. C.): filósofo ateniense. Criador de sistemas filosóficos influentes até hoje, como a Teoria das Ideias e a Dialética. Discípulo de Sócrates, Platão foi mestre de Aristóteles. Entre suas obras, destacam-se *A República* e *Fédon*. Sobre Platão, confira as entrevistas “As implicações éticas da cosmologia de Platão” e “O Platão de Lima Vaz”, ambas concedidas pelo filósofo Prof. Dr. Marcelo Perine, respectivamente às edições 194, de 04-09-2006, e 374, de 26-09-2011, da revista IHU On-Line, disponíveis em <http://bit.ly/pteX8f> e <http://bit.ly/oaAUiL>. Leia, também, a edição 294 da Revista IHU On-Line, de 25-05-2009, intitulada *Platão. A totalidade em movimento*, disponível em <http://bit.ly/iSqddU>. (Nota da IHU On-Line)

<sup>11</sup> **Aristóteles** (Aristóteles de Estagira) (384-322 a.C.): filósofo nascido na Calcídica, Estagira, um dos maiores pensadores de todos os tempos. Suas reflexões filosóficas — por um lado originais e por outro reformuladoras da tradição grega — acabaram por configurar um modo de pensar que se estenderia por séculos. Prestou inigualáveis contribuições para o pensamento humano, destacando-se nos campos da ética, política, física, metafísica, lógica, psicologia, poesia, retórica, zoologia, biologia, história natural e outras áreas de conhecimento. É considerado, por muitos, o filósofo que mais influenciou o pensamento ocidental. (Nota da IHU On-Line)

vários autores, podemos perceber que vários outros autores romanos e pensadores medievais foram lidos e se tornaram ou fonte para seus argumentos, ou adversários a serem rebatidos, e neste caso claramente podemos identificar os escritos políticos de Agostinho de Hipona<sup>12</sup>. Conforme esclarece Eugenio Garin<sup>13</sup>, é na cultura do Renascimento italiano que está a verdadeira fonte de Maquiavel.

**IHU On-Line - Em que medida os conceitos de *virtù* e *fortuna* são tributários a Tito Lívio e reinterpretados pelo pensador florentino?**

**José Antonio Martins** - Esses conceitos não nascem diretamente de Tito Lívio, mas de outras fontes. Aqui cabe um esclarecimento necessário. Maquiavel comenta apenas os dez primeiros livros da *História de Roma* de Tito Lívio, que era composta por 142 livros, donde o correto seria nomear Discurso sobre a primeira *dézena*, e não década, como se adotou nas edições brasileiras. Ele escolhe apenas esses livros para comentar por dois motivos: primeiro, por ser nessa parte da obra que o historiador romano narra o surgimento de Roma e sua transição do período monárquico para o republicano. Tendo em vista que Maquiavel desejava fazer uma exposição sobre a república, essa primeira parte do livro auxiliaria em sua tarefa. O segundo motivo para a escolha do texto liviano foi porque um de seus adversários intelectuais, Bernardo Rucellai<sup>14</sup>, aristocrata e cunhado de Lorenzo de Médici<sup>15</sup>, havia feito também uma exposição sobre esse trecho da obra de Tito Lívio,

“O primeiro mal-entendido, talvez o mais grave, é de que ele foi um defensor de um modelo de governante monárquico inescrupuloso e que a política é um campo de ação sem virtudes ou qualidades, consagrado naquilo que ficou conhecido como o maquiavelismo”

anos antes, defendendo um modelo republicano cujo centro decisório estivesse na mão da aristocracia. Ora, Maquiavel escolhe o mesmo trecho para comentar a fim de mostrar outra tese, a de que a república romana encontrou sua glória porque foi, ao longo dos anos, dando maior espaço ao povo nas decisões políticas.

### Cosmologia do Renascimento

Os motivos pela escolha do texto de Tito Lívio não se calcam na recuperação da noção de *virtù* e fortuna. Sobre a primeira, como já dissemos, sua elaboração decorre da constatação de que os atos políticos possuem uma lógica de ação própria, com regras e finalidade muito precisas. Razão pela qual tem se tornado praxe não traduzir o termo italiano *virtù* por virtude, visto que esta muitas ve-

zes se põe como o antônimo da *virtù*. Todavia, por maior que seja a *virtù* de um indivíduo ou de uma cidade, ela não é o bastante para conter as forças da natureza que atuam sobre os destinos dos homens, donde sempre ser necessário considerar a fortuna. A noção de fortuna deve ser pensada no interior da cultura do Renascimento, nesse desejo dos homens do período em afirmar suas capacidades ou potencialidades e poderem, assim, controlar a natureza. Apesar dessa crença nas capacidades humanas, vários pensadores do Renascimento, como Maquiavel, reconheciam que a força humana não podia tudo, que a natureza exercia seu poder sobre os destinos humanos. Donde ser necessário ao homem de *virtù* saber reconhecer e tentar controlar os ímpetus da natureza, a fortuna, que sempre acaba interferindo no destino dos homens. Enfim, os fundamentos da noção de fortuna devem ser buscados na cosmologia do Renascimento, nesta certeza de que a natureza interfere no destino dos homens.

**IHU On-Line - Gostaria de acrescentar algum aspecto não questionado?**

**José Antonio Martins** - Apenas insistir que, a despeito do intervalo de tempo que nos separa do momento de confecção de *O Príncipe*, e não somente dessa obra, mas o *corpus* político maquiaveliano, a sua reflexão repercute com força em nossos dias, não porque temos semelhanças culturais, sociais, mentais com o “momento maquiaveliano” (para usar uma boa expressão de John Pocock), mas porque o pensamento político maquiaveliano nos revela algo presente ainda no nosso modo de fazer política. Nessa sua capacidade de desvelar a lógica de ação política, Maquiavel consegue retratar e explicar algo que ainda perdura, gostemos ou não, no palco das ações políticas. Mais do que tentar estabelecer vínculos e pontes anacrônicas entre o nosso contexto e o do *cinquecento* florentino de Maquiavel, cumpre-nos extrair de seus textos essa explicação de como funciona uma parte importante de nossas vidas e utilizar esse conhecimento para criticar e estabelecer modos de conduta política.

<sup>12</sup> Agostinho de Hipona (Aurélius Agostino ou Santo Agostinho) (354-430): bispo católico, teólogo e filósofo. É considerado santo pelos católicos e doutor da doutrina da Igreja. (Nota da IHU On-Line)

<sup>13</sup> Eugenio Garin (1909-2004): historiador, filósofo e filólogo italiano, reconhecido por seus estudos sobre a Renascença. (Nota da IHU On-Line)

<sup>14</sup> Bernardo Rucellai (1448-1514): banqueiro, embaixador, de família oligarca, homem dedicado às letras. Era casado com Nannina de Médici, a irmã mais velha de Lorenzo de Médici, e tio dos papas Leão X e Clemente VII. (Nota da IHU On-Line)

<sup>15</sup> Lorenzo de Médici (Lourenço II de Médici) (1492-1519): governante de Florença e Duque de Urbino. Sua filha, Catarina, se tornaria rainha da França. Maquiavel dedicou *O Príncipe* a ele.

# A atualidade do republicanismo maquiaveliano

Uma das novidades dos escritos de Maquiavel foi a reflexão sobre a política e o Estado enquanto este ainda estava em formação, observa José Luiz Ames. Tais obras podem nos ajudar a entender as manifestações de desagravo que expressam “a vitalidade política de um Estado”

POR MÁRCIA JUNGES

“**E**nquanto o lugar comum da interpretação de *O Príncipe* era o de uma obra destinada a orientar os tiranos no poder, Rousseau insiste em que a sua finalidade é de acautelar o povo contra o que os tiranos podem fazer, a fim de ajudá-lo a resistir a eles. Com esta interpretação, Rousseau ajudou a recuperar o republicanismo maquiaveliano, concepção da mais plena atualidade nos debates políticos contemporâneos, e a desfazer a imagem de maquiavélico, isto é, da justificação dos meios pelo fim”. A ponderação é do filósofo José Luiz Ames, na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**. E acrescenta: “estar ‘condenado’ a viver em sociedade não é uma questão que preocupe o florentino. Interessa-lhe, isto sim, examinar as condições sob as quais a vida em sociedade pode converter-se em um *vivere libero*, isto é, em uma forma de existência política na qual os homens são regidos por leis autoimpostas e na qual os cargos públicos estão abertos de forma igual a todos”. As obras do florentino auxiliam no entendimento das manifestações de rua, que demonstram “a vitalidade política de um Estado. Cabe à *potestas* fazer a adequada decifração desta grita

e promover as transformações institucionais nela contida”. Segundo Ames, é fundamental analisar a vida política e seu desenvolvimento na esfera da aparência: “a verdade da política é possível de ser captada tão somente pelos efeitos (resultados ou consequências) das ações. E nisto consiste a conhecida ruptura maquiaveliana com a moral e a instituição da política como um domínio autônomo, algo pensado a partir dela mesma”.

Graduado em Filosofia pelo Instituto Educacional Dom Bosco, José Luiz Ames é mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul — PUCRS e doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas — Unicamp com a tese *Maquiavel: a lógica da ação política* (Cascavel: Edunioeste, 2002). Leciona na Universidade Estadual do Oeste do Paraná — Unioeste e é autor de, entre outros, *Liberdade e libertação na ética de Dussel* (Campo Grande: CEFIL, 1992) e *Filosofia Política: Reflexões* (Curitiba: Protexito, 2012). É o criador da página *Portal da filosofia*, <http://portaldafilosofia.blogspot.com.br/>, site no qual publica vários artigos sobre filosofia política.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Como podemos compreender o contexto filosófico e político do surgimento das ideias de Maquiavel?**

**José Luiz Ames** - Nicolau Maquiavel nasceu em Florença, Itália, em 3 de maio de 1469 e morreu em 21 de junho de 1527. Pouco sabemos de sua vida antes de 1498, ano em que foi eleito para exercer um impor-

tante cargo na república de Florença. Destacaria três aspectos importantes para a compreensão do contexto filosófico e político que influenciaram no desenvolvimento de suas ideias.

Um primeiro é o de que a Itália, neste período, era um mosaico de cerca de 20 Estados de dimensões territoriais e regimes políticos muito variáveis. A Itália como Estado, tal

como a conhecemos hoje, não existia ainda. O “Estado” que Maquiavel serviu como Segundo Chanceler por quase 15 anos foi a república de Florença.

Um segundo aspecto é o de que os Estados Nacionais tais como os conhecemos hoje estavam ainda em formação. O conceito propriamente dito de “Estado” como entidade abstrata

e soberana ainda não existia. Será apenas bem mais tarde, com Jean Bodin<sup>1</sup> e Thomas Hobbes, que ele virá à luz. Maquiavel, porém, com suas ideias, contribuirá decisivamente na sua formulação, particularmente com sua defesa enfática da necessidade de uma autoridade suprema como condição de conservação da unidade de um povo sob um território.

### Reflexão filosófica sobre o poder

Um terceiro aspecto a considerar é a influência exercida sobre o pensamento de Maquiavel pela função pública por ele desempenhada. Maquiavel foi eleito, em 19 de junho de 1498, ao cargo de chefe da Segunda Chancelaria da república de Florença, que tratava dos negócios internos e extraordinários, entre os quais os problemas da guerra. Foi à frente desse cargo, que exerceu até 7 de novembro de 1512, que ele teve a oportunidade de conhecer profundamente os principais Estados europeus graças às mais de 20 missões diplomáticas em que representou sua pátria.

Maquiavel foi, portanto, o pensador que refletiu sobre a política e o Estado num período em que este estava ainda em formação e o fez a partir de um conhecimento adquirido direta e pessoalmente dos acontecimentos de seu tempo. Ele eleva esta experiência ao nível abstrato da reflexão filosófica sobre o poder. Maquiavel pensa filosoficamente sobre a política na perspectiva de oferecer um entendimento do quadro contemporâneo, por um lado, mas também de proporcionar uma compreensão da política como dimensão inerradicável do ser humano.

### IHU On-Line - Em que medida a necessidade e o desejo estão no cerne da instauração política para Maquiavel?

**José Luiz Ames** - Maquiavel explica, em *O Príncipe* (capítulo XV), que todas as formas de vida política

nascem do modo como é resolvida a oposição dos desejos (outras vezes ele também se refere a eles como *humores*) fundamentais de “grandes” e “povo”. Para Maquiavel, esta cisão é constitutiva de todas as sociedades e é de tal grandeza que é impossível encontrar unidade entre ela. Importante destacar de imediato que grandes e povo não são, em Maquiavel, categorias socioeconômicas, e sim ontológicas. No entanto, ainda que o movimento natural do desejo de grandes e povo seja o de aniquilar cada qual ao outro, é contido em seu curso, porque cada parte é limitada pela outra: o desejo de comandar dos grandes encontra, no desejo de liberdade do povo, seu limite e vice-versa. Isso obriga as duas partes ao acordo: nascem dali leis e instituições capazes de dar vazão aos desejos dissimétricos de grandes e povo.

É preciso ter presente ainda que esse acordo não põe fim ao conflito, não é capaz de neutralizá-lo, mas apenas normalizá-lo em formas sempre precárias e provisórias. O confronto de grandes e povo em uma arena política, isto é, pelas vias institucionais e legais, tem como resultado uma certa ordem político-institucional que é mais favorável ora a uma ora a outra das partes em confronto na totalidade social. O equilíbrio alcançado num momento jamais é tal que não possa ser revertido em uma situação posterior. A impossibilidade de uma parte impor-se plenamente sobre a outra assegura, por um lado, que as leis tenham em vista o bem comum e não o da parte vencedora e, de outro, deixa sempre em aberto a possibilidade de reversão.

### Desejo e necessidade

Estas considerações evidenciam, pois, que o desejo, naturalmente desmesurado, de grandes e povo é contido pela necessidade. A *necessità* é, assim, a coação imposta pelas condições reais nas quais a ação política se desenrola ao forçar os homens a agir em uma determinada direção, ou então de limitar a desmesura de seus desejos. Dessa maneira, ao contrariar os homens a seguir a única alternativa viável concretamente nas circunstâncias dadas, a necessidade evita a dispersão a que a ação estaria

sujeita se resultasse da livre escolha; por outro lado, a necessidade força a limitação recíproca dos desejos naturalmente inconciliáveis de grandes e povo, fazendo surgir a vida política.

### IHU On-Line - Como Maquiavel concilia a liberdade do sujeito e a regulação dos desejos do povo via política?

**José Luiz Ames** - Faz-se presente no pensamento maquiaveliano uma ideia geral de liberdade concebida como atributo do homem, liberdade entendida como algo inerente à condição humana. Contudo, tanto *liberdade* quanto *livre arbítrio*, como qualidades do homem (a noção de *sujeito* é estranha ao contexto maquiaveliano, sendo anacrônico seu uso para explicar sua obra, pois surgirá apenas bem mais tarde, com Descartes<sup>2</sup> e Hobbes, por exemplo), são sempre compreendidas em um contexto sócio-histórico bem determinado, e não em uma perspectiva individual e subjetiva. É este sentido *político* de liberdade, liberdade compreendida como uma experiência que se dá em um contexto associativo, que prevalece na obra de Maquiavel.

O homem é livre (ou é capaz de livre arbítrio), para Maquiavel, sempre no quadro de uma vida associada, de uma coletividade humana determinada. *Libertà* e *libero arbitrio* não são experiências humanas que podem ser ditas de um singular na interioridade de seu espírito (de um *sujeito*), mas da relação deste homem com os demais dentro de uma coletividade política. Maquiavel jamais se ocupa dessas expressões como se fossem essências abstratas

2 **Descartes** (René Descartes) (1596-1650): filósofo, físico e matemático francês. Notabilizou-se sobretudo pelo seu trabalho revolucionário da Filosofia, tendo também sido famoso por ser o inventor do sistema de coordenadas cartesianas, que influenciou o desenvolvimento do cálculo moderno. Descartes, por vezes chamado o fundador da filosofia e matemática modernas, inspirou os seus contemporâneos e gerações de filósofos. Na opinião de alguns comentaristas, ele iniciou a formação daquilo a que hoje se chama de racionalismo continental (supostamente em oposição à escola que predominava nas ilhas britânicas, o empirismo), posição filosófica dos séculos XVII e XVIII na Europa. (Nota da IHU On-Line)

1 **Jean Bodin** (1530-1596): jurista francês, membro do Parlamento de Paris e professor de Direito em Toulouse. É considerado por muitos o pai da Ciência Política devido a sua teoria sobre soberania. Baseou-se nesta mesma teoria para afirmar a legitimação do poder do homem sobre a mulher e da monarquia sobre a gerontocracia. (Nota da IHU On-Line)



ou metafísicas. Assim, *libertà* é algo que se diz, fundamentalmente, de uma cidade: “livre” é uma cidade, e ainda que *libertà* possa ser uma experiência “do homem”, pressupõe uma comunidade política concreta na qual esta possibilidade se realiza. “Cidade livre”, uma vez que é disso que se trata fundamentalmente, é aquela que vive sob suas próprias leis, e não sob o domínio estrangeiro. O contrário de cidade livre é *servitù*, termo que Maquiavel utiliza para caracterizar a cidade governada por estrangeiros, independentemente de sob quais instituições governem, ou se agem com clemência ou com crueldade.

A salvaguarda da liberdade está, pois, em evitar cair, internamente, na servidão de uma tirania e, externamente, sob a dominação de outra potência. Consequentemente, a liberdade pode existir em dois planos distintos: a liberdade dos cidadãos sob uma república e a liberdade da república enquanto forma de organização política diante das demais potências. Podemos chamar a primeira de liberdade *no* Estado, e a segunda, liberdade *do* Estado. Uma e outra devem ser entendidas, sobretudo, não como liberdade individual, mas como liberdade do corpo político no seu conjunto.

#### **IHU On-Line - Até que ponto Maquiavel se aproxima de Rousseau ao perceber que estamos “condenados” a viver em sociedade?**

**José Luiz Ames** - Maquiavel se mostra indiferente em relação à existência “natural” do homem; isto é, de uma existência que os contratualistas, entre os quais Rousseau, denominam “estado de natureza”. Maquiavel parte simplesmente do *fato* da vida humana sob o Estado; sequer se ocupa em problematizar a necessidade ou não da existência coletiva. Assim, estar “condenado” a viver em sociedade não é uma questão que preocupe o florentino. Interessa-lhe, isto sim, examinar as condições sob as quais a vida em sociedade pode converter-se em um *vivere libero*; isto é, em uma forma de existência política na qual os homens são regidos por leis autoimpostas e na qual os cargos públicos estão abertos de forma igual a todos.

Rousseau, como sabemos, foi um leitor que tinha a obra de Maquiavel em alta consideração. Reconhecia no florentino um patriota e defensor da liberdade dos povos: enquanto o lugar comum da interpretação de *O Príncipe* era o de uma obra destinada a orientar os tiranos no poder, Rousseau insiste em que a sua finalidade é de acautelar o povo contra o que os tiranos podem fazer, a fim de ajudá-lo a resistir a eles. Com esta interpretação, Rousseau ajudou a recuperar o republicanismo maquiaveliano, concepção da mais plena atualidade nos debates políticos contemporâneos, e a desfazer a imagem de maquiavélico, isto é, da justificação dos meios pelo fim.

#### **IHU On-Line - Qual é a atualidade da compreensão da violência política dissimulada e da violência originária, constatadas por Maquiavel?**

**José Luiz Ames** - Maquiavel propõe-se a pensar a política desde a ação, ideia que é expressa por ele na famosa proposição de que pretende *seguir a verdade efetiva da coisa* (*O Príncipe*, capítulo XV). Em que consiste esta verdade? Para Maquiavel, a verdade política da ação pode ser captada unicamente por meio de seus efeitos, e não pelas motivações; quer dizer, ela se situa nas consequências, nas repercussões — sejam elas afortunadas ou infelizes — sobre o sistema complexo das condições a partir das quais a ação se desenrola. Dessa maneira, não basta colecionar fatos para encontrar a verdade: uma sucessão de acontecimentos apenas significa algo se alguém (um príncipe ou um colegiado de cidadãos sob uma república) lhe revelar o sentido.

Uma vez que a ação política está submetida à lógica da necessidade, o ator político vê-se obrigado a avaliar vícios e virtudes unicamente em relação aos seus efeitos, ou seja, em função de suas possibilidades de conquista e conservação do poder. Assim, por ser a necessidade, e não uma norma do bem, que determina a ação política, a exigência de conservar o poder pode obrigar o ator político a “entrar no mal”.

#### **Esfera da aparência**

Os capítulos XVI a XIX de *O Príncipe* completam esta concepção:

Maquiavel desenvolve ali a ideia de que o príncipe precisa assumir determinadas qualidades estimadas pelos súditos, quer as possua ou não. Trata-se de desempenhar um papel, como num teatro, *parecendo* e não *sendo* de um modo ou de outro. Por que, poderíamos perguntar, o ator político precisa levar a efeito ações que dissimulem aos governados seu verdadeiro objetivo?

A exigência de parecer se impõe como uma necessidade política de construção da imagem. Não pode ser interpretada como pura encenação, ou como desejo puro e simples de ludíbrio. Muito antes, é uma atitude deliberada de evidenciar o caráter virtuoso de que estão revestidas as ações que pratica (ou seja, de que estão a serviço do bem público), sendo irrelevante saber se elas são ou não virtuosas “em si”; isto é, se a intenção com a qual são praticadas está em conformidade com a virtude ou não. Em outras palavras, que a intenção é julgada por seus efeitos e que a ação encontra seu sentido unicamente ao longo do tempo, o que significa dizer que está submetida ao juízo da história.

A concepção de *verità effettuale* proposta por Maquiavel permite pensar que a realidade se esgota completamente na aparência não porque somente trapaceando o ator político seria capaz de satisfazer suas ambições, e sim porque é o único modo de aceder ao *vivere politico*. Em outras palavras, a vida política se desenvolve na esfera da aparência: a verdade da política é possível de ser captada tão somente pelos efeitos (resultados ou consequências) das ações. E nisto consiste a conhecida ruptura maquiaveliana com a moral e a instituição da política como um domínio autônomo, algo pensado a partir dela mesma.

#### **IHU On-Line - Qual é a origem da compreensão maquiaveliana de que a política é um jogo?**

**José Luiz Ames** - Ernst Cassirer é, talvez, o mais conhecido dos defensores da tese de que Maquiavel é um técnico frio, sem compromissos éticos ou políticos, um analista político objetivo, um cientista moralmente neutro e desinteressado quanto ao uso de suas descobertas “técnicas”,

## “Maquiavel foi, portanto, o pensador que refletiu sobre a política e o Estado num período em que este estava ainda em formação e o fez a partir de um conhecimento adquirido direta e pessoalmente dos acontecimentos de seu tempo”

que podem servir tanto a libertadores quanto a déspotas. Para Cassirer, a atividade política se ajustaria tanto ao Estado legal quanto ao ilegal, não sendo imoral nem moral, mas sim amoral. Ele simplesmente ofereceria a todos os soberanos, reais ou virtuais, legítimos ou ilegítimos, conselhos eficazes para estabelecer e manter o seu poder, para evitar as discórdias internas, para prevenir ou para triunfar sobre as conspirações. Maquiavel é apresentado como o profeta da técnica em política, o mestre do realismo amoral. O campo de preocupação de Maquiavel não seria a política em sentido normativo, e sim desta atividade humana no sentido puramente descritivo, abordando-a de modo semelhante a um cientista social que descreve como funcionam de fato as realidades políticas. Indignar-se diante dos meios indicados para a fundação e conservação de Estados enunciados por Maquiavel seria algo tão fora de lugar quanto repreender um físico que enuncia o valor de uma constante.

Esta compreensão maquiaveliana da política como um jogo implica a redução da ação política em uma pura técnica possível de ser aprendida, ensinada e elaborada teoricamente. O objeto dessa técnica é o estudo das regras que conduzem ao êxito sem considerações sobre o sentido e o valor, nem dos meios utilizados, nem da meta visada. A política como técnica é axiologicamente neutra. Os meios utilizados visam apenas preservar a “saúde” do Estado. Assim como o médico que amputa a perna do paciente não pode ser condenado por mutilar um corpo, mas, ao contrário, deve ser louvado por devolver-lhe a saúde, o político que utiliza meios cruéis para o bem do Estado protege a “saúde” da coletividade e merece o louvor quando alcança êxito.

### Estratagemas e fascinação pelo jogo político

A interpretação da política como um jogo faz de Maquiavel um pensador que considera a ação política como amoral. Com efeito, tal como em um jogo, importa conhecer detalhadamente as regras e aplicá-las com perfeição. Maquiavel teria sido aquele pensador que descobriu es-

tas regras, mas não teria manifestado a menor disposição de mudá-las, considerando-as tão próprias ao jogo político como as leis da ciência em relação aos corpos físicos. Sua experiência teria-lhe ensinado que o jogo político sempre foi jogado com fraude, engano, traição e crime. Ele não censuraria, mas também não recomendaria estas coisas. Sua única preocupação seria a de encontrar a melhor jogada — a que ganha a partida. Assim, do mesmo modo que nos encanta a habilidade do jogador que engana seu adversário com toda sorte de ardis e estratégias, Maquiavel também teria se fascinado com o jogo político no qual os atores se utilizariam de estratégias para vencer. O criticável na ação dos atores políticos, nesta perspectiva, não seriam seus crimes e sim seus erros, precisamente quando estes os fazem perder o jogo!

É inegável que o componente empírico, próprio da análise do poder, desempenha um papel impor-

tante na obra de Maquiavel, mas seu objetivo ultrapassa largamente a mera descrição minuciosa da vida política. Maquiavel percebe o poder em sua inserção ineludível naquilo que considera a atividade mais sublime e enobrecedora dos seres humanos: a política. No entanto, suas afirmativas não são empíricas ou puramente descritivas: não só nos diz que na política o mal está sempre presente, que ele é utilizado normal e impunemente nela, mas sustenta que, em determinadas situações, o mal *deve* ser feito no âmbito da política. Esta não é uma afirmação de alguém que aspira à imparcialidade científica. É um juízo normativo que é preciso ser interpretado como uma recomendação ética para aquele que age no campo da política. Revela que Maquiavel está longe de mostrar-se indiferente em relação ao fim visado pelas ações humanas. Sua linguagem deixa claro que a política não se mede unicamente pelo êxito, não é um simples cálculo estratégico, mas revela que há um valor a ser realizado através da política.

**IHU On-Line - Em que consiste a concepção maquiaveliana de “inimigo político”? Há algo de sua influência no pensamento de Carl Schmitt?**

**José Luiz Ames** - A percepção da dimensão de “o político” leva a admitir que as questões *políticas* sempre implicam decisões que requerem uma opção entre alternativas antagônicas. Nesse ponto, pode-se reconhecer a contribuição de Carl Schmitt. Uma das ideias centrais de Schmitt é sua tese segundo a qual as identidades políticas consistem em certo tipo de relação nós/eles, a relação amigo/inimigo. No campo das identidades coletivas, trata-se sempre da criação de um “nós” que somente existe em oposição a um “eles”. Ainda que nem toda relação nós/eles se converta numa relação amigo/inimigo (ou seja, numa relação “política”), se torna tal quando o “eles” é percebido como negando a identidade do “nós”.

3 **Carl Schmitt** (1888-1985): jurista e cientista político alemão. A IHU On-Line 139, de 2-05-2005, disponível em <http://bit.ly/TJcnLW>, publicou o artigo O pensamento jurídico-político de Heidegger e Carl Schmitt. A fascinação por noções fundadoras do nazismo. (Nota da IHU On-Line)

Consequentemente, o que Schmitt nos revela é que “o político” não está limitado a certo tipo de instituição ou concebido como constituindo uma esfera ou nível específico de sociedade. Tem de ser concebido como uma dimensão inerente a todas as sociedades humanas e que determina a nossa própria condição ontológica.

Muito embora os termos amigo/inimigo sejam novos, o significado é perfeitamente perceptível já na obra de Maquiavel. Com efeito, para o florentino a oposição entre grandes e povo é, a princípio, da ordem da relação entre inimigos; quer dizer, situa-se no plano ontológico e não no plano sócio-histórico. A paixão que move grandes e povo é no sentido de suprimir a força contrária. Este movimento não se conclui unicamente porque (e também na medida em que) cada parte é contida pela outra no seu desejo desmesurado. Deste conflito essencial emerge uma relação política na medida em que as *leggi et ordini* que resultam do confronto possibilitam um ordenamento político favorável a todos. A criação das leis e instituições não elimina o antagonismo; apenas o “domestica”.

Somente a partir do momento em que reconhecemos esta dimensão de “o político” (ou seja, a relação ontológica de amigo/inimigo) e compreendemos que “a política” (ou seja, a relação histórica entre as forças sociais que institui práticas políticas) consiste em dominar a hostilidade e domesticar o antagonismo potencial que existe nas relações humanas, poderemos colocar-nos a questão fundamental da constituição de um *vivere libero*, como diz Maquiavel. Não se trata de determinar como chegar a um consenso racional sem exclusões; ou, em outras palavras, como estabelecer um “nós” sem que exista um “eles”. Isto é impossível, porque não pode existir um “nós” sem um “eles”. Em outras palavras, a relação ontológica amigo/inimigo é ineliminável. Trata-se, pelo contrário, de saber como estabelecer esta distinção “nós/eles” de modo a ser compatível com o *vivere libero*.

**IHU On-Line - Como a categoria da memória é examinada pelo pensador florentino? Como essa concepção repercute na política de nossos dias?**

## “Muito embora os termos amigo/inimigo sejam novos, o significado é perfeitamente perceptível já na obra de Maquiavel”

**José Luiz Ames** - A principal referência das reflexões de Maquiavel é a história. A vida histórica aparece a ele marcada por um conjunto de nuances dentre as quais a mais relevante é a convicção de sua radical imanência em oposição à transcendência medieval. O movimento histórico adquire sentido nele mesmo, e não pela realização de desígnios extraterrenos. O estudo da história, para Maquiavel, está voltado para um objetivo prático: estabelecer regras gerais da ação política. Assim, a formação do dirigente político deve seguir um programa de capacitação por meio do conhecimento histórico. Isto significa que Maquiavel desenvolve uma “praxeologia” capaz de explicitar os fatores fundamentais que determinam o campo político. Somente dessa maneira é possível obter uma descrição do âmbito a partir do qual o agente político pode alcançar êxito. Esta preparação supõe uma rede conceitual por intermédio da qual Maquiavel procura captar o material da experiência histórica antiga e moderna segundo o critério de sua utilidade prática.

Para Maquiavel, não interessa o conhecimento histórico como um saber desinteressado dos fatos. Ele se ocupa da história para decifrar, nos acontecimentos passados, meios de ação eficazes para a condução do Estado em seu tempo presente. Desse modo, pode-se dizer que o conhecimento histórico é concebido como mediador de uma estratégia de êxito político: os fatos são selecionados em vista da preocupação

de apontar no presente a estratégia de ação mais apropriada para gerar efeitos positivos no futuro.

**IHU On-Line - Pensando nos 39 ministérios brasileiros da atual gestão presidencial, em que aspectos a ideia de Maquiavel sobre a política de interesses e coalizões se faz notar?**

**José Luiz Ames** - A concepção republicana de Maquiavel faz com que se entenda o exercício do poder político como uma atividade que tem em vista o bem geral. Os interesses divergentes presentes no todo social se fazem presentes no enfrentamento, no embate público. Nada menos republicano do que compor um governo cedendo ao jogo de interesses de partidos como é o caso brasileiro. A existência de 39 ministérios é expressão acabada de um modelo corporativista não republicano de governo. Ali não prevalece o bem geral, e sim os interesses localizados de indivíduos e partidos. O público submergiu e cedeu lugar ao privado: o poder é compartilhado em base à satisfação dos interesses particulares de grupos, e não dos grandes objetivos públicos da nação.

**IHU On-Line - Gostaria de acrescentar algum aspecto não questionado?**

**José Luiz Ames** - O evento mais recente da vida democrática brasileira é o das manifestações populares que tomaram conta das ruas. Maquiavel, nos *Discorsi* (I,4-5), acentua enfaticamente que o tumulto, a grita popular, é o que produz um *vivere libero*. A manifestação popular é, por definição, desordenada. Sua vitalidade está em ser a expressão mais autêntica do espírito democrático. Para Maquiavel, ela tem sua legitimidade assentada no fato de ser a *potentia*, isto é, a fonte de todo poder. Quem precisa buscar legitimidade é a *potestas*, isto é, o poder delegado exercido pelo executivo e o legislativo, e não a *potentia*, isto é, o povo. A obra de Maquiavel nos ajuda a compreender que a existência de manifestações de rua expressa a vitalidade política de um Estado. Cabe à *potestas* fazer a adequada decifração desta grita e promover as transformações institucionais nela contida.

# O governante e o médico e a importância do prognóstico antecipado

Categorias médicas foram utilizadas por Maquiavel em seu pensamento político, mas de modo transformado, observa Marie Gaille. Ao analisar uma “dinâmica do desejo nos homens”, o pensador não quis elaborar uma concepção de “natureza humana”

POR MÁRCIA JUNGES / TRADUÇÃO: VANISE DRESCH POR MÁRCIA JUNGES

“**M**aquiavel não retoma *stricto sensu* a definição médica da saúde e da doença, nem a distinção entre os quatro humores, dominante na época. Em outras palavras, em seu pensamento, a transferência de categorias médicas para o pensamento político não ocorre sem transformação”, analisa Maire Gaille, filósofa francesa, que concedeu a entrevista a seguir, por e-mail, à **IHU On-Line**. “Em Maquiavel, a transferência de categorias médicas para o pensamento político não tem como único objeto essa metáfora do corpo político. Associada à imagem do corpo misto, encontramos em Maquiavel, de fato, uma tentativa para pensar as transformações que a pólis sofre”, adverte. E acrescenta: “Diante dessa história essencialmente instável das pólis, o governante e o pensador político, segundo Maquiavel, devem se assemelhar ao médico e tomar emprestado à arte definida pela tradição hipocrático-galênica diversas competências: a de prever ou fazer o prognóstico antecipado (“ver o invisível através do visível”), a de diagnosticar o mal quando ele se manifesta e, por fim, a de tratar em função da gravidade do mal”. Gaille analisa, também,

a relação dos escritos maquiavelianos com a secularização. Segundo ela, por várias vezes se tomou Maquiavel como um pensador ateu, “alguém que teria dado fim, em termos gramscianos, ao reinado da transcendência. Incontestavelmente, ele concentra sua atenção nas condições humanas da ação política. No entanto, não se pode afirmar sem nuances que, para ele, o campo político seja isento de qualquer forma de intervenção divina”. E arremata: “Muito mais latente em sua reflexão é o papel político que uma religião pode desempenhar”.

Marie Gaille é diretora de Pesquisa no SPHERE – Centro Nacional de Pesquisa Científica – Universidade Paris Diderot, na França. É autora de, entre outros, *Liberté et conflit civil, la politique machiavélique entre histoire et médecine* (Paris: Champion, 2004), *Le gouvernement mixte, de l'idéal politique au monstre constitutionnel en Europe (13è-17è siècles)* (Presses Universitaires de Saint-Étienne, 2005) e *Machiavel, biographie* (Paris: Tallandier, 2005), que foi traduzido para o português como *Maquiavel* (Lisboa: Edições 70, 2008).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Em que sentido a filosofia política e moral está ligada à questão da medicina?**

**Marie Gaille** - A filosofia política e moral, a meu ver, está ligada à questão da medicina de múltiplas maneiras. Como mostra a história da filosofia, que têm suas raízes na herança grega antiga, medicina e políti-

ca intercambiam suas categorias. Os vaivéns acontecem nos dois sentidos. A demonstração disso, por excelência, é um trecho de Alcmeon de Crotona (500 a.C.), médico pré-socrático que emprega os termos gregos *isonomia* e *monarchia* para designar a saúde e a doença, sem que se possa saber qual foi a primeira, a medicina

ou a política, a importar o vocabulário da outra. O *Corpus hipocrático* inclui muitos termos de origem política ou termos, tais como *dynamis*, que têm um significado indiferentemente político ou médico. A constatação dessas trocas entre medicina e política fez dos empréstimos do pensamento político à teoria médica, desde Platão,



um campo de estudos por inteiro na história da filosofia política. Esta se interessa tanto pelo conteúdo dessas trocas, quanto pelas diversas funções que cumpre a importação de categorias médicas ao pensamento político. Em particular, a metáfora orgânica do “corpo político” e aquela, correlativa, de suas “doenças” ou “patologias” foram temas de investigações recorrentes.

### Discurso político e moral

A análise das metáforas médicas presentes no pensamento político repousa na ideia de uma transferência de categorias, esquemas e representações de um universo de pensamento ao outro. Ora, a leitura do corpus das obras médicas sugere que, em parte, a teoria médica já é, em si mesma, portadora de um discurso axiológico ao mesmo tempo político e moral: ela propõe normas de vida aos indivíduos, apresenta uma antropologia normativa que distingue e classifica, hierarquiza e ordena os homens, indicando até mesmo, às vezes, uma organização institucional de acordo com essa categorização.

Para mostrar quanto a proposta de normas de vida é inerente ao discurso médico, basta que o filósofo observe a história da medicina, que evidencia perfeitamente a natureza e o conteúdo do discurso sobre a alimentação. Esse tipo de discurso herda uma tradição que remonta à Antiguidade. Em sua obra *Ars medica*, Galeno, por sua vez, determinou os seis elementos da saúde: o ar, a alimentação e a bebida, o sono e a vigília, o movimento e o repouso, a evacuação do corpo (inclusive pela atividade sexual), as paixões da alma ou as emoções. Esses seis elementos fazem parte, no século XVII, da vulgata da arte de prevenir as doenças. O tratado hipocrático do *Regime* inaugura, portanto, um discurso médico preventivo, que adquiriu uma importante posteridade na Europa, enunciado geralmente por médicos, mas também, às vezes, por filósofos ou religiosos.

### Medicina e filosofia moral

Esse discurso médico tem outra faceta, um pouco menos conhecida, que contém uma concepção normativa da existência ou das existências

## “O saber médico e os conhecimentos biológicos ou tecnológicos que o acompanham não são questionados enquanto tais”

humana(s), conforme o gênero, a idade, a origem geográfica, etc. O estudo proposto por M. Vegetti, “Classificare uomini”, em 1978, indica que tal discurso indissociavelmente médico, político e antropológico é identificável desde a Antiguidade grega. O homem seria um comedor de pão e/ou um construtor de navio? O homem seria aquele que se casa? O homem seria um animal político? Entre outros discursos, a medicina traz alguns elementos para responder a essas perguntas, colocando no cerne de sua análise a mão, o coração e o sangue, o cérebro. Diante das interrogações: “Existem diferenças entre certos homens? Os homens podem ser classificados e hierarquizados?”, a medicina também não se cala, propondo respostas relacionadas com os climas e o meio ambiente para explicar as diferenças entre os homens. Por fim, ela defende a ideia de uma diferença dos sexos. É preciso também ir além das fontes utilizadas por Foucault para atestar a emergência de uma política relativa à saúde de uma população: muitas dessas fontes são bem anteriores ao século XVIII.

Além disso, contemporaneamente, nos últimos cinquenta anos pelo menos, ainda que de forma desigual de uma sociedade a outra, a relação entre medicina e filosofia moral e política passa por uma evolução importante. Desenvolvem-se controvérsias normativas sobre as práticas médicas e os argumentos que sustentam esta ou aquela decisão, tomada à cabeceira do paciente ou visando à coletividade. O saber médico e os conhecimentos biológicos ou tecnológicos que o acompanham não são

questionados enquanto tais. É antes seu uso que constitui tema de discussão. A questão é a legitimidade desta ou daquela prática, escolha ou decisão. Com outras disciplinas das ciências humanas e sociais, como a psicologia, a sociologia e a antropologia, a filosofia envolveu-se nessas controvérsias para analisar seus conteúdos, aclarar as dificuldades normativas e às vezes também para propor, ela mesma, uma avaliação dessas práticas e desses argumentos.

### IHU On-Line - Qual é a relação entre liberdade e conflito civil com a política maquiavélica da história e da medicina?

**Marie Gaille** - Maquiavel é um autor que gera polêmica porque, entre outras coisas, questiona o ideal de paz civil e afirma que, em certo período de sua história republicana, Roma ilustra o fato de que a liberdade foi favorecida e mantida graças a perturbações, protestos, lutas do “povo” contra os “grandes”. Mas ele expressa essa tese, principalmente nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* e em *História de Florença*, através de um uso muito original do pensamento médico de sua época. Maquiavel não emprega nem a metáfora orgânica de inspiração aristotélica, nem aquela relativa ao corpo de Cristo, tampouco a que encontramos na boca de Menênio Agripa, que dá ênfase à cooperação necessária dos membros do corpo em *A história romana* (II, 32), de Tito Lívio. Buscando seu vocabulário nas concepções médica de sua época e na filosofia natural de inspiração aristotélica, ele desenvolve a metáfora do “corpo misto”, corpo vivo e mortal, composto por elementos simples e contrários, não hierarquizados entre si, “os humores”. Não se trata de um corpo fechado, dentro do qual cada parte desempenha um papel que lhe é atribuído *a priori*, e sim de um corpo de fronteiras móveis, em que a divisão dos atributos sofre variações de acordo com a evolução das relações de força, e não conforme o critério de uma hierarquia “natural”.

Maquiavel não retoma *stricto sensu* a definição médica da saúde e da doença, nem a distinção entre os quatro humores, dominante na época

ca. Em outras palavras, em seu pensamento, a transferência de categorias médicas para o pensamento político não ocorre sem transformação. Seu próprio par de humores, o dos grandes e o do povo, se assemelha mais aos pares de opostos que Alcmeon de Crotona concebeu. No entanto, essa aproximação também tem seus limites: seu esquema binário não corresponde à ideia alcmeoniana de uma infinidade de pares de opostos. Para Maquiavel, um humor em particular, o dos grandes, é relativamente mais nocivo que o outro na pólis, enquanto, no modelo médico, nenhum é caracterizado negativamente. Essas diferenças não diminuem em nada a importância da fonte médica para compreender o modo como Maquiavel formula seu pensamento institucional e sua concepção da liberdade política como “mistura equilibrada”. Elas indicam simplesmente que ele faz da fonte médica, assim como de suas outras fontes, um uso livre.

### Prognóstico antecipado

Em Maquiavel, a transferência de categorias médicas para o pensamento político não tem como único objeto essa metáfora do corpo político. Associada à imagem do corpo misto, encontramos em Maquiavel, de fato, uma tentativa para pensar as transformações que a pólis sofre. A metáfora do “corpo misto” lhe permite enfatizar o fato de que toda pólis tem um tempo de vida determinado, que ela pode morrer antes do momento de sua morte natural, mas pode também manter-se até esse momento se aqueles que governam souberem tomar as medidas adequadas. Além disso, toda pólis sofre alterações, no sentido aristotélico do termo, isto é, mudanças, pelas quais todas elas se mantêm fundamentalmente idênticas a si mesmas, mas sofrem também mutações naturais segundo um processo designado pelo termo de “corrupção”.

Diante dessa história essencialmente instável das pólis, o governante e o pensador político, segundo Maquiavel, devem se assemelhar ao médico e tomar emprestado à arte definida pela tradição hipocrático-galênica diversas competências: a de prever ou fazer o prognóstico

“É verdade que Maquiavel fala dos humores, das paixões, dos desejos, das necessidades fundamentais dos homens, de sua relação com o mal e o bem. Pode-se até mesmo dizer que ele propõe uma análise da dinâmica do desejo nos homens. Mas essa evocação não está relacionada com o projeto de elaborar uma concepção da ‘natureza humana’”

antecipado (“ver o invisível através do visível”), a de diagnosticar o mal quando ele se manifesta e, por fim, a de tratar em função da gravidade do mal. Observa-se, assim, que, em caso de crise, Maquiavel parece tomar emprestado ao tratado hipocrático *O regime das doenças agudas* a ideia de uma terapia em sentido inverso e proporcional à força da doença.

**IHU On-Line - Em que sentido as ideias de Maquiavel mantêm sua influência em áreas como a política e a medicina?**

**Marie Gaille** - De meu ponto de vista, é inútil procurar uma influência de Maquiavel na área da medicina. E no prolongamento disso, é preciso dizer que a obra de Maquiavel faz parte de uma longa série de reflexões políticas que utilizaram o pensamento médico. No entanto, ele não contribuiu para a elaboração de uma filosofia da medicina, e muito menos para a ética da medicina.

Em contrapartida, a questão sobre sua influência tem um sentido para o campo político. Se perguntarmos sobre a influência de Maquiavel nos tempos atuais, a resposta é delicada, pois tal influência é logo difratada em várias opções interpretativas: tem-se ainda e sempre Maquiavel como conselheiro dos príncipes, e principalmente mestre do logro e da dissimulação, do uso refletido da astúcia e da força. Este é o Maquiavel mais evidente, mais comum, mais simples também. Encontramos hoje também uma figura de Maquiavel que engloba esses aspectos, mas é um pouco mais complexa: Maquiavel como pensador da ação política, sobre o qual, a meu ver, Claude Lefort escreveu páginas extraordinárias em *Travail de l'oeuvre Machiavel* (1971).

O seu pensamento sobre o conflito civil e a relação deste com a liberdade é também muito influente, mas foi retomado em diferentes direções. Sobre este assunto, publiquei uma parte do meu trabalho de doutorado: *Liberté et conflit civil. La pensée machiavélique entre histoire et médecine* (Paris: Champion, 2004). O Capítulo 6 dessa obra foi dedicado ao “espelho apresentado por Maquiavel à democracia contemporânea”. Examinei ali principalmente os usos feitos da obra maquiavélica desde os anos 1970 acerca do tema da liberdade política. Dentre os usos mais significativos do pensamento maquiavélico sobre a liberdade, comentei aquele que Q. Skinner faz, apoiando-se em Maquiavel para lançar um alerta aos liberais. Segundo ele, estes se apoiam equivocadamente numa concepção negativa da liberdade e deveriam adotar uma visão participa-

tiva dela, que o autor lê em Maquiavel. Skinner atribui um lugar menor ao conflito civil e concebe a participação cívica como o cumprimento ativo e vigilante dos deveres cívicos. Esta leitura de Maquiavel contrasta muito com a perspectiva de um “momento maquiavélico de Marx”, defendido principalmente por M. Abensour, na França. Esta ideia, que pode ser encontrada numa forma um tanto diferente no pensamento de Negri, dá ênfase à vontade supostamente democrática do povo. Distingue-se do “momento maquiavélico” francês apresentado por S. Audier e ligado à ideia de conflito, mas abordado diferentemente por filósofos como M. Merleau-Ponty, R. Aron ou Lefort (*Machiavel, Conflit et liberté*. Paris: Vrin, 2005).

### Alcance contemporâneo

Em 2004, não me situando em nenhuma dessas duas óticas, defendi a interpretação de que a concepção maquiavélica da liberdade política possuía uma atualidade que não era da ordem de uma retomada direta de seu pensamento. Parecia-me mais uma ferramenta teórica de primeira ordem para apontar dificuldades teóricas e práticas que uma teoria contemporânea da democracia precisa levar em conta, principalmente a de conseguir pensar “instituições quentes”. Em Maquiavel, encontramos, de fato, a exigência de um pensamento da ordem (institucional), a “ordine”, e da desordem ou do conflito civil.

Esse aspecto sempre me parece pertinente nos dias de hoje, mas o que me parece mais interessante atualmente é explicitar o método a partir do qual nos referimos a uma obra — neste caso, à obra de Maquiavel — quando queremos determinar sua influência. É para esta perspectiva que eu gostaria de orientar a pesquisa sobre o alcance contemporâneo do pensamento maquiavélico, principalmente para explicitar em que aspectos a “cena política maquiavélica” está repercutida em certos questionamentos contemporâneos sobre os processos de democratização.

**IHU On-Line - A partir da perspectiva desse pensador, podemos falar de uma moralização e de uma**

## “Muito mais latente em sua reflexão é o papel político que uma religião pode desempenhar”

### politização da natureza humana? Por quê?

**Marie Gaille** - Penso que eu não adotaria essa perspectiva interpretativa. Isso requer vários “saltos” na análise textual, e não vejo nenhuma vantagem teórica nisso. Vários comentadores defenderam a ideia de uma antropologia maquiavélica. É verdade que Maquiavel fala dos humores, das paixões, dos desejos, das necessidades fundamentais dos homens, de sua relação com o mal e o bem. Pode-se até mesmo dizer que ele propõe uma análise da dinâmica do desejo nos homens. Mas essa evocação não está relacionada com o projeto de elaborar uma concepção da “natureza humana”. Se tal concepção aflora em seus textos, ela é sempre secundária à ambição de pensar as condições para conquistar o poder e manter-se nele, como em *O Príncipe*, de esclarecer as condições da manutenção da liberdade (da independência e do regime “livre”, ou seja, republicano), como nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, e de compreender por que Florença não consegue seguir o modelo romano, como na *História de Florença*. É por essa razão que, por mais importante que seja esse esforço de compreensão, a meu ver, ela não foi apresentada por Maquiavel de forma sistematizada.

Considero também delicado falar de uma “politização da natureza humana” em Maquiavel. No pensamento dele, os homens sempre são vistos em sua vida de cidadãos, já inseridos numa forma política de sociabilidade. Será que, para ele, os homens tiveram uma vida pré-social, pré-política? Será que conheceram aquilo que teóricos políticos poste-

riores designaram por um “estado natural”? Fora alguns elementos de exegese que estão presentes nos *Discursos*, não sabemos, e podemos até mesmo suspeitar de que isso seja uma questão anacrônica e pouco fecunda para ler a obra de Maquiavel.

### IHU On-Line - Quais são as influências fundamentais de Maquiavel sobre os “leitores” Foucault e Schmitt?

**Marie Gaille** - A respeito deste ponto, remeto à análise que propus na revista *Multitudes*, em 2003 (volume 13, verão, acesso livre *on line*), intitulada “L’ordre conflictuel du politique: une formule ambiguë” (A ordem conflituosa do político: uma expressão ambígua). Leitores de Maquiavel, Foucault e Schmitt compartilham com ele uma grande preocupação com a questão do conflito. Além disso, eles têm em comum o fato de não terem buscado as condições de uma resolução do conflito. Apesar desses elementos que parecem justificar uma aproximação, a análise dos usos que Foucault e Schmitt fazem de Maquiavel evidencia que este não participa de forma significativa da reflexão dos dois primeiros sobre a conflituosidade do político. Poderíamos falar mais de um “não encontro” desses três autores. A minha hipótese a esse respeito é a de que Maquiavel tenta manter unidos um pensamento da ordem institucional e um pensamento do conflito civil e de sua positividade, um gesto impossível de assimilar tanto para uma teoria da ordem absoluta, como para uma concepção da resistência libertadora às margens da ordem.

### IHU On-Line - Em que medida o pensamento de Maquiavel pode ser relacionado com a temática da secularização?

**Marie Gaille** - Esta pergunta é muito interessante e possui diferentes dimensões. Eu a abordei em *Machiavel et la tradition philosophique* (Paris, PUF, 2007; tradução em espanhol: *Maquiavelo y la tradición filosófica*, tr. de H. Cardoso, Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, Claves Perfiles, 2011). De um ponto de vista exegético primeiramente, muitas vezes se quis fazer de Maquiavel

um pensador ateu, alguém que teria dado fim, em termos gramscianos, ao reinado da transcendência. Incontestavelmente, ele concentra sua atenção nas condições humanas da ação política. No entanto, não se pode afirmar sem nuances que, para ele, o campo político seja isento de qualquer forma de intervenção divina. De resto, penso que esse ponto não é o mais interessante a ser discutido na exegese maquiavélica: qualquer que seja o lado para o qual pese a balança interpretativa, a parte do “livre arbítrio humano” é o que lhe interessa na verdade.

Muito mais latente em sua reflexão é o papel político que uma religião pode desempenhar. Mais além da dimensão biográfica, desde o efeito que os sermões de Savonarole produziram sobre o jovem Maquiavel até o papel desempenhado pelo papado na sua vida depois de sua exclusão da chancelaria florentina, Maquiavel faz da religião um objeto de reflexão obrigatório para *toda e qualquer* ator político.

### Provações políticas

Com ele, entramos num contexto religioso pluralista: a religião cristã católica, que domina a sua época, confronta-se com a religião civil romana. Conhecemos o julgamento severo que ele emite contra a primeira: chamando os homens a crer num além, ela enfraquece a virtude deles e os prepara mal para as provações políticas da vida terrestre. A religião

civil romana, ao contrário, é valorizada como um elemento estruturante e unificador da vida política em Roma. O juramento tem uma dimensão religiosa. O apego aos deuses romanos “viriliza” os cidadãos.

Na medida em que Roma encarnou, para Maquiavel, o paradigma da liberdade, não podemos deixar de nos perguntar sobre o papel desempenhado pela religião, além do conflito civil, no advento e na manutenção da liberdade, de acordo com a visão dele. A concepção rousseauiana da religião civil suscita também essa indagação. Entretanto, a resposta, a partir de Maquiavel, é complicada, sobretudo se a pergunta for formulada na sua “tradução” contemporânea: dispomos, hoje, de um equivalente da religião romana? Uma democracia tem as mesmas necessidades políticas da república romana referida por Maquiavel nos *Discursos*?

### IHU On-Line - Qual é a atualidade de *O Príncipe* após 500 anos de sua publicação?

**Marie Gaille** - Como eu disse anteriormente, existem vários Maquiavel, dos quais um está especificamente ligado ao *Príncipe*. Este texto se destaca dos outros escritos de Maquiavel de forma incontestável se seguirmos a história de sua posteridade editorial e de sua difusão, embora hoje a exegese acadêmica de Maquiavel tenha cedido grande espaço para os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* ou mesmo

para a *História de Florença* e *A arte da guerra*, ou ainda para os escritos governamentais. Sua escrita e composição são certamente determinantes, e poucos são aqueles que veem nesse texto, como o historiador Paul Veyne, um simples “bibelô de época”. É notável o fato de ele ser lido mais além do meio acadêmico, mesmo que seja de forma excessivamente simplificadora: *best-seller* editorial para conquistar um lugar amoroso ou comercial e, ultimamente, parental e educativo.

O contexto político e geopolítico mudou radicalmente. É difícil *a priori* imaginar que o cidadão ou o governo de uma sociedade democrática tenha algo a aprender com *O Príncipe*. No entanto, este texto repercute como um clássico, principalmente em relação aos conselhos prodigados sobre as condições instáveis e incertas da ação política. E isso, ao contrário, deve nos levar a indagar: até que ponto agimos diferentemente num regime democrático e num principado?

Eu diria que sua atualidade reside, acima de tudo, na exigência que Maquiavel demonstra: exigência de compreensão, de análise e de formulação. Ele decompõe os episódios históricos que visualiza, concebe as diferentes alternativas possíveis do desenrolar da ação, pergunta-se constantemente se uma delas não foi desprezada, distingue o que deve ser, etc. Pretende deixar de lado as ilusões do pensamento e a preguiça do caráter. Temos nele um exemplo excepcional do discernimento político.

# LEIA OS CADERNOS IHU

## NO SITE DO IHU

### WWW.IHU.UNISINOS.BR



# Maquiavel, o precursor das revoluções modernas

A ruptura com a tradição e a violência que isso implica está na base do pensamento maquiaveliano, analisa Riccardo Fubini. Uma inversão do jusnaturalismo tradicional e um consequente ateísmo político também podem ser verificados em seus escritos

POR MÁRCIA JUNGES / TRADUÇÃO: MOISÉS SBARDELOTTO

“Segundo Maquiavel, a ‘moral’ (no sentido individual do termo) não se apoia sobre uma norma objetiva, estabelecida por Deus ou pela natureza, mas sim sobre um ordenamento humanamente estabelecido. A força ‘põe’ a lei, e esta última constitui a garantia da moral comum. Trata-se, em outros termos, da inversão do jusnaturalismo tradicional. Se este último era fundamentado em uma teologia (estoica, cristã), em Maquiavel temos, em termos consequenciais, um ateísmo político”, assinala o filósofo italiano Riccardo Fubini, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. E completa: “O sentido de uma ruptura de tradição, e da violência que ela implica, está na base do pensamen-

to de Maquiavel, que ultrapassa, sem sequer discutir, a tradicional doutrina de fundamento aristotélico”. Tido como pensador basilar das revoluções inauguradas na modernidade, o florentino é lembrado, ainda, pela “suposta ‘separação’ da política da moral, e a consequente ‘autonomia’ da política”. Para Fubini, trata-se de uma “fórmula de conveniência, em tempos posteriores, para a justificação, ao mesmo tempo, do Estado e da moral burguesa”.

Riccardo Fubini leciona na *Università degli Studi di Firenze*, na Itália, onde ensina sobre a História do Renascimento. É autor de, entre outros, *Quattrocento fiorentino. Politica, diplomazia, cultura* (Pisa: Pacini, 1996).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Quais são as peculiaridades do pensamento político renascentista? E que posição e importância Maquiavel ocupa nesse contexto? Qual é a novidade do pensamento de Maquiavel em relação ao pensamento político corrente daquele período?**

**Riccardo Fubini** - Antes de falar de pensamento político em abstrato, deve-se ter presente que a perspectiva antes de Maquiavel é a da cidade-estado de Florença e das suas tradições. A cidade comunal, nas suas tradições dos séculos XIII e XIV, adaptou às suas estruturas institucionais e à mentalidade corrente as concepções aristotélicas na sua interpretação e divulgação tomista. Os pontos salientes são a soberania popular, que se expressa através do voto rigorosamente secreto dos Conselhos, o primado do “bem comum” sobre os interesses particulares, a prevalência

da virtude intelectual da “prudência” sobre as paixões que movem a “vontade”. Uma influência determinante e inseparável também é a do pensamento jurídico, isto é, do direito romano interpretado pelos glosadores e comentaristas, dos quais o principal foi Bártolo da Sassoferrato<sup>1</sup>. Daí derivam, além dos conceitos básicos de “utilidade pública” e do primado da lei sobre o arbítrio individual, a noção da intangibilidade da própria lei, além da variedade das interpretações e das circunstâncias particulares. Aquilo que para nós hoje é lei constitucional, na legislação cidadina comunal é entendida como reta interpretação de uma tradição inviolável, em cuja base

está a própria ideia de justiça, ou, o que é o mesmo, a lei natural desejada por Deus.

No princípio jusnaturalista, o pensamento jurídico medieval se encontra com a teologia das grandes escolas da filosofia escolástica, difundida na sociedade cidadina na pregação das ordens mendicantes. Mesmo descendo para o plano dos grandes princípios ao mais modesto da realidade político-social, o conceito de “inovação” continua carregado de valor negativo, como violação de uma “ordem” dada e comumente participada.

## Historiografia renovada

A evolução política e institucional de Florença a partir das últimas décadas do século XIV pôs em evidência a crise de tais princípios. Na constituição do Estado regional, Florença reivindicou para si aquele prin-

<sup>1</sup> Bártolo de Sassoferrato (1313-1357): Jurisconsulto medieval, reconhecido por seu trabalho proeminente com Direito Romano. Seus estudos defendiam a legitimidade dos governos despóticos italianos (Nota da IHU On-line).

cípio da soberania, que, em teoria, cabia apenas aos poderes universais da Igreja e do Império, guardiões e garantes de qualquer outra legislação inferior. Na consequente centralização do poder interno, desapareceu o equilíbrio entre o órgão executivo da *Signoria* (os Priores das artes e Gonfaloneiros de justiça, com os seus dois “colégios” consultores e deliberativos) e os Conselhos citadinos (“do Povo” e “da Comuna”), que perderam de fato aquele papel representante da cidade inteira que, contudo, o direito estatutário lhes atribuía. Essa foi a idade chamada da “oligarquia”, isto é, dominada por grupos restritos, que controlavam, em uma crescente impopularidade, a cada vez mais ambiciosa política da Comuna, que se tornou (assim como o ducado de Milão, da república de Veneza, do Estado da Igreja, do reino de Nápoles) um dos principais potentados da Itália. Aquela legitimação que a oligarquia dominante não sabia mais encontrar nos princípios do direito e da doutrina foi buscada na propaganda, mas sobretudo em uma renovada historiografia, capaz de reinterpretar a história da cidade em chave política, isto é, do “aumento” do seu poder e da racionalidade do seu governo.

A obra basilar nesse sentido, bem presente a Maquiavel, é a de Leonardo Bruni<sup>2</sup>, *Historiae Florentini populi* (desde as origens da cidade até 1402), escrita nos anos 1416-1442 e traduzida em vulgar toscano aos cuidados República (nessa forma foi impressa em 1476 e depois novamente em 1491). Ao contrário das crônicas, que se referem às Sagradas Escrituras, e, quase constantemente, à concepção providencialista de Paolo Orosio<sup>3</sup>, as *Histórias*, de Bruni, são radicalmente secularizadas: a variação dos eventos é atribuída ao acaso (ou “sorte”), o sucesso ou o insucesso das

ações é atribuído à responsabilidade humana. A ética política, ao estar voltada a finalidades mais elevadas, é distinta da meramente individual. A finalidade do Estado está voltada à ampliação dos seus poderes. Seguramente, é exaltado o regime “civil” republicano da cidade, que, ao contrário dos principados, fundados na fidelidade feudal, contempla a igualdade dos cidadãos no respeito da lei. Mas o governo também é julgado em relação à sua eficiência, e com isso se diferencia daquele meramente participativo e administrativo da idade comunal. Em tudo isso, as *Histórias*, de Leonardo Bruni, constituem um antecedente essencial para o pensamento político e historiográfico de Maquiavel e Guicciardini<sup>4</sup>.

### Novidade x tradição

A razão da originalidade desses dois escritores políticos reside na mudança radical da situação político-constitucional de Florença. Enfatizo a esse respeito duas fases sucessivas. 1) O advento do regime dos Médici<sup>5</sup> e, de modo particular, o governo de Lorenzo, o Magnífico<sup>6</sup> (1469-1492), que suprime, de fato, os resíduos da constituição comunal, substituindo-os por uma estrutura de poder que aguarda apenas pela legitimação de

Lorenzo na sua cúpula (mediante a criação do cargo de Gonfaloneiro vitalício) para adquirir o caráter de uma verdadeira senhoria. 2) A expulsão do herdeiro de Lorenzo, Piero de Medici (1494), na circunstância da queda na Itália de Carlos VIII<sup>7</sup>, rei da França. As pretensões, em Florença, de restritos grupos oligárquicos de conservar os velhos poderes foram abatidas pela proclamação de uma forma de regime até então desconhecida, que restituía a soberania efetiva ao povo na forma do Conselho Maior. Este era formado de direito por todos aqueles cidadãos que, em direito próprio ou hereditário, remontando até a quarta geração, tivessem feito parte dos regimentos passados. Em outras palavras, a forma do governo de regimento (muito diferente dos Conselhos de memória comunal) era preservada, mas excluindo dela o componente faccioso e, portanto, legitimada como constituição “nova”. Em outros termos, a *novidade* deixava de ser uma conotação negativa, ou, em outras palavras, a referência à *tradição* não constituía mais uma norma legitimante. Quem afirmou isso não foi um homem político, mas sim um homem de fé, inspirado na profecia bíblica, Girolamo Savonarola, protagonista de tal passagem essencial. Os florentinos, afirmou ele na sua pregação, não deviam mais apelar ao “costume”, mas sim à “verdade”, entendendo com essa palavra a pacificação e a justiça desejadas por Deus. Eles deviam, em outros termos, prescindir do seu passado e fazer “coisas novas”.

### Ruptura de tradição

E com isso chegamos a Maquiavel, aparentemente nos antípodas de Savonarola, na realidade, embora nas suas convicções materialistas, profundamente influenciado por ele. Nas suas *Istorie fiorentine*, ele distingue uma república a ser *ordenada* (isto é, diríamos nós, a ser reformada), ou, vice-versa, a ser *reordenada* (isto é, a ser re-ordenada de cima a baixo na sua própria constituição). O sentido de uma ruptura de tradição, e

2 **Leonardo Bruni** (1369-1444): Filósofo humanista, historiador, chanceler italiano e secretário papal de quatro pontífices. É reconhecido como um dos primeiros historiadores modernos (Nota da IHU On-line).

3 **Paulo Orósio** (385-420): Historiador, teólogo e sacerdote cristão. Desenvolveu estudos em teologia, chegando a ser colaborador de Santo Agostinho. Escreveu obras que ainda hoje são referenciais para a historiografia da Idade Antiga e da Idade Média (Nota da IHU On-line).

4 **Francesco Guicciardini** (1483-1540): Historiador e estadista italiano. Considerado um dos maiores escritores políticos da Itália renascentista, era amigo e crítico de Nicolau Maquiavel. Um dos pais da história moderna, revolucionou ao utilizar fontes oficiais e documentos do governo para escrever a história da Itália (Nota da IHU On-line).

5 **Casa de Médici**: Dinastia política italiana que começou a ganhar proeminência com Cosme de Médici, em 1434. Foram a primeira dinastia a ganhar seu status não pela guerra, casamento ou influência, mas pelo comércio. A família foi a fundadora do *Medici Bank*, instituição financeira que se tornou uma das maiores da Europa do século XV (Nota da IHU On-line).

6 **Lourenço de Médici** (1449-1492): Estadista italiano também conhecido como Lourenço, o Magnífico. Neto de Cosme de Médici, assume o papel de soberano de Florença aos 20 anos de idade. Diferente de seu avô, Lourenço não foi bem sucedido ao gerenciar o banco da família e nem em utilizar as riquezas para neutralizar a oposição, o que resultou em uma conspiração que quase o tirou do poder em 1478. O soberano ganhou a inimizade do papa Sisto IV, enfrentou duras batalhas para se manter no poder (Nota da IHU On-line).

7 **Carlos VIII** (1470-1498): Rei da França da Dinastia de Valois, era conhecido como O Afável. Seu reinado foi marcado por tentativas de conquistar o Reino de Nápoles (Nota da IHU On-line).

da violência que ela implica, está na base do pensamento de Maquiavel, que ultrapassa, sem sequer discutir, a tradicional doutrina de fundamento aristotélico. O profetismo de Savonarola descendia, na sua visão, de uma direta inspiração divina e se traduzia em vontade de reforma. À “doutrina cristã” da tradição eclesiástica, ele opunha o direto, ainda mais efetivo, “viver cristão”. Daí Maquiavel deriva o seu destacado voluntarismo. A “virtude” que dobra a “sorte” reveste justamente o significado de um acantonamento dos cálculos prudenciais onde quer que eles conduzam à inércia ou à inaptidão política.

**IHU On-Line - A relação entre política e moral em Maquiavel está exaurida? Por quê?**

**Riccardo Fubini** - Retomo o paralelo com Savonarola. Tal paralelismo é explicitado pelo próprio Maquiavel em *O Príncipe*, na célebre passagem em que ele distingue entre “profeta desarmado” e “profeta armado”. O profeta, na visão de Maquiavel, realiza um ato de fundação em nome dos mais altos princípios, para garantir a obediência dos súditos. À profecia de Savonarola, faltou a força de se impor (ou, na linguagem do *Decennale*, de Maquiavel, de “crescer”) e por isso foi apagada por um “*maggior foco*”, as chamas da fogueira. Os “profetas armados” (Moisés<sup>8</sup>, Teseu<sup>9</sup>, Rômulo<sup>10</sup>),

8 **Moisés**: profeta israelita. Segundo a tradição judaica e cristã, foi autor dos cinco primeiros livros do Antigo Testamento. Para os judeus, ele é considerado um dos principais líderes religiosos. Para os muçulmanos, foi um grande profeta. Durante 40 anos, conduziu o povo de Israel na peregrinação pelo deserto. Para o Cristianismo, é considerado o prometido Messias. Moisés morreu aos 120 anos. (Nota da IHU On-Line)

9 **Teseu** (1234 a.C. - 1204 a.C.): Teseu: Herói da mitologia grega e fundador de Atena. Sua mais famosa façanha foi matar o Minotauro de Creta e encontrar a saída para o labirinto onde o monstro habitava seguindo o fio do novelo de lã carregado por Ariadne, filha do rei Minos. (Nota da IHU On-Line)

10 **Rômulo** (771 a.C - 717 a.C.): Primeiro rei de Roma, cidade que fundou com seu irmão Remo, de acordo com a lenda, em 753 a.C. Os irmãos eram filhos do deus Marte com a mortal Reia, filha do Rei Nômio, que em uma trama de golpe de estado é presa e separada dos gêmeos. As crianças são abandonadas, mas salvas por uma loba que os amamentam. Mais tarde, quando finalmente retomam

## “A obra basilar nesse sentido, bem presente a Maquiavel, é a de Leonardo Bruni, *Historiae Florentini Populi*”

ao contrário, “venceram”, tiveram o sucesso desejado e foram venerados e obedecidos como pais fundadores de um novo ordenamento. Segundo Maquiavel, a “moral” (no sentido individual do termo) não se apoia sobre uma norma objetiva, estabelecida por Deus ou pela natureza, mas sim sobre um ordenamento humanamente estabelecido. A força “põe” a lei, e esta última constitui a garantia da moral comum. Trata-se, em outros termos, da inversão do jusnaturalismo tradicional. Se este último era fundamentado em uma teologia (estoica, cristã), em Maquiavel temos, em termos consequenciais, um ateísmo político. Cada ato de reforço político, no limite até militar, constituiu imediatamente também um reforço da lei. A inversão dos valores éticos em *O Príncipe*, capítulos XV e seguintes, é a consequência lógica de tal relação direta, sem mediações de direito ou de doutrina, de política e lei.

Observo, de passagem, que a suposta “separação” da política da moral, e a consequente “autonomia” da política, sobre a qual se discursou longamente a propósito de Maquiavel, é fórmula de conveniência, em tempos posteriores, para a justificação, ao mesmo tempo, do Estado e da moral burguesa.

**IHU On-Line - Qual é a atualidade de suas concepções tomando em**

o reino usurpado a quem lhe era direito, os gêmeos partem para fundar uma nova cidade. A discussão sobre seu nome e a localização leva a uma briga entre os irmãos que termina com a morte de Rômulo. (Nota da IHU On-Line)

**consideração a conjuntura política de países que contestam a democracia representativa e dos países que lutam para derrubar regimes autoritários?**

**Riccardo Fubini** - Esse tema é enorme, porque envolve, junto com Maquiavel, também a tradição, ética, jurídica e política, daqueles princípios que ele, com tanta clareza corajosa, inverte. Em suma, Maquiavel é o precursor das revoluções modernas. Basta referir a uma passagem que, um pouco por acaso, eu li precisamente agora. Trata-se das *Recordações*, do famoso historiador e sociólogo francês do século XIX Alexis de Tocqueville, a propósito da revolução socialista de 1848. O autor encontra nela uma viva confirmação da sua convicção de viver, depois da grande Revolução de 1789, em um estado de revolução permanente. Tal revolução, observava Tocqueville, “havia sido determinada por causas tão permanentes e gerais que, depois de ter agitado a França, era de se acreditar que subverteria todo o resto da Europa” (A. De Tocqueville, *Ricordi*, Roma, 2012, p. 140). Nisso o autor se refere ao que lia, a propósito do tumulto dos Ciompi, nas *Istorie fiorentine*, de Maquiavel, um autor ao qual demonstra uma particular predileção: “Florença, em particular, no fim da Idade Média, havia apresentado um espetáculo muito semelhante ao nosso: a classe nobre havia sido sucedida sobretudo pela classe burguesa, depois, um dia, esta havia sido por sua vez expulsa pelo governo, e tinha se visto um gonfaloneiro caminhando a pés descalços à frente do povo, liderando, assim, a república”.

**IHU On-Line - O Príncipe é a obra mais conhecida de Maquiavel. Contudo, *Os Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* são igualmente importantes. Qual é a importância e a necessidade de se compreender suas ideias a partir do conjunto de sua obra?**

**Riccardo Fubini** - Não há dúvida de que Maquiavel alimenta em si um espírito vivamente cidadão e republicano. Ele não ignora que a implantação de um principado em Florença implicaria a inversão, inevitavelmente violenta, do ordenamento igualitário

da sociedade citadina (típico de Maquiavel é ignorar os “caminhos do meio”, isto é, diríamos nós, as vias de compromisso). *O Príncipe* não foi escrito em relação à mãe-pátria florentina, mas sim na perspectiva de um “principado novo”, isto é, aquele que o Papa Leão X<sup>11</sup> pensava para o irmão Giuliano no complexo de Parma, Piacenza, Modena e Reggio (em torno daquele que depois se tornaria o principado Farnese), esperando Maquiavel ser nomeado na ocasião como “secretário” do “príncipe novo”. As violências, por exemplo, de Cesare Borgia<sup>12</sup>, são indicadas como meios

idôneos para estabelecer a fidelidade dos novos súditos, para além das velhas dependências e costumes feudais. Os *Discursos* referem-se a outra problemática, sobre como implantar um regime duradouro nas repúblicas (no modelo de Roma, descrito na primeira *Decade* de Tito Lívio), e têm como argumento principal a força, inevitavelmente também expansiva, que deriva da participação popular, como no caso da inserção dos plebeus no aparato de governo na Roma antiga. O adversário mais direto é, neste caso, para Maquiavel, as repúblicas aristocráticas, antigamente Esparta, modernamente Veneza, cuja duração, tão exaltada pelos escritores, na realidade, não é senão inércia, ou, diríamos nós, egoísmo de classe.

IHU On-Line - A partir das concepções políticas de Maquiavel, como podemos pensar fenômenos como a apatia política e a corrupção, larga-

mente disseminados na política do Ocidente?

**Riccardo Fubini** – A este ponto cada um pode dar a sua resposta. O importante, como se pode ver a partir desta entrevista, é que se continua discutindo sobre Maquiavel. Por exemplo, a “apatia política” sobre a qual você escreve, se traduz perfeitamente na linguagem de Maquiavel, no “ócio”, o principal dos vícios que ele indica em contraste à “virtude” ativa dos seus heróis políticos. O mesmo pode ser dito sobre a “corrupção”, que em Maquiavel tem o significado estendido da impotência da lei para se fazer valer; daí a necessidade do advento de um novo Legislador. Para responder mais completamente, seria necessário um cientista político dotado de virtude profética, como evidentemente eu não sou. Mas isto basta para indicar a magnitude dos problemas que, por vias mais ou menos diretas, Maquiavel ainda levanta.

11 **Papa Leão X** (1475-1521): Papa católico durante a Reforma Protestante. Nascido *Giovanni di Lorenzo de' Medici*, foi o último não sacerdote ser eleito Papa (Nota da IHU On-line).

12 **César Borgia** (1475-1507): Príncipe, cardeal e nobre italiano durante a Renascença. Após o assassinato de seu irmão, abandona a vida religiosa e torna-se Duque de Valentinois. Após a morte de seu pai, o Papa Alexandre VI, é incapaz de manter o poder por muito tempo pois quem assume o papado é o Papa Júlio II, reconhecido inimigo dos

Bórgias. César chegou a ser preso, mas conseguiu escapar e morreu em batalha na Espanha.) (Nota da IHU On-line).

Acesse o Twitter do IHU em [twitter.com/\\_ihu](https://twitter.com/_ihu)





# Uma obra que é um campo de batalha

Investigação maquiaveliana sobre a natureza do poder, o que ele é e como se o exerce segue atual, assevera Marco Vanzulli. Trata-se de um pensamento que analisa de modo lúcido a “política antes do advento do pensamento único da liberal-democracia”

POR MÁRCIA JUNGES/TRADUÇÃO: MOISÉS SBARDELOTTO

**É** preciso fazer *tábula rasa* das interpretações que, até o século XVI, se sobrepueram à obra de Nicolau Maquiavel, aconselha o filósofo italiano Marco Vanzulli em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. “Nesse sentido, a obra de Maquiavel é um autêntico campo de batalha. Ler Maquiavel por Maquiavel pode parecer, de um lado, uma operação difícil ou até mesmo ingênua ou irrealista, como a que pretende voltar a uma pureza do original”, observa. Em seu ponto de vista, “um tema de grande inovação em Maquiavel é ter juntado à tradicional teorização sobre o exercício do poder grande atenção às maneiras de sua conquista”. Vanzulli examina também como Maquiavel e Vico procuravam compreender a tradicional questão do caráter instável das democracias. “De um lado, a política constitui-se claramente na esfera autônoma do pensamento, e, de outro, essa autonomia vê crescer, sobretudo

nos anos 1700, fora de si um imenso desenvolvimento dos estudos sobre o funcionamento econômico dos Estados e comércios, os estudos monetários, as teorias da melhor economia nacional”. E assevera: “A leitura de Maquiavel consente-nos voltar, sem pretensão, às formas de desunião social, a um pensamento que olha lucidamente para a política antes do advento do pensamento único da liberal-democracia”.

Marco Vanzulli é doutor em Ciências Humanas pela Universidade de Nice Sophia Antipolis — UNSA, na França, com a tese *L'idée de science chez Vico. Mythe et anthropologie*. Leciona na Universidade degli Studi di Milano-Bicocca, na Itália. É autor de, entre outros, *La scienza delle nazioni e lo spirito dell'idealismo. Su Vico, Croce, Hegel* (Milano: Guerini e Associati, 2003) e *La scienza di Vico. Il sistema del mondo civile* (2ª ed. Milano: Mimesis, 2006).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Qual é a importância do pensamento de Maquiavel para a filosofia política de seu tempo e para a filosofia política dos nossos dias?**

**Marco Vanzulli** - Maquiavel expressa uma filosofia política que pretende romper com toda a tradição precedente. Considere-se o uso contínuo dos advérbios adversativos, que seguem a referência à opinião comum, particularmente, mas não exclusivamente, em *O Príncipe*. Essa sua atitude nas comparações entre a tradição e a imaginação literária é devido à sua nítida distinção entre o pensamento utópico e o pensamen-

to realista. Refiro-me naturalmente à audácia de *O Príncipe*, uma ousadia que atravessa toda a obra, mas que é expressa de modo felicíssimo no Capítulo XV, e na famosíssima admoestação para “buscar a verdade efetiva da coisa”. No texto, essa admoestação — o “realismo” de Maquiavel, como se diz — é imediatamente usada para redefinir a atitude do príncipe para com a ética e a religião (e as duas coisas, do ponto de vista de Maquiavel, são uma só coisa, uma vez que está ausente nele a consideração da religião como transcendência, como algo que não seja humano, isto é, divino, teologia), mas, em geral,

constitui a sua atitude para julgar as relações entre os homens. Um passo audacioso, o de Maquiavel, que se pode encontrar na celeberrima tese sobre a relação entre a grandeza do império romano e a desunião da plebe e do senado, no Capítulo 4, do Livro I dos *Discursos*, ou na temática, tratada tanto em *O Príncipe* quanto nos *Discursos*, sobre a fundação do governo popular, que não é um fundamento instável, sobre terreno pantanoso, como no ditado popular (veja-se o Capítulo IX, sobre o principado civil de *O Príncipe*, e em muitas passagens dos *Discursos*), mas a mais sólida base política.

## Pensamento imaginativo

Agora, se considerarmos que Maquiavel é um autor fundamentalmente anticínico, compreenderemos que o seu “realismo” não é desapego das coisas humanas, porque, como no fundo sempre se alerta (com algumas exceções, que depois talvez teremos oportunidade de indicar), a sua escrita é também ação política. Como bem escreveu Frederico Chabod, em Maquiavel a capacidade lógica e a compreensão profunda da realidade realizam-se e tornam-se pensamento vivo e orgânico apenas por intermédio de uma poderosa e inesgotável imaginação. Agora, o pensamento imaginativo de Maquiavel não é separável da sua capacidade de análise; é, na verdade, a alma. Todos esses motivos devem ser levados em consideração, se se deseja compreender a peculiaridade do pensamento de Maquiavel.

Do ponto de vista mais estritamente da teoria da política, continua a ser fundamental a investigação de Maquiavel sobre a natureza do poder, sobre o que ele é e como se o exerce. Como se observou, um tema de grande inovação em Maquiavel é ter juntado à tradicional teorização sobre o exercício do poder grande atenção às maneiras de sua conquista (Bobbio<sup>1</sup> ob-

servou que, por isso, Gramsci — que, como marxista, punha-se a pergunta da tomada do poder — tinha achado-o particularmente interessante). Seria, todavia, um erro para qualquer um que desejasse entender Maquiavel (um erro que foi cometido desde o século XVI) tomar essas considerações fundamentais sobre poder como meras conclusões técnicas, como regras manualísticas boas para cada uso, separá-las do quadro filosófico maquiaveliano sobre o homem e sobre a sociedade em que estão colocados.

### IHU On-Line - Em que sentido as ideias desse pensador ajudam a compreender as questões de teoria da história e da política?

**Marco Vanzulli** - A primeira operação a fazer é, sem dúvida, a de procurar ler Maquiavel por Maquiavel; em outras palavras, fazer *tábula rasa* de todas as interpretações que, até o século XVI, sobrepuseram-se à obra maquiaveliana (tivemos pesadas e volumosas no próprio recente século XX). Nesse sentido, a obra de Maquiavel é um autêntico campo de batalha. Ler Maquiavel por Maquiavel pode parecer, de um lado, uma operação difícil ou até mesmo ingênua ou irrealista, como a que pretende voltar a uma pureza do original, eliminando, de repente, toda a *Wirkungsgeschichte*<sup>2</sup>, que constituiria, segundo uma tradição hermenêutica, o próprio sentido da obra. Essa operação, de outro lado, é tornada substancialmente mais fácil em uma comparação direta com a página maquiaveliana, que conserva um extraordinário frescor. Maquiavel ajuda-nos, em primeiro lugar, a compreender — isso pode parecer trivial, mas abre o caminho para uma reflexão muito fecunda, e, no meu modo de ver, ineludível — o quanto mudou a nossa concepção da história política, pela sua comparação com o modelo romano e pelo seu pensar a história,

para citar Koselleck<sup>3</sup>, em termos de “prognóstico” e não de “progresso”. No entanto, mesmo sobre este ponto, conselho, entre outros, a leitura, no contexto dos *Discursos*, no Proêmio ao Segundo Livro, no qual Maquiavel, antes de confirmar que os antigos eram melhores do que os modernos e que os romanos eram os mais virtuosos dos italianos, explora com profundidade admirável a natureza do nosso olhar histórico.

## Rompimento

Maquiavel é um clássico, cujas páginas devem ser reconhecidas, ou seja, além de mostrar-nos, de um lado, um autor que pensa diferentemente de nós, com outras categorias, outra temporalização dos eventos, por outro lado, mostra-nos um autor que pensa como nós, que coloca as questões que estão em curso, e, por isso, para o futuro, os problemas sobre os quais sempre se meditará. Em segundo lugar, Maquiavel, com talento e perspicácia inigualáveis, estabeleceu a questão da relação entre força e imaginação no mundo político de modo muito concreto, de uma forma que deveria ser questionada também a partir das questões de história política contemporânea. Vê-se em muitos contextos: toda a exposição incomum da virtude do príncipe, a partir do capítulo XV de *O Príncipe*, é atentíssima, é mesmo focada no motivo da “reputação”, ou seja, sobre a imaginação que o povo tem do príncipe: a diferença entre a ação real do príncipe e a imaginação que o povo tem é considerada inevitável, e, baseando-se nela, Maquiavel rompe decisivamente com os tratados humanistas quatrocentistas.

### IHU On-Line - Em que medida a obra de Maquiavel influencia o pensamento político de Vico e Gramsci?

**3 Reinhart Koselleck** (1923-2006): Um dos mais importantes historiadores alemães do pós-guerra, destacando-se como um dos fundadores e o principal teórico da história dos conceitos. As suas investigações, ensaios e monografias cobrem um vasto campo temático. No geral, pode-se dizer que a obra de Koselleck gira em torno da história intelectual da Europa ocidental do século XVIII aos dias atuais. Também é notável o seu interesse pela teoria da história. (Nota da IHU On-Line)

<sup>1</sup> **Norberto Bobbio** (1910-2004): filósofo e senador vitalício italiano. Considerado um dos grandes intelectuais italianos, Bobbio era doutor em Filosofia e Direito pela Universidade de Turim, fez parte do grupo antifascista Giustizia e Libertà (Justiça e Liberdade). Adepto do socialismo liberal, Bobbio foi preso durante uma semana, em 1935, pelo regime fascista de Benito Mussolini. Em 1994, Bobbio assumiu publicamente uma posição contra as políticas defendidas por Silvio Berlusconi, que representava o centro-direita nas eleições gerais. Nesta altura, escreveu um dos seus ensaios mais conhecidos *Direita e Esquerda*, no qual se pronunciou contra a “nova direita”. Além desta obra, Bobbio assinou e realizou mais de 1300 livros, ensaios, artigos, conferências e entrevistas. Norberto Bobbio recebeu o doutoramento Honoris Causa pelas universidades de Paris, Buenos Aires, Madrid, Bolonha e Chambéry (France). Autor de livros de impacto, como *Direita e Esquerda*, tinha como principais matrizes de sua obra a discussão da guerra e da paz, os direitos humanos e a democracia. Alguns dos livros mais recentes são: *Teoria Geral da Política*. Rio de Janeiro: Campus, 1999; *Diálogo em Torno da República*. Rio de Janeiro: Campus, 2001; *Entre Duas Repúblicas*. Brasília: Ed. UnB, 2001; *Elogio da Serenidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002; *O Filósofo e a Política*. Rio de Ja-

neiro: Contraponto, 2003. Na 89ª edição da Revista IHU On-Line, de 12-01-2004, na editoria Memória, além de um artigo de Ricupero, um de Janine Ribeiro, foi publicada a biografia de Norberto Bobbio, em virtude de seu falecimento aos 94 anos, no dia 9-01-2004. (Nota da IHU On-Line)

<sup>2</sup> **História dos Efeitos** (*Wirkungsgeschichte*). Refere-se a continua influência da recepção de obras ou acontecimentos (Nota da IHU On-line).

**Marco Vanzulli** - Vico<sup>4</sup> é enormemente influenciado por Maquiavel. Na sua obra, podem-se mesmo descobrir os moldes maquiavelianos em contextos altamente críticos. Isso quer dizer literalmente que Maquiavel ajuda Vico não somente a pensar, mas também a formular o próprio pensamento. Isso não significa, porém, que os moldes de Maquiavel significam as mesmas coisas nos dois autores. Eu diria que o *tema dos direitos civis*, a questão do conhecimento da *virtù* das repúblicas, é um legado de Maquiavel, é claro, nem sempre separável em Vico pela convivência com outros autores. E, por outro lado, o pensamento de um autor que é apenas um pouco original não é redutível à soma das fontes que atuam nele. Nesse sentido, achei sempre muito questionável a crítica antiviquiana de Paolo Rossi<sup>5</sup> (veja *Le Sterminate Antichità*<sup>6</sup>).

Voltando à relação Vico-Maquiavel, parece-me também que alguns motivos de valorização nas comparações das repúblicas populares são de ascendência maquiavelianas. Todavia, como tive oportunidade de escrever, para Vico a questão maquiaveliana da manutenção da virtude política não pode ser resolvida, permanecendo no nível político, porque a ciência de Vico parte dos princípios da *natura comum* das nações, que são mais inclusivas e gerais.

## Autonomia política da moralidade

Quanto a Gramsci, ele é certamente influenciado, ao ler Maquiavel, pela interpretação crociana, que, como sublinha justamente Michele

Martelli<sup>7</sup>, para satisfazer a exigência do próprio sistema filosófico, as categorias dos “distintos”, faz de Maquiavel o descobridor da autonomia da política da moralidade, e vê no motivo da força o elemento fundamental da relação política; Gramsci é influenciado também por outras interpretações de sua época (encontram-se, nos *Cadernos do Cárcere*, referências às obras de Croce e Russo, Hércules e Chabod). Todavia, além dessas influências, é originalíssimo no envolver-se na problemática do partido marxista, aquela do ideal político nacional que o secretário florentino perseguia, retomando a seu modo a questão de quem era o verdadeiro destinatário de *O Príncipe*. Assim, em comparação com Croce, o pensador sardo contextualiza historicamente, de um lado, o pensamento de Maquiavel, vinculando-o à “classe revolucionária” do tempo, ou seja, os republicanos das cidades italianas, progressistas, antifeudais, e, de outro, dobra-o às suas próprias exigências e expectativas teóricas de certo modo menos arbitrarias do que a de Croce. Aqui Gramsci é verdadeiramente o fundador de uma linha interpretativa que terá grandes resultados. Pensa-se, todavia, em Maquiavel de Althusser<sup>8</sup>, impensável sem as *Breves Notas* de Gramsci.

## IHU On-Line - Quais são as principais premissas do pensamento de Maquiavel?

**Marco Vanzulli** - Depois de haver insistido, e com justiça, na novidade e na ruptura instituída pelo pensamento maquiaveliano, é igualmente justo colocá-lo em sua própria época, e ter assim a melhor disposição para compreender quais são os pressupos-

tos histórico-teóricos da sua reflexão. Não faltam, se bem que sejam menos numerosos do que os outros, estudos que avizinham a obra de Maquiavel à tradição humanística, à mentalidade política dos tribunais italianos, dos diplomatas e dos embaixadores italianos na Itália e na Europa. Assim, o olhar lucidamente realista não pareceria somente de Maquiavel. Ele, entretanto, produz uma profunda filosofia, não apenas um pensamento político, uma filosofia que fala do homem, da religião (nesse sentido, tem razão Leo Strauss<sup>9</sup>, quando diz que Maquiavel fala das religiões *tout court*, não somente da religião como *instrumentum regni*, exatamente no sentido de compreender profundamente o que a religião, em um determinado meio-chave, significa, da maneira como o faz Maquiavel, dar uma interpretação filosófica da religião), da natureza, etc. O realismo lúcido já expresso por outros não tinha alcançado a plenitude conceitual que se acha em Maquiavel, que, no entanto — e esse é outro caráter fundamental de seu pensamento —, ao mesmo tempo o embebeu fortemente com um ideal civil que é a alma de suas obras. Nada a ver com a dicotomia abstrata e rígida entre moral ou consciência e razão de Estado de autores como Botero, que, por certo, influenciou a leitura maquiaveliana de Croce.

## O erro de Croce

O estilo dilemático, no qual as questões teóricas são esclarecidas e ao mesmo tempo simplificadas e a escolha segura de uma das alternativas apresentadas, é típico do estilo de Maquiavel. Guicciardini repreenderá pela simplificação e perda da variedade e da maior contingência que a realidade apresenta não tão facilmente resumível em máximas ou diagramas ou leis gerais. Em Maquiavel, um modo

4 Giambattista Vico ou Giovanni Battista Vico (1668-1744): filósofo italiano. Discerniu a explosiva mistura da razão com a mecânica e ofereceu uma nova ciência que poderia trazer as mais altas percepções da Renascença para dentro da metodologia dos primeiros investigadores modernos (Nota da IHU On-line).

5 Paolo Rossi (1923-2012): Filósofo italiano e historiador. Desenvolveu seus estudos em história da filosofia e da ciência, inicialmente voltado para o período correspondente ao século XVI a XVIII. Especialista na obra de Bacon e Vico, teve especial interesse pelo período da Revolução Científica do século XVII (Nota da IHU On-line).

6 NT: As Antiguidades sem Fim.

7 Michele Martelli (1940): Filósofo e ensaísta italiano. Seus estudos anteriores se concentravam no pensamento de Nietzsche, Gramsci e outros pensadores do século XX. Recentemente, tem levantado discussões filosóficas que fazem críticas radicais contra o dogmatismo, fundamentalismo e todas as formas de absolutismo contrárias à liberdade de pensamento e à democracia (Nota da IHU On-line).

8 Louis Althusser (1918-1990): filósofo marxista francês. Seu envolvimento com a ideologia marxista pode ser devido ao tempo gasto nos campos de concentração nazista, durante a segunda guerra mundial, depois da qual começou sua carreira acadêmica (Nota do IHU On-Line).

9 Leo Strauss (1899 - 1973): Filósofo político teuto-americano especialista em filosofia política clássica. Foi professor de Ciência Política da Universidade de Chicago (1949-1969). Originalmente seguia o pensamento neo-Kantiano e dos fenomenologistas (Husserl e Heidegger), e mais tarde passa a se concentrar nos estudos gregos de Platão e Aristóteles, encorajando a aplicação de suas ideias na teoria política contemporânea. (Nota do IHU On-Line).

tal de argumentar está a demonstrar uma grande confiança na eficácia da sua abordagem, que não aspira tanto a colocar-se como “tratado de política”, mas propõe as soluções para os problemas políticos de sua época por intermédio de uma conceptualização e, portanto, de uma teorização da política.

Não surpreendentemente, observa-se que as últimas obras perdem o vigor, a concisão figurativa da primeira produção. Está aqui também o motivo da união entre “teoria” e “prática” característica das obras de Maquiavel. Foi certamente um erro de Croce (já em certo sentido desmascarado por Gramsci) de tornar Maquiavel um “teórico”, um “cientista” da política. Por outro lado, essa união entre teoria e prática em Maquiavel constituiu o ponto de partida para interpretações arrojadas, mas absolutamente sem fundamento nos textos, como aquelas atuais que enfatizam indevidamente a noção de “multidão” em Maquiavel, distorcendo-lhe o pensamento. O risco é o de submeter o pensamento de Maquiavel sobre “povo” às exigências contemporâneas, mas que não eram as do escritor florentino. Por “povo”, Maquiavel não compreende o que se pensa da Revolução Francesa em diante. Recordemos que, em Maquiavel, o “povo” opõe-se aos “grandes”, às famílias patrícias conservadoras, mas não inclui os assalariados, a plebe, a parte mais pobre da população florentina, que não constitui cidadania em sentido próprio. O nosso filosofar sobre um autor não pode descuidar de levar em consideração esses aspectos histórico-políticos.

#### **IHU On-Line - Quais são as principais questões que surgem do pensamento de Maquiavel e Vico sobre o tema do bem público?**

**Marco Vanzulli** - Em ambos, a atenção para tal questão está relacionada àquela da virtude de uma civilização e às formas de governo e de vida cívica mais adequada para sustentá-la, e ambos têm, tradicionalmente, a preocupação do caráter transitório da república popular. Desse ponto de vista específico, poder-se-ia dizer que ambos tentam dar uma resposta à tradicional questão do caráter instável das democracias: em Vico, no

final, a escolha é pela maior estabilidade das monarquias, mas não há dúvida de que, para ele, a plenitude e o ápice de um percurso civil venham na república popular, onde a política resolve-se com transparência, e está ausente o tema da razão de Estado. Mesmo Maquiavel — republicano no coração, como também Guicciardini, mesmo ele, como o amigo, acabou acusado de ser um mero conselheiro dos tiranos! — oscila entre essas duas formas políticas. O *Príncipe*, assim como os *Discursos*, bem longe de serem obras de “ciência política” geral, são, também, as respostas precisas para os problemas político-institucionais de Florença. Felix Gilberto mostrou-o muito bem. Portanto, o horizonte do bem comum para Maquiavel está historicamente entre o repensar da participação popular da comunidade florentina (relançada no período de seu amigo Soderini Savonarola) e a forma monárquica do governo Medici, no contexto iminente da servidão da Itália.

#### **Hipoteca interpretativa**

Para Vico, o contexto histórico impõe o desenvolvimento de um pensamento político que favoreça ideologicamente o acesso das classes progressistas à condução do governo, solidamente na mão da monarquia absoluta em quase toda a Europa. Trata-se de iluminá-los. Nesse ponto estão as oscilações significativas nas diversas versões da *Nova Ciência*, como mostra a maior ou menor ênfase no argumento do recurso, as mesmas variações no estilo literário. Mesmo em Vico, portanto, a dimensão político-prática do pensamento moderno é fundamental, não extrínseca, não é simples corolário de uma ciência geral. Ciência que, em Vico, é fortemente (não é por acaso que o título da sua obra principal seja *Nova Ciência*, mas os seus comentaristas raramente levaram-no a sério) dotada, no entanto, de uma complexidade que escapa a todas as interpretações dominantes. E, mesmo aqui, não se pode insistir o bastante sobre a pesada hipoteca interpretativa colocada pela interpretação crociana de 1911, que, se atribuía a Maquiavel uma ciência que não existia, desta vez não compreendia o caráter do

sistema científico da *Nova Ciência*, e desmembrava-a em partes pré-filosóficas e partes pseudocientíficas.

#### **IHU On-Line - Qual é o limite intransponível da política sobre a base do pensamento desses dois autores?**

**Marco Vanzulli** - Uma diferença fundamental entre Maquiavel e Vico é que o segundo coloca fortemente como tema, e em conexão com a política, as razões ligadas ao “econômico”, à propriedade, ao trabalho e à reivindicação dos direitos; para Maquiavel, o econômico, como escreveu Roberto Esposito<sup>10</sup>, representa de alguma maneira “o impensado”: veja-se a discussão em *Discursos*, I, 37, sobre a reforma agrária dos Gracos, a imobilidade que simboliza o corpo da cidade, dividida em dois estados de espírito imutáveis (“e estão em cada república dois estados de espírito diversos, o do povo e o dos grandes”), os “grandes” e o “povo”, as considerações sobre “plebe”; o público, para Maquiavel, deve ser mantido rico, e os cidadãos, não demasiadamente ricos, para ter a cidade virtuosa. Não são temas novos, encontramos-os frequentemente na tradição ocidental, da antiguidade grega em diante. De nosso ponto de vista, a consideração da política, ao contrário, apresenta uma impureza de fundo, dada às exigências econômicas, às constantes influências econômicas na política, que se desejava, em vez disso, puro exercício de autoadministração de parte de uma comunidade. De um lado, a política constitui-se claramente na esfera autônoma do pensamento, e, de outro, essa autonomia vê crescer, sobretudo nos anos 1700 fora de si um imenso desenvolvimento dos estudos sobre o funcionamento econômico dos Estados e comércios, os estudos monetários, as teorias da melhor economia nacional.

#### **A economia como “a própria ciência”**

Tradicionalmente, a economia era considerada em sintonia com a

<sup>10</sup> **Roberto Esposito**: filósofo italiano, especialista em filosofia moral e política. De sua vasta produção bibliográfica, citamos *Pensiero vivente. Origine e attualità della filosofia italiana* (2010), *Bios. Biopolitica e filosofia* (2008), *L'origine della politica*. Hannah Arendt o *Simone Weil?* (1996). (Nota da IHU On-Line)



moral e a política, sobre a qual vinha colocada toda a ênfase. Mas, nos anos 1700, a economia não desempenha mais, na disposição dos conhecimentos, um papel intermediário entre moral e política, mas torna-se completamente a própria ciência. Para pensar essa situação, que parece aporética aos olhos do homem moderno, é necessária uma nova concepção da dinâmica histórica. Vico, pensador que vive entre os anos 1600 e 1700, está também conceitualmente entre Maquiavel, entre o mundo clássico, se assim se deseja, e a modernidade (entendo a Revolução Francesa), mas ainda não dispõe daquela concepção de temporalidade que estará na base do conceito de progresso, ou seja, da ideia do caráter totalmente inédito do futuro. Então, quando se interroga sobre formas de governo, tornam a ser debatidas as questões tradicionais da manutenção do ápice de um movimento político antes da inevitável decadência, isto é, o ápice de todo um percurso civil, e a sua ciência — que junta magistralmente os diversos planos do devir histórico — volta a confiar a política em um círculo de considerações puramente políticas.

**IHU On-Line - Quais elementos de O Príncipe, de Maquiavel, são oferecidos para pensar sobre a crise da democracia representativa e da colonização da política por parte da economia em nosso tempo?**

**Marco Vanzulli** - A democracia representativa resgatou apenas recentemente, na história do pensamento político ocidental, a palavra “democracia”, uma palavra que antes era geralmente desprezível. Mas a resgataram ao preço de identificar a palavra “democracia” com “democracia representativa” ou “democracia liberal”. É um mecanismo de pensamento desencadeado pela primeira vez pelo poderoso dispositivo do pacto social hobbesiano, e, depois, fundamentando-se com a identificação — todavia não unânime no mesmo pensamento liberal (pensa-se, somente para dar um exemplo, em Kant <sup>11</sup>

de *Zum ewigen Frieden*<sup>12</sup>, com seu louvor à república e a condenação da democracia) — do pensamento liberal do final do século XVIII e democracia. Essa identificação terminou por constituir um verdadeiro “pensamento único”, que se queria como incomparável e definitivo. É considerada a forma final (ao contrário das catástrofes totalitárias dos anos 1900 ou a decadência da civilização), também graças à sua difusão histórico-geográfica (vejam-se os escritos de Robert Dahl<sup>13</sup>, para uma ênfase desse aspecto).

### Conflito a ser superado

A teorização e a afirmação, mesmo em nível de senso comum, da “democracia representativa” têm as características de uma ideologia no sentido marxista. E um de seus aspectos fundamentais é o de considerar o conflito social como algo que pode ser superado pela política ou que, de outra forma, não tem qualquer influência sobre a política, a qual prescinde disso na base da cida-

dania e dos direitos, o que, em última instância, é mediado virtuosamente pela própria política, que representaria uma esfera de recomposição e de distribuição. Tudo isso é mesmo verdade em alguns sentidos: no ideológico, mesmo porque, muitas vezes, parafraseando Marx, em *O Capital*, quando fala do fetichismo, o que parece, é; e em sentido histórico isso é necessariamente (mas, igualmente, necessariamente de modo parcial) verificado na socialdemocracia. O socialismo democrático do século XX desenvolveu efetivamente também essas funções, com equilíbrio difícil, jamais resolvido e continuamente por redefinir, entre a exploração do trabalho e da redistribuição.

Agora, sem procurar levar a cabo uma crítica das noções de direito e representação à maneira de Hanna Arendt, que desloca, em minha opinião, o foco dos pontos mais nevrálgicos indicados com clareza por Marx, também porque não se trata de refutar a dimensão dos direitos, mas de esclarecê-la e de ampliá-la, permanece a questão da redefinição do impacto das divisões de classe nas instituições políticas democrático-representativas liberais. Para Maquiavel, o bem comum produz-se no interior de uma divisão não dissimulada, de algum modo social e politicamente aberta e reconhecida, e que não se pretende suprimir. Algo que será, a seguir, obscurecido pela igualdade dos cidadãos proclamada pela Revolução Francesa, que separa e complica a relação entre a esfera social e a esfera política.

Nas democracias representativas contemporâneas, é comum a ideia de que a divisão social, por si só escondida, seja superada pelo fato da representação, e que o estado de direito seja *ipso facto* o estado da igualdade. Como o espaço do ideológico cresceu nas sociedades democráticas contemporâneas ou, *soi-disant*, da racionalidade política compartilhada é um ponto que mereceria, partindo dessas considerações, ser aprofundado. A leitura de Maquiavel consente-nos voltar, sem pretensão, às formas de desunião social, a um pensamento que olha lucidamente para a política antes do advento do pensamento único da liberal-democracia.

mais influentes da Filosofia. Kant teve um grande impacto no Romantismo alemão e nas filosofias idealistas do século XIX, tendo esta faceta idealista sido um ponto de partida para Hegel. Kant estabeleceu uma distinção entre os fenômenos e a coisa-em-si (que chamou *noumenon*), isto é, entre o que nos aparece e o que existiria em si mesmo. A coisa-em-si não poderia, segundo Kant, ser objeto de conhecimento científico, como até então pretendia a metafísica clássica. A ciência se restringiria, assim, ao mundo dos fenômenos, e seria constituída pelas formas a priori da sensibilidade (espaço e tempo) e pelas categorias do entendimento. A IHU On-Line número 93, de 22-03-2004, dedicou sua matéria de capa à vida e à obra do pensador com o título *Kant: razão, liberdade e ética*, disponível para download em <http://migre.me/uNrH>. Também sobre Kant foi publicado este ano o Cadernos IHU em formação número 2, intitulado *Emmanuel Kant - Razão, liberdade, lógica e ética*, que pode ser acessado em <http://migre.me/uNrU>. Confira, ainda, a edição 417 da revista IHU On-Line, de 06-05-2013, intitulada A autonomia do sujeito, hoje. Imperativos e desafios, disponível em <http://bit.ly/10v60Ch>. (Nota da IHU On-Line)

<sup>12</sup> *Rumo a paz perpétua / Zum Ewigen Frieden* (São Paulo: Ícone Editora, 2010).

<sup>13</sup> **Robert A. Dahl** (1915): Um dos mais referenciados cientistas políticos ainda em atividade. É professor emérito de ciência política na Universidade Yale, Estados Unidos e escreveu principalmente sobre as condições e processos da política democrática contemporânea (Nota da IHU On-Line).

<sup>11</sup> **Immanuel Kant** (1724-1804): filósofo prussiano, considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna, representante do Iluminismo, indiscutivelmente um dos seus pensadores

# A política desnudada

Para Gramsci, Maquiavel inova ao compreender a política como uma ciência autônoma, com princípios e leis particulares, diferentes daqueles utilizados na moral e na religião, observa Gonzalo Rojas

POR MÁRCIA JUNGES

Um campo autônomo, com regras de jogo próprias, e que “evita a guerra e permite uma vida civilizada”. Essa era a compreensão de Nicolau Maquiavel sobre a política, explica o cientista político Gonzalo Rojas, na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Seu pensamento incomoda porque “desnuda” a política, “deixa de ser o ‘bem comum’, ou uma ‘vontade divina’ para, pelo contrário, ser definida como a luta pelo poder e sua conservação entre os homens”. Promovendo um cisma entre religião e política, o florentino “melhorou a técnica política tradicional dos grupos dirigentes conserva-

dores, mas também a política da filosofia da práxis, o que dá um caráter essencialmente revolucionário” às suas ideias.

Gonzalo Rojas é graduado em Ciência Política pela Universidade de Buenos Aires — UBA, doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo — USP com a tese *Os socialistas na Argentina (1880-1980). Um século de ação política*, e pós-doutor pela Universidade Estadual de Campinas — Unicamp. Leciona na Universidade Federal de Campina Grande, na Paraíba.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Em que aspectos Maquiavel é um escritor fundante da moderna Ciência Política? Alguns autores assinalam que Maquiavel foi o autor de uma teoria política ao cindir o Estado da religião e ao separar a ética cristã da esfera política. Outros afirmam que Maquiavel somente teorizou situações que presenciara, sem haver formulado uma teoria especificamente. Qual é seu ponto de vista?**

**Gonzalo Rojas** - Maquiavel é o primeiro filósofo político que separa a “política” da moral e da religião. À diferença da teoria política clássica (grega antiga), onde a política faz parte de uma totalidade, sendo a *polis* o único marco onde o homem pode desenvolver suas atitudes individuais, morais e intelectuais pela sua natureza, e da teoria política medieval, onde predomina uma visão teocrática, descendente do poder político onde este emana de Deus, Maquiavel concebe a política como um campo autônomo, que tem regras de jogo próprias. Não há escritor político que tenha suscitado tantas controvérsias, comentá-

rios, reações ou aprovações como o florentino. Maquiavel incomoda desnudando a política mesma, que deixa de ser o “bem comum”, ou uma “vontade divina” para, pelo contrário, ser definida como a luta pelo poder e sua conservação entre os homens.

A principal preocupação de Maquiavel é atingir um objetivo político, como lograr a unidade nacional italiana dispersa em múltiplos principados, unidade lograda pela França e Espanha; como elaborar uma estratégia bem-sucedida para alcançar o poder e como o conservar, o que, segundo Sheldon Wolin<sup>1</sup>, supunha uma economia da violência<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Sheldon S. Wolin (1922): filósofo político norte-americano e atualmente é professor emérito na *Princeton University*. Wolin é conhecido por ter criado o termo “totalitarismo invertido”, fazendo referência às tendências políticas do governo dos Estados Unidos. Este, ao mesmo tempo em que promove investidas em todo o mundo em defesa da democracia, assume ele próprio comportamento totalitário - partilhando semelhanças e diferenças em relação ao regime nazista (Nota da **IHU On-line**).

<sup>2</sup> Economia da violência: Termo criado

Maquiavel é um realista, do ponto de vista que estuda a realidade como ela é, não como deveria ser. Ele não acredita que essa realidade seja imutável. Sendo a política dominação, conflito, toda decisão política inclui a avaliação de que grupos sociais vão se beneficiar e outros irão se prejudicar. O realismo, *la verità effettuale delle cose*, a verdade efetiva das coisas, é um componente de uma visão moderna da política.

**IHU On-Line - O que O Príncipe tem a dizer à política de nossos dias? Quais são as ideias fundamentais dessa obra que encontram reflexo na práxis política do século XXI? Em que aspectos Antonio Gramsci se “apropriou” de Maquiavel em uma perspectiva contra-hegemônica?**

**Gonzalo Rojas** - Gramsci apresenta, na sua interpretação de Ma-

pelo filósofo político Sheldon Wolin (1922) que versa sobre o uso racional da violência. Trata-se da limitação de seu uso por meio de sua aplicação sensata, e não da sua eliminação total (Nota da **IHU On-line**).

quiavel, a importância teórica e política de pensar um príncipe moderno no marco da filosofia da práxis, a necessidade de que a secularização da política torne-se um senso comum e a política como uma práxis para a construção de relações de forças próprias na luta pelo poder na formação de uma nova vontade coletiva nacional e popular, para transcender as sociedades capitalistas “ocidentais”.

A ideia de Estado ampliado em Gramsci como uma articulação de coerção e consenso é relacionada com a existência, para Maquiavel, de diferentes tipos de Estado. Esses tipos de Estado podem se resumir a dois: as repúblicas, onde os homens são cidadãos, ou os principados, onde os homens são súditos. A ideia do Estado como um centauro está junta em Gramsci na ideia de Estado ampliado, com coerção e consenso, como dois momentos simultâneos da dominação burguesa, mas aparece também no príncipe que, entre as bestas, tem que escolher a zorra e o leão. A zorra porque vê as armadilhas, e o leão para amedrontar os lobos.

### Crise orgânica

Gramsci entende a política como relações de força e a necessidade de o príncipe moderno construir relações de força próprias nas diferentes situações de luta. Isso nos remete à diferença entre as armas próprias e as alheias realizadas pelo florentino com sua interpretação da política como luta pelo poder, separada da moral e da religião. Gramsci, seguindo Lênin<sup>3</sup>,

3 Vladimir Ilitch Lênin (1870-1924): Revolucionário e chefe de Estado russo. Lênin foi um dos responsáveis pela Revolução Russa (1917) e a influência de seu pensamento influenciou partidos comunistas em todo o mundo, levando ao surgimento da corrente teórica Leninismo. Foi incitado a dede cedo ao pensamento político especialmente por influência de seu irmão, Alexandre Uilánov. É a condenação de Uilánov à morte, após um atentado contra a vida do czar Alexandre III, que desperta em Lênin o desejo de combater o regime autocrático do país. Mais tarde, ingressa no Partido Social Democrata Russo, e as posições duras e revolucionárias do grupo defendido por Lênin levam à divisão do partido em duas vertentes: Bolcheviques, de orientação radical, e Mencheviques, de caráter moderado. Após a Revolução Russa, em 1905, Lênin foge da Rússia, mas retorna anos depois e passa a liderar o Partido Bolchevique, que toma o poder

## “Maquiavel concebe a política como um campo autônomo, que tem regras de jogo próprias”

utiliza, mas inverte a relação realizada por Maquiavel entre Oriente e Ocidente, quando o florentino interpreta que no Oriente (Turquia) é difícil a conquista e fácil a permanência no poder, e no Ocidente (França) ocorre o contrário.

Gramsci, depois da inversão da relação, entende que da interpretação do tipo de estado que se enfrenta se desprende o tipo de luta que se realiza. Dessa forma, nos apresenta as possibilidades para passar de uma guerra de manobra (Oriente) a uma guerra de posição (Ocidente) no marco de uma nova estratégia revolucionária nos países capitalistas desenvolvidos.

Segundo Gramsci, só num contexto de crise orgânica é possível que o bloco histórico dominante seja substituído pelo bloco histórico contra-hegemônico, mas, no caso em que não exista esse bloco alternativo, a oportunidade se perde e se produz uma recomposição do bloco dominante sob novas bases. Podemos relacionar isto com os conceitos de virtude (a *virtù* romana) e fortuna; já que, para o florentino, sem oportunidade as virtudes se perdem, sem virtude a oportunidade terá vindo em vão. Então, a fortuna mostra seu poder quando não tem virtude organizada. Destacamos, também, a questão da organização em Gramsci, assim como a diferenciação de príncipe moderno de príncipe.

em 1917, influenciada pelo descontentamento com a participação do País na I Guerra Mundial. Participou ativamente da criação da União Soviética, em 1922. No mesmo ano, no entanto, é acometido por uma crise de hemiplegia e precisa se afastar do poder, sendo sucedido por Josef Stalin (Nota da IHU On-line).

### Política e violência

Gramsci faz uma inversão da definição de guerra de Carl Von Clausewitz<sup>4</sup>, que podemos relacionar com os objetivos da guerra e da paz em *O Príncipe*, de Maquiavel, quando este escreve sobre a importância dos exercícios físicos e a leitura da história por parte do príncipe. Segundo Gramsci, tem de se fazer uma análise concreta da situação concreta em cada formação econômico-social para elaborar uma estratégia revolucionária. No florentino aparece a ideia de verdade real das coisas diferenciadas das representações imaginárias das mesmas. Os dois têm uma visão não conservadora do poder político. A ordem é necessária, mas a política substitui a violência, a conceição de estabilidade política, essa preocupação obsessiva não é imutável, é produto de um equilíbrio de forças. A política evita a guerra e permite uma vida civilizada, segundo o florentino. Estas apropriações nos fazem refletir sobre a possibilidade da utilização de Gramsci de Maquiavel em uma perspectiva contra-hegemônica.

### Caráter revolucionário

Maquiavel inova toda a concepção do mundo, segundo Gramsci, ao separar a política como uma ciência autônoma com seus princípios e leis, diversos daqueles da moral e da religião. Para Gramsci, esta proposição tem um grande alcance filosófico. O estilo de *O Príncipe* é o de um manifesto político, de partido. *O Príncipe* é um homem de ação que impulsiona a ação dos outros, é um político. Gramsci desenvolve uma crítica à interpretação de Croce<sup>5</sup>, segundo a qual o maquiavelismo é uma ciência que serve tanto aos reacionários como aos democratas, afirmando que essa

4 Carl Von Clausewitz (1780-1831): General do Reino da Prússia. É reconhecido como um grande teórico militar, especialmente por sua obra *Da Guerra* (São Paulo: Martins Fontes, 2010). Ficou conhecido por sua associação entre guerra e política, onde afirma que “a guerra é a continuação da política por outros meios” (Nota da IHU On-line).

5 Benedetto Croce (1866-1952): filósofo idealista italiano. Influenciou os pensamentos estéticos da primeira metade do século XX, incluindo Rogin G. Collingwood e John Dewey. (Nota da IHU On-Line).



interpretação é verdadeira só em termos abstratos. Segundo o comunista italiano, pode-se pensar que Maquiavel tem em vista “quem não sabe” e pretende educar politicamente “quem não sabe”, de forma positiva, quem deve reconhecer como necessários certos meios, mesmo próprios dos tiranos, porque deseja determinados fins. Quem não sabe nessa época? A classe revolucionária, o “povo”, a “nação italiana”.

Maquiavel tem um objetivo claramente político: persuadir estas forças a ter um “chefe” que saiba aquilo que quer e como obtê-lo, aceitá-lo com entusiasmo, mesmo se suas ações possam estar ou parecer contraditórias com a ideologia difundida na época, a religião. Para Gramsci, o maquiavelismo melhorou a técnica política tradicional dos grupos dirigentes conservadores, mas também a política da filosofia da práxis, o que dá um caráter essencialmente revolucionário ao florentino.

## Superação da sociedade capitalista

Em outra parte dos Cadernos, é importante a crítica que Gramsci realiza sobre a teoria dos partidos políticos elaborada pelo discípulo de Max Weber<sup>6</sup>, Robert Michels<sup>7</sup>, autor da “lei de ferro das oligarquias”. Gramsci

# “A preocupação de Maquiavel não era só entender lucidamente o drama político e de civilização que se desenvolvia ante seus olhos, senão mudar um estado de coisas”

se pergunta também que lugar ocupa ou deve ocupar a ciência política, a política como ciência autônoma, em uma concepção sistemática, coerente e consequente do mundo, em uma filosofia da práxis, em uma concepção do mundo. Como conclusão geral do trabalho, consideramos que as análises das reconceitualizações gramscianas de Maquiavel fornecem elementos para uma filosofia da práxis contra-hegemônica que permite superar a sociedade capitalista.

**IHU On-Line - Tomando O Príncipe em consideração, alguns estudiosos apontam Maquiavel como absolutista. A partir dos Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio, o florentino é tido como republicano. Como percebe essas conceitualizações e o que elas expressam sobre a (in)compreensão da obra maquiaveliana?**

**Gonzalo Rojas** - Temos três obras fundamentais do florentino — *Os discursos sobre a década de Tito Lívio*, *O Príncipe* (1513) e *A arte da guerra* — nas quais encontramos suas preocupações centrais. Consideramos obras complementárias, de jeito nenhum excludentes. Através de Tito Lívio, Maquiavel pôde expressar suas ideias sobre a política, a república e o conflito. Deve-se destacar que o conflito entre a plebe e a nobreza, a plebe e o Senado, foi causa de grandeza e liberdade para Roma, e não

de males. O livro *O Príncipe* afirma que sim, o príncipe tem que escolher entre os grandes e o povo, tem que se decidir, sem dúvida alguma, pelo povo, principalmente porque necessita viver sempre com o mesmo povo, mas não com a mesma nobreza.

O povo só pede para não ser oprimido, ponto de partida e chegada da interpretação dos elitistas, mas esta afirmação só é real para Maquiavel nos principados onde seus habitantes são súditos; então, o povo é um ator passivo. Mas nas repúblicas é diferente, porque o povo está constituído pelos cidadãos. Nos capítulos XXIX e LVIII do livro I dos *Discursi*, Maquiavel sustenta que o povo é menos ingrato, mais sábio e constante que o príncipe.

## Drama político

Nos três livros, Maquiavel refere que *O Príncipe* deve possuir armas próprias, sendo sua principal ocupação, durante a paz, se preparar na arte da guerra, na organização e disciplina dos exércitos, constituindo a verdadeira ciência do governante. A preocupação de Maquiavel não era só entender lucidamente o drama político e de civilização que se desenvolvia ante seus olhos, senão mudar um estado de coisas. Era um político, um homem de ação que exorta à ação, segundo Antonio Gramsci. Fiel a este talante, mais de uma vez Maquiavel pega a justeza da observação de seu admirado Dante ao falar que “em política não se age para saber, senão que se sabe para agir”. Qualquer interpretação monoexplicativa da obra de Maquiavel, no meu entendimento, expressa uma incompreensão da obra maquiaveliana.

**IHU On-Line - Rousseau afirmou que, fingindo dar lições aos reis, Maquiavel deu lições ao povo. Qual é o fundamento dessa ideia?**

**Gonzalo Rojas** - Em geral eu agrupo em quatro, mas poderiam ser mais, as interpretações sobre Maquiavel.

1) Benedetto Croce, interpretação conhecida como historicista: Maquiavel foi um puro teórico, objetivo e neutro, que fez a ciência política sem paixão, falou das coisas como elas são (realista) e essas coisas podem servir a qualquer um.

6 **Max Weber** (1864-1920): sociólogo alemão, considerado um dos fundadores da Sociologia. Ética protestante e o espírito do capitalismo (Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004) é uma das suas mais conhecidas e importantes obras. Cem anos depois, a **IHU On-Line** dedicou-lhe a sua 101ª edição, de 17-05-2004, intitulada *Max Weber. A ética protestante e o espírito do capitalismo 100 anos depois*, disponível para download em <http://bit.ly/13MmaZt>. De Max Weber o IHU publicou o *Cadernos IHU em Formação* nº 3, 2005, chamado *Max Weber - o espírito do capitalismo*. Em 10-11-2005, o professor Antônio Flávio Pierucci ministrou a conferência de encerramento do I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia, promovido pelo IHU, intitulada *Relações e implicações da ética protestante para o capitalismo*. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Robert Michels** (1876-1936): sociólogo alemão, autor de *Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna*. (Lisboa: Antígona, 2001). Formulou a teoria da destinação oligárquica dos partidos, conhecida como “lei de bronze”. Juntamente com Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, é um dos formuladores da teoria das elites. (Nota da **IHU On-Line**).



2) Maquiavel como maquiavélico, denunciado como o cínico imoral da política, lido e aceito pelos homens políticos do absolutismo como Frederico II<sup>8</sup> de Prússia. Os maquiavelistas, os elitistas (W. Pareto<sup>9</sup>, G. Mosca<sup>10</sup> e R. Michels) e os gerencialistas (Benham<sup>11</sup>) absorvem um aspecto de Maquiavel, a ideia de que o povo nos principados é passivo, e tiram uma conclusão geral: então, só é capaz de agir na política uma minoria ativa. É uma interpretação elitista de Maquiavel. Federico Chabod<sup>12</sup>, um dos prin-

8 **Frederico II** (1712-1786) - Primeiro Rei da Prússia. Ficou conhecido pelos cognomes de “o Grande” e “o Único”. É considerado um despota esclarecido (Nota da IHU On-line).

9 **Vilfredo Pareto** ou **Wilfried Fritz Pareto** (1848-1923): Cientista político, sociólogo e economista italiano. Foi o criador da Lei da eficiência de Pareto, onde descreve o conceito de “ótimo de Pareto”. Segundo o proposto pelo autor, uma situação econômica será ótima quando for impossível melhorar a situação de um agente, sem com isso degradar a situação de outro. Foi um dos criadores da teoria das elites, juntamente com Gaetano Mosca e Robert Michels (Nota da IHU On-line).

10 **Gaetano Mosca** (1858-19410): jurista, cientista político, historiador e político italiano. Foi um dos criadores da teoria das elites, juntamente com Vilfredo Pareto. Esta teoria, também conhecida como Elitismo ou Teoria do Poder, fundamenta-se na ideia do favorecimento das minorias e na centralização oligárquica do poder político (Nota da IHU On-line).

11 **Jeremy Bentham** (1748-1832). Filósofo, jurista e reformador social britânico. É reconhecido como o fundador do utilitarismo moderno, que prega o desenvolvimento de ações com a máxima eficiência para o bem-estar social e a felicidade. Foi também o primeiro a utilizar o termo deontologia, para se referir ao conjunto de princípios éticos a serem aplicados às atividades profissionais (Nota da IHU On-line).

12 **Federico Chabod** (1901-1960): Historiador e político italiano. Desenvolveu sua tese na Universidade de Turin sobre a

## “A principal preocupação de Maquiavel é atingir um objetivo político, como lograr a unidade nacional italiana dispersa em múltiplos principados”

cipais estudiosos da obra de Maquiavel, afirma que este “abriu o caminho para os excessos do absolutismo”.

3) Interpretação “democrática” de Maquiavel opondo os *Discursi* ao *Príncipe* [1513], Spinoza, Rousseau e toda a tradição do *Risorgimento* — De Sanctis<sup>13</sup>, Mazzini<sup>14</sup>, para os quais Maquiavel foi um republicano que disse ao povo a verdade sobre os tiranos,

obra de Nicolau Maquiavel (Nota da IHU On-line).

13 **Francesco de Sanctis** (1817-1883): Crítico literário especialista em Dante, ensaísta e político italiano. Dono de ideias e propostas liberais, foi perseguido e preso após participação na Insurreição Napolitana. Foi professor de vários pensadores de renome, entre eles Benedetto Croce (Nota da IHU On-line).

14 **Giuseppe Mazzini** (1805-1872): político e revolucionário italiano. Participou ativamente do *Risorgimento*, movimento que buscava a unificação dos estados italianos em uma nação (Nota da IHU On-line).

para desmascará-los. Poderíamos pôr Gramsci, até certo ponto, neste bloco também por algumas das problematizações apresentadas acima.

4) Hegel<sup>15</sup>, que nos seus escritos políticos, na parte sobre a constituição alemã, coloca que a Itália não tem Estado como a Alemanha, mas teve um teórico para pensar sua ausência e defende a ideia de Maquiavel de utilizar o cinismo contra o cinismo.

A interpretação democrática, a que agrupamos como terceira, é a rousseauiana, e tem como fundamento, entre outras coisas, de forma simplificada, que na verdade os monarcas governaram durante séculos do mesmo jeito e não precisariam que alguém explicasse o que deveriam realizar para conquistar e manter principados. Maquiavel estaria escrevendo ao povo para advertir sobre as maldades dos tiranos. Devemos lembrar que, para Rousseau, o conceito de povo é diferente do que conhecemos hoje, já que este se diferencia da canalha. Mas esse é o argumento central desta hipótese rousseauiana.

15 **Friedrich Hegel** (1770-1831): filósofo alemão idealista. Como Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, tentou desenvolver um sistema filosófico no qual estivessem integradas todas as contribuições de seus principais predecessores. Sua primeira obra, *A fenomenologia do espírito*, tornou-se a favorita dos hegelianos da Europa continental no século XX. Sobre Hegel, confira a edição nº 217 da IHU On-Line, de 30-04-2007, intitulada *Fenomenologia do espírito*, de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1807-2007), em comemoração aos 200 anos de lançamento dessa obra. O material está disponível em <http://bit.ly/1eEonKO>. Sobre Hegel, leia, ainda, a edição 261 da IHU On-Line, de 09-06-2008, *Carlos Roberto Velho Cirne-Lima. Um novo modo de ler Hegel*, disponível em <http://bit.ly/1g0xNhE>. (Nota da IHU On-Line)

LEIA OS CADERNOS TEOLOGIA PÚBLICA  
NO SITE DO IHU  
WWW.IHU.UNISINOS.BR

# O Príncipe e a falta de uma utopia política

Na obra fundamental de Maquiavel não há um modelo, projeto ou filosofia política que oriente a política com vistas a uma sociedade melhor, acentua Bernardo Alfredo Mayta Sakamoto

POR MÁRCIA JUNGES

“O legado de Maquiavel é uma política realista. Daí a origem do termo *realpolitik* e da máxima ‘o fim justifica os meios’”, destaca Bernardo Alfredo Mayta Sakamoto na entrevista que concedeu, por e-mail, à **IHU On-Line**. “Percebemos que, em Maquiavel, a justiça nos principados favorece os príncipes. A justiça é dos mais fortes, não existe a virtude de justiça. Em Hume, a justiça permeia a sociedade, é a virtude artificial que une a sociedade e que estabelece ordem e segurança duradoura”. De acordo com Sakamoto, falta uma utopia em *O Príncipe*. “A obra encontra-se imersa na época, na sua determinação histórica. Mostra-se explicitamente a natureza ‘besta-homem’ do príncipe: aparentar, mentir, trair, matar, possuir *virtù* para dominar a fortuna, aprender pela história fatos dos tiranos para conquistar ou manter o poder”. Em seu ponto de vista,

atualmente as democracias representativas correm o perigo de ter seu poder centralizado “de consolidar privilégios e excluir setores da sociedade”, isso porque esse sistema político “é uma forma de governo que depende de nós. É um invento social”.

Bernardo Alfredo Mayta Sakamoto é graduado e especialista em Filosofia pela Universidade Nacional Mayor de San Marcos, no Peru. É mestre em Filosofia Política pela Universidade Estadual de Campinas — Unicamp, onde cursou doutorado em Ciência Política com a tese *Da ordem astronômica à ordem social: o indivíduo e a gravitação como fundamentos do mercado* (Cascavel: Edunioeste, 2010). Leciona na Universidade Estadual do Oeste do Paraná — Unioeste e é autor, entre outros, de *Filosofia Política* (São Luís: Uema-net, 2012).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Qual é o maior legado político de Maquiavel?**

**Bernardo Alfredo Mayta Sakamoto** - Suas obras, principalmente *O Príncipe* e os *Discorsi*. Em *O Príncipe*, a política apresenta-se como a relação de poder determinada pelo critério do governante. É uma política orientada para a obtenção e conservação do poder. O legado de Maquiavel é uma política realista. Daí a origem do termo *realpolitik* e da máxima “o fim justifica os meios”, que os tradutores anotaram e Maurice Joly divulgou no *Diálogo no Inferno entre Maquiavel e Montesquieu* no século XIX. Em *O Príncipe* a prática da política é privada

de ética, sem princípios morais, propõe-se um projeto social sem utopia. Por quê? Porque a natureza humana está inserida em uma história circular, finita. O ser humano é assim, não vai melhorar. No caráter do bom governante, os valores de ser e aparentar são equivalentes.

Nos *Discorsi* (*Comentários sobre a primeira década de Tito Livio*), Maquiavel concebe as melhores leis — as que determinam a liberdade e a estabilidade política — decretadas em uma república com “forma mista de governo”, isto é, as boas leis são aquelas formuladas na república que não exclui nenhum dos setores que

compõem a sociedade: o príncipe, a aristocracia e o povo. Maquiavel apresenta as boas leis como a expressão das partes constitutivas de uma república. É uma política totalmente inclusiva.

**IHU On-Line - Qual é a relevância e atualidade de *O Príncipe* cinco séculos após sua escrita?**

**Bernardo Alfredo Mayta Sakamoto** - O leitor atual de *O Príncipe* rejeita seu conteúdo, pois descreve as práticas do governo absolutista, do poder de um indivíduo. Lembremos que esta obra foi originalmente um manual para o governo de Lorenzo

de Medici. Então, por mais *virtù* que possuía o governante sobre a *fortuna*, a compreensão da época turbulenta da qual viveu Maquiavel, das imperiosas “razões de estado”, tais critérios não justificam a aprovação centralizadora da forma monárquica. A literatura de ciência e ficção apresenta fracassos destes governos (ainda que concebidos com as melhores intenções para com o povo), como em *Metrópolis*, 1984, *A Revolução dos Bichos*, etc. Mas, por que rejeitamos o conteúdo de *O Príncipe*? Porque vivenciamos a democracia, o governo de todos; nesta, a transparência dos atores políticos e dos gastos públicos são as demandas imperantes para o desenvolvimento social.

**IHU On-Line - Quais foram os principais pensadores influenciados pelas ideias do florentino e em que aspectos o legado maquiaveliano lhes foi decisivo?**

**Bernardo Alfredo Mayta Sakamoto** - Os principais pensadores influenciados pelas ideias de Maquiavel foram Spinoza<sup>1</sup>, Rousseau<sup>2</sup> e Gramsci<sup>3</sup>,

porque consideravam o florentino “um partidário constante da liberdade política”, como diz Spinoza. Este e Rousseau acreditavam que *O Príncipe* era um livro para o povo, destinado a advertir a gestão dos monarcas, com a intenção de que o povo oprimido conheça a astúcia e a violência dos príncipes. É conhecida a frase de Rousseau sobre esta obra de Maquiavel: “fingindo dar lições aos reis, deusas, grandes, aos povos”. Para estes dois filósofos, *O Príncipe* era um manual para o povo, e não para os monarcas. Maquiavel era o libertador do povo, o libertador da consciência dos oprimidos. Gramsci, pensador marxista, concebeu as ações expostas em *O Príncipe* como as tarefas contemporâneas do partido comunista na era de desmoronamento do capitalismo. O “príncipe-partido” outorgaria estabilidade a esta época conturbada.

### “Príncipe partido”

Spinoza elogiou reiteradas vezes o autor de *O Príncipe*. No seu *Tratado Político* expõe que a natureza humana é homogênea: “todos os indivíduos, incluindo os príncipes, estão submetidos a emoções”. Ao estudar as formas do Estado monárquico, aristocrático e democrático, prefere a liberdade política da democracia, pois todos são governados pelas leis, e não pelo domínio de algum ou alguns dos homens. Ressalto “homens” porque, para Spinoza, as mulheres, os servidores, as crianças e os pupilos estão sob a autoridade dos maridos, amos, pais e tutores.

Em Rousseau, o legado de liberdade de Maquiavel é exposto em *O Contrato Social*: criar um governo de iguais, através do contrato, no qual se expresse a “vontade geral”, o liame social, que decretará leis que outor-

gam a liberdade política dos cidadãos. Consideramos ainda que, para Rousseau, a “vontade geral” pode errar quando proliferam as associações ou partidos na sociedade.

Gramsci, em *Maquiavel, A Política e o Estado Moderno*, reafirma a orientação de *O Príncipe*, a obtenção e conservação do poder, na idade contemporânea. Em sua concepção marxista, Gramsci une Marx e Maquiavel. O partido comunista teria um guia ou manual para atingir o socialismo. O “príncipe-partido” tem aliados subalternos na sociedade capitalista: os trabalhadores, a intelectualidade orgânica e outros setores que concebem a destruição inevitável do capitalismo.

**IHU On-Line - A partir da justiça, virtude principal para David Hume<sup>4</sup>, que nexos e distanciamentos podem ser estabelecidos com a compreensão de justiça no pensamento de Maquiavel?**

**Bernardo Alfredo Mayta Sakamoto** - Na Antiguidade, a justiça é representada por uma divindade cega com uma balança. Ela representa a imparcialidade, o desinteresse, a honestidade, que outorga a cada qual o que lhe corresponde. Para Aristóteles, “a justiça é a virtude”, enfatizando que é a principal entre todas as virtudes. Em *O Príncipe*, de Maquiavel, no qual se exclui a ética (valores que sempre são transcendentais), a justiça se apresenta como o poder do mais forte, do príncipe, isto é, exibe-se uma justiça transitória, provisória. Este critério de justiça é exposto em Trasímaco<sup>5</sup>, personagem

1 Baruch de Spinoza (1632 - 1677): filósofo holandês. Sua filosofia é considerada uma resposta ao dualismo da filosofia de Descartes. Foi considerado um dos grandes racionalistas do século XVII dentro da Filosofia Moderna, e o fundador do criticismo bíblico moderno. Confira a edição 398 da revista IHU On-Line, de 06-08-2012, intitulada Baruch Spinoza. Um convite à alegria do pensamento, disponível em <http://bit.ly/ITqFx>. (Nota da IHU On-Line)

2 Jean Jacques Rousseau (1712-1778): filósofo franco-suíço, escritor, teórico político e compositor musical autodidata. Uma das figuras marcantes do Iluminismo francês, Rousseau é também um precursor do romantismo. As ideias iluministas de Rousseau, Montesquieu e Diderot, que defendiam a igualdade de todos perante a lei, a tolerância religiosa e a livre expressão do pensamento, influenciaram a Revolução Francesa. Contra a sociedade de ordens e de privilégios do Antigo Regime, os iluministas sugeriam um governo monárquico ou republicano, constitucional e parlamentar. Sobre esse pensador confira a edição 415 da revista IHU On-Line, de 22-04-2013, intitulada Somos condenados a viver em sociedade? As contribuições de Rousseau à modernidade política e disponível em <http://bit.ly/YGU1gM>. (Nota da IHU On-Line)

3 Antonio Gramsci (1891-1937): escritor e político italiano. Com Togliatti, criou o jornal L'Ordine Nuovo, em 1919. Secretário do Partido Comunista Italiano (1924), foi preso em 1926 e só foi libertado em

1937, dias antes de falecer. Nos seus Cadernos do cárcere, substituiu o conceito da ditadura do proletariado pela “hegemonia” do proletariado, dando ênfase à direção intelectual e moral em detrimento do domínio do Estado. Sobre esse pensador, confira a edição 231 da IHU On-Line, de 13-08-2007, intitulada Gramsci, 70 anos depois, disponível para download em <http://migre.me/65usZ>. (Nota da IHU On-Line)

4 David Hume (1711-1776): filósofo e historiador escocês, que com Adam Smith e Thomas Reid, é uma das figuras mais importantes do chamado Iluminismo escocês. É visto, por vezes, como o terceiro e o mais radical dos chamados empiristas britânicos. A filosofia de Hume é famosa pelo seu profundo ceticismo. Entre suas obras, merece destaque o Tratado da natureza humana. Sobre ele, leia a IHU On-Line número 369, de 15-08-2011, intitulada David Hume e os limites da razão, disponível para download em <http://bit.ly/pFBA94> (Nota da IHU On-Line)

5 Trasímaco: personagem do diálogo platônico A República, principal interlocutor de Sócrates no primeiro livro desta obra. É responsável pela apresentação da definição de que a justiça não é nada mais do

de *A República*, de Platão, que diz que “em toda parte só existe um princípio de justiça: o interesse do mais forte”.

Para Hume, a justiça é a virtude que ordena as sociedades. Para este filósofo empirista escocês, interessado no conhecimento do ser humano (sua obra principal é *O Tratado da Natureza Humana*), a virtude é artificial, pois surge na convivência social e não se encontra no indivíduo. Analogamente ao artifício da criação e do desenvolvimento das regras de gramática de cada língua (que surgem primeiramente para comunicar-se até atingir as regras da correta comunicação escrita e falada), a justiça surge na família como “regras particulares” até desenvolver-se, no processo de formação das sociedades, como regras de justiça (leis expostas nas constituições, códigos, estatutos, etc.). Para Hume, quando a autoridade familiar é insuficiente para manter a ordem social, o poder destas regras tem que ampliar-se para preservar não só uma família, senão as famílias que constituam uma determinada sociedade. A sociedade está unida pelos laços da justiça, por isso, esta virtude deve ser estabelecida pela educação e pelas convenções humanas.

### Invenção da justiça

A invenção da justiça, segundo Hume, estabelece ordem e segurança para os indivíduos que procuram viver em paz e em felicidade preservando suas propriedades. Também, a justiça permite a rebelião ou subversão perante os tiranos: “podemos nos opor aos mais violentos efeitos do poder supremo sem ser, por isso, culpados de crime ou injustiça”.

Assim, percebemos que, em Maquiavel, a justiça nos principados favorece aos príncipes. A justiça é dos mais fortes, não existe a virtude de

que a “conveniência do mais forte”, “fazer o que é do interesse do mais forte”. Assevera que a lei criada pelo arbítrio do governante tem a qualidade de lei justa, ao contrário do que defendia Sócrates, que afirmava que a ruína da cidade se define pela sujeição da lei ao governante e sua salvação pelo império da lei sobre os governantes “que fazem a si mesmos escravos da lei”. (Nota da IHU On-Line)

“Em *O Príncipe* falta utopia. A obra encontra-se imersa na época, na sua determinação histórica. Mostra-se explicitamente a natureza “besta-homem” do príncipe: aparentar, mentir, trair, matar (...)”.

justiça. Em Hume, a justiça permeia a sociedade, é a virtude artificial que une a sociedade e que estabelece ordem e segurança duradoura.

**IHU On-Line - Ao localizar em Platão as origens do totalitarismo, percebe em Maquiavel as raízes da dissociação entre política e ética ou tratou-se, tão somente, da constatação realista do que ele percebia no meio político no qual estava inserido?**

**Bernardo Alfredo Mayta Sakamoto** - Platão é um centralista do poder político. Ele propõe o rei-filósofo como o governante, aquele que sabe. Ele percebe que a natureza origina seres humanos distintos, uns poucos para governar e muitos para obedecer. Sua tripartição das almas estabelece a hierarquia social. Popper<sup>6</sup>

6 Karl Popper (1902-1994): filósofo austriaco-britânico. Destacou-se como filósofo social e político e defensor da democracia liberal. É conhecido como o criador do conceito de Falseabilidade, que a coloca como uma característica fundamental para a demarcação científica de uma teoria. De acordo com este

encontrou em *A República*, de Platão, as origens do totalitarismo, uma sociedade excludente que privilegia um reduzido grupo social que segura o poder. A educação para alguns privilegiados é fundamental para manter a ordem hierárquica.

### A falta de uma utopia

Ainda assim, considerando Platão como originador do totalitarismo, ele tem um projeto político, um ideal de pólis orientado pelo bem. Por exemplo, propõe o comunismo radical na classe dos guerreiros, uma dissolução da família — “todos são de todas, e todas de todos”, “os filhos chamarão a cada guerreiro de pai e a toda guerreira de mãe” —, porque nesta classe militar Platão concebe eliminar os pronomes possessivos “meu” e “teu”.

Em *O Príncipe* falta utopia. A obra encontra-se imersa na época, na sua determinação histórica. Mostra-se explicitamente a natureza “besta-homem” do príncipe: aparentar, mentir, trair, matar, possuir *virtù* para dominar a *fortuna*, aprender pela história fatos dos tiranos para conquistar ou manter o poder. Thomas More<sup>7</sup>, contemporâneo de Maquiavel, descreve em *Utopia* uma sociedade ideal fundamentada em leis justas e em instituições político-econômicas comprometidas com o bem-estar da coletividade. Um dos aportes da *Utopia* de More para a sociedade atual é a imposição das oito horas de trabalho, pois nessa sociedade imaginária os homens fazem três atividades ao dia: trabalhar, dormir e lazer. Percebemos com More que a utopia se converte em realidade, é um aporte para melhorar o mundo, ordenar as três principais atividades humanas

pensamento, uma teoria só será científica se puder ser falseada, isto é, colocada à prova diante da experiência. (Nota da IHU On-Line).

7 Sir Thomas More, ou Thomas Morus (1478–1535): advogado, escritor, político e humanista inglês. Foi executado por ordem do rei Henrique VIII e posteriormente canonizado pela Igreja Católica com o nome de São Thomas Morus. Sua obra mais famosa é *Utopia*, de 1516. (Nota da IHU On-Line).



pelas horas do dia. Em *O Príncipe*, de Maquiavel, não há utopia, não há um modelo, um projeto, não há uma filosofia política propriamente dita para orientar a política e fazer uma sociedade melhor.

**IHU On-Line - Nesse sentido, como podemos compreender a linha política realista na qual se inscrevem Maquiavel, Spinoza e Montesquieu? Qual é a sua pertinência para pensarmos o fenômeno político em tempos de desencanto com a democracia representativa?**

**Bernardo Alfredo Mayta Sakamoto** - A formulação das melhores leis, que possuam a legitimação de toda a sociedade, é o interesse do Maquiavel dos *Discorsi*, do *Tratado Político*, de Spinoza e do *Espírito das leis*, de Montesquieu. Nos *Discorsi*, as melhores leis originam-se na república de governo misto, participa toda a sociedade, equilibrando-se os três poderes: rei, nobreza e povo. Assim, evita-se o centralismo do poder.

Spinoza, descrevendo uma natureza comum entre os homens, compostos de paixões e razão, concebe a forma democrática como melhor governo que o monárquico e o aristocrático. A democracia representa melhor a sociedade dos seres humanos, e as leis democráticas outorgam liberdade política a todos os membros da sociedade.

### **Democracia, um invento social**

Montesquieu, para evitar a centralização do poder, concebe uma sociedade na qual existam três poderes equitativos: legislativo, judicial e executivo, determinando funções e interdependência entre eles. As leis dos povos são determinadas pela geografia, clima, etnia, costumes, crenças, espíritos, etc.; as melhores leis serão as decretadas nas repúblicas com tripartição de poder, pois outorgam liberdade política a toda sua população.

Estes três pensadores tentavam evitar a concentração de poder em um setor ou classe social que compõe a sociedade, por isso suas propostas por equilibrar ou dividir o poder.

“Hoje, com as democracias representativas, existe o perigo de centralizar-se o poder, de consolidar privilégios e excluir setores da sociedade. Por quê? Porque a democracia é uma forma de governo que depende de nós”.

Hoje, com as democracias representativas, existe o perigo de centralizar-se o poder, de consolidar privilégios e excluir setores da sociedade. Por quê? Porque a democracia é uma forma de governo que depende de nós. Ela é um invento social. Talvez o desânimo surja pelo “medo à liberdade” (Fromm). Parece mais fácil “a servidão voluntária” (“cada povo merece seus governantes”, La Boétie) que os deveres do cidadão na democracia representativa. Uma forma de evitar a centralização de poder nas democracias é exigir dos representantes a transparência de sua gestão e dos gastos públicos e a promoção da inclusão social.

**IHU On-Line - Em que sentido Maquiavel é um defensor da liberdade política?**

**Bernardo Alfredo Mayta Sakamoto** - Ao procurar as melhores leis

para a república. Nos *Discorsi*, Maquiavel é um defensor da liberdade política porque procura estabelecer uma república estável. Sabendo que a lei determina a liberdade política, e procurando as melhores leis, o florentino propõe a república de “governo misto”, na qual todos os setores ou classes sociais decretam leis. A lei formulada pelas partes de toda a República terá maior legitimidade que aquelas leis estabelecidas por algum dos setores ou de determinada classe social. A relação explícita entre lei e liberdade política encontra-se em *O Espírito das Leis*, do barão de Montesquieu: “Num Estado, isto é, numa sociedade em que há leis, a liberdade não pode consistir senão em poder fazer o que se deve querer e em não ser constrangido a fazer o que não se deve desejar”, em que o barão determina que a lei consolida a liberdade política.

**IHU On-Line - Gostaria de acrescentar algum aspecto não questionado?**

**Bernardo Alfredo Mayta Sakamoto** - A filosofia política se distingue da ciência política e da política por ser análise dos conceitos políticos, da reflexão sobre a legitimação do poder e a procura de normatividade valorativa da justiça na política. A ciência política é a ciência que estuda o fenômeno político com as metodologias de pesquisa próprias das ciências empíricas ou naturais, como a Física e a Biologia. A política é a gestão, a ciência de governar.

Por estes critérios conceituais, *O Príncipe*, de Maquiavel, é mais orientado para o que hoje denominamos ciência política ou política. Por quê? Considero que Maquiavel trabalhava como conselheiro de principados, era assessor de príncipes, esse era seu ganha-pão. Os *Discorsi* são obra de um filósofo político. Maquiavel propõe uma república mista que é estável e justa porque equilibra as paixões dos indivíduos — expressados nos interesses dos grupos —, através da formulação de leis.

# Maquiavel e as instituições estáveis como objetivo da ação política

Para Maquiavel, um bom príncipe é aquele que consegue estabelecer “um domínio capaz de sobreviver-lhe”, adverte Alessandro Pinzani. A preocupação do florentino era o *vivere civile*, ou seja, a existência política de uma comunidade, mesmo que fosse preciso o uso de meios tidos como imorais

POR MÁRCIA JUNGES

“Foi um verdadeiro choque cultural, também pela linguagem crua e pela maneira direta na qual Maquiavel expressava seu pensamento. Até hoje certas passagens podem chocar o leitor contemporâneo, pouco acostumado ao estilo conciso e direto dos historiadores romanos que inspiraram o florentino. O uso de expressões típicas do italiano falado em Florença, que até hoje é bastante direto e cortante, contribui para dar a impressão de um realismo que beira o cinismo. Mas é uma falsa impressão: Maquiavel é sempre movido por um profundo senso da dimensão ética da política e por uma grande preocupação pelo *vivere civile*”. A ponderação é do filósofo Alessandro Pinzani na entrevista que concedeu, por e-mail, à **IHU On-Line**. Segundo ele, “o erro típico de certa interpretação do pensamento maquiaveliano é o de fazer dele um autor maquiavélico, interessado somente na conquista do poder sem nenhuma consideração de caráter ético ou moral, enquanto na realidade a ação do príncipe (do governante, em geral) deve orientar-se por esta preocupação para com a criação e manutenção de instituições políticas

capazes de garantir uma vida livre e gloriosa à comunidade política regida por elas. Neste sentido, sua atualidade deveria consistir em indicar aos políticos a primazia da dimensão institucional sobre a do seu poder pessoal”.

Alessandro Pinzani nasceu em Florença (Itália). Doutorou-se em Filosofia na Universidade de Tübingen, na Alemanha. De 1997 até 2004, trabalhou como pesquisador e docente em Tübingen, onde, em 2004, obteve a habilitação e a livre-docência em Filosofia. Em 2001-2002, foi Visiting Scholar na Columbia University de Nova Iorque, Estados Unidos. Desde julho de 2004 é professor no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. É autor de *Maquiavel e “O Príncipe”* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004), *Diritto, politica e moralità in Kant* (Milão: Bruno Mondadori, 2004), *Ghirlande di fiori e catene di ferro. Istituzioni e virtù politiche in Machiavelli, Hobbes, Rousseau e Kant* (Firenze: Le Lettere, 2006) e *An den Wurzeln moderner Demokratie. Bürger und Staat in der Neuzeit* (Berlim: Akademie Verlag, 2009), entre outros.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Em que aspectos O Príncipe continua atual 500 anos após seu lançamento?**

**Alessandro Pinzani** - *O Príncipe* representou um desafio à maneira de pensar a política e, sobretudo, a figura do governante já no século XVI, quando apareceu, primeiro em

versão manuscrita, difundida quase clandestinamente nas cortes e nos palácios dos governos, e depois em versão impressa. Foi um verdadeiro choque cultural, também pela linguagem crua e pela maneira direta na qual Maquiavel expressava seu pensamento. Até hoje certas passa-

gens podem chocar o leitor contemporâneo, pouco acostumado ao estilo conciso e direto dos historiadores romanos que inspiraram o florentino. O uso de expressões típicas do italiano falado em Florença, que até hoje é bastante direto e cortante, contribui para dar a impressão de um realismo

que beira o cinismo. Mas é uma falsa impressão: Maquiavel é sempre movido por um profundo senso da dimensão ética da política e por uma grande preocupação pelo *vivere civile*. O erro típico de certa interpretação do pensamento maquiaveliano é o de fazer dele um autor maquiavélico, interessado somente na conquista do poder sem nenhuma consideração de caráter ético ou moral, enquanto na realidade a ação do príncipe (do governante, em geral) deve orientar-se por esta preocupação para com a criação e manutenção de instituições políticas capazes de garantir uma vida livre e gloriosa à comunidade política regida por elas. Neste sentido, sua atualidade deveria consistir em indicar aos políticos a primazia da dimensão institucional sobre a do seu poder pessoal. Infelizmente não é esta a lição que muitos tiram desta obra, como demonstram livros estúpidos com títulos como *Maquiavel para executivos* e que fazem dela um simples manual de estratégia para obter o poder através da astúcia ou da força. Nada mais longe da intenção originária de Maquiavel.

### Contínua mudança

Outro aspecto negligenciado, mas que merece reflexão, é a ideia de que nada é eterno neste mundo. Seguindo os antigos, em particular Platão (que Maquiavel conhecia indiretamente), o florentino está convencido de que na esfera sublunar tudo está envolvido em um processo de contínua mudança e, portanto, está fadado a perecer: não somente os indivíduos, mas também os estados e os impérios. Por mais que Maquiavel se preocupe com a questão da estabilidade das instituições, ele sabe que nenhuma instituição durará eternamente. Pelo contrário, nós, modernos, pensamos que nossos Estados sejam imortais. Nunca pensamos que no futuro o Brasil possa deixar de existir, por exemplo, ou que a democracia, assim como a conhecemos, possa ser substituída por outras formas de governo. Tendemos a pensar que não haja alternativas ao presente.

**IHU On-Line - Qual é a novidade dessa obra no que diz respeito ao tratamento que dispensou à ética e**

**à política? Como o contexto político daquela época influenciou na redação de O Príncipe?**

**Alessandro Pinzani** - A obra representa a primeira tentativa de pensar a relação entre ética e política de maneira diferente da tradição anterior. Exteriormente se apresenta como um “espelho dos príncipes”, ou seja, como um dos tantos manuais para governantes que formam um gênero literário bastante comum na Idade Média e na Renascença; contudo, ele se distancia profundamente deles. Em vez de recomendar ao príncipe que siga os ditames da doutrina cristã para melhor exercer o poder que Deus lhe confiou para governar os súditos (como faziam os autores destes manuais, de Tomás de Aquino<sup>1</sup> a Patrizi<sup>2</sup> ou Pontani<sup>3</sup>), Maquiavel elabora sugestões que têm como finalidade a conquista e a manutenção do poder independentemente de qualquer consideração referente à doutrina cristã ou às virtudes que a tradição atribuía ao bom príncipe. Um bom príncipe é, para ele, aquele que sucede em sua obra de conquista e que consegue estabelecer um domínio capaz de sobreviver-lhe. Por isso, não é verdade que para Maquiavel o fim justifica os meios, como pensa certa interpretação vulgar. A ação do príncipe deve ser submetida ao fim superior da criação de uma entidade política capaz de durar no tempo, não ao fim meramente individual da conquista do poder pelo poder.

### Interpretação errônea

Por esta razão, ao observar, no capítulo VIII de *O Príncipe*, que o

cruelíssimo tirano Agátocles<sup>4</sup> era um homem dotado de *virtù*, isto é, do conjunto de qualidades necessárias a um governante bem-sucedido (audácia, prudência, dissimulação, capacidade de interpretar corretamente a situação histórica e de aproveitar a ocasião certa para agir, bem como capacidade de ser friamente cruel para eliminar seus inimigos), Maquiavel diz que não deveria ser tomado como exemplo, contrariamente a outros príncipes que também souberam usar da crueldade para alcançar o poder, como César Bórgia.

Embora Maquiavel não o diga explicitamente, a diferença consiste no fato de que Agátocles quis o poder pelo poder, enquanto Bórgia tentou criar um principado novo que unificasse os vários estados italianos. Justamente a referência a Bórgia mostra como Maquiavel escreveu com a intenção de oferecer indicações concretas para a ação daqueles homens políticos do seu tempo que tivessem a intenção de constituir um principado novo. Em particular, sua esperança era que alguém tentasse unificar a Itália, até então dividida em estados fracos em luta entre si e, portanto, à mercê das grandes potências estrangeiras: da França, da Espanha e do Império.

Perante esta situação, a preocupação de Maquiavel é de que a Itália acabe sendo terra de conquista e dominação para estes sujeitos políticos, cuja força principal consiste precisamente em ser o que a Itália não conseguiu ainda ser: um Estado territorialmente extenso, governado por instituições estáveis. Maquiavel percebe a importância da formação do Estado nacional moderno, mas não consegue identificar todos os fatores necessários para a sua formação: pensa que se trata somente de uma questão militar e política, como se a obra de reunificação nacional operada pelos reis da França ou da Espanha fosse reduzível unicamente à conquista de novos territórios ou à

1 São Tomás de Aquino (1225-1274): padre dominicano, teólogo, distinto expoente da escolástica, proclamado santo e cognominado Doctor Communis ou Doctor Angelicus pela Igreja Católica. Seu maior mérito foi a síntese do cristianismo com a visão aristotélica do mundo, introduzindo o aristotelismo, sendo redescoberto na Idade Média, na escolástica anterior. Em suas duas “Summae”, sistematizou o conhecimento teológico e filosófico de sua época: são elas a *Summa Theologiae*, a *Summa Contra Gentiles*. (Nota da IHU On-Line)

2 Francesco Patrizi (1529-1597): Filósofo humanista e cientista italiano. Era conhecido por ser defensor do Platonismo e adversário do Aristotelismo (Nota da IHU On-Line).

3 Ioannes Iovianus Pontanus ou Giovanni Gioviano Pontano ou Ioannis Ioviani Pontani (1426-1503): Humanista e poeta italiano.

4 Agátocles de Siracusa (361 a.C. - 289 a.C.): Rei da Sicília e tirano de Siracusa. Foi citado no tratado *O Príncipe*, de Maquiavel, e descrito como alguém que cometeu grandes atrocidades no princípio, mas que ascendeu à glória por suas constantes vitórias contra as invasões de Cartago.

submissão de príncipes e repúblicas preexistentes. Faltam a Maquiavel as categorias intelectuais (históricas e sociológicas) para pensar o Estado moderno; por isso ele nunca usa o termo italiano *stato* para indicar o Estado, mas somente para indicar a situação de poder na qual se encontra um governante. Contudo, a maioria dos tradutores (para português ou para outros idiomas) traduz *stato* como Estado — o que não somente constitui um anacronismo, mas pode levar a interpretar erroneamente o pensamento de Maquiavel.

### **IHU On-Line - Em que sentido Maquiavel desvendou a lógica da ação política?**

**Alessandro Pinzani** - Em primeiro lugar, Maquiavel pretende identificar algumas regularidades presentes na ação dos homens políticos da Antiguidade e de seus tempos. Isso não significa que haja leis históricas imutáveis, embora haja em Maquiavel uma filosofia da história, a saber, a visão cíclica inspirada por Políbio<sup>5</sup> (que, por sua vez, seguia Platão). Porém é inegável que, para Maquiavel, nada de verdadeiramente novo acontece neste mundo: os homens permanecem os mesmos e, em geral, nada apreendem do passado. Somente alguns indivíduos podem servir-se do estudo da história antiga e recente para trazer lições relevantes para sua ação. É a eles que Maquiavel endereça seus escritos. Para agir de maneira efetiva no âmbito político é necessário conhecer a natureza humana (imutável) e os exemplos dos que tentaram realizar os mesmos fins que nos propomos. Por isso, é necessário saber como agiu Agátocles, apesar de ele ser um exemplo que não deveria ser seguido.

Em segundo lugar, Maquiavel afirma a independência da política da moral tradicional, em particular da moral cristã. Isso não significa que a

política é imoral ou que o homem político deve ser malvado. Como já disse, a ação política deve ter como fim a criação de instituições estáveis (na medida em que algo pode ser estável neste mundo) e isso pode levar os governantes (os criadores de novos estados ou os que tentam reformar estados existentes) a praticar ações que seriam inaceitáveis, se consideradas a partir de uma moral pessoal ou individualista. Um ato de crueldade é condenável, do ponto de vista desta moral, mas pode ser justificado, se serve ao fim superior da criação ou da salvaguarda de instituições políticas. Neste sentido, embora Maquiavel não pense minimamente no conceito de razão de Estado (que surgirá no fim do século XVI), podemos dizer que há no seu pensamento a possibilidade de desenvolver tal conceito.

### **Chama forte e brilhante**

Botero<sup>6</sup> ou Paruta<sup>7</sup> (os primeiros teóricos da razão de Estado) tiraram esta conclusão de sua leitura de Maquiavel, mas é provável que o florentino questionasse a ideia de que a estabilidade do Estado deve ser garantida a qualquer preço, inclusive sacrificando a liberdade dos cidadãos. Repito, a preocupação principal de Maquiavel não era com a estabilidade, mas com uma forma de *vivere civile*, de existência política de uma comunidade, que merecesse ser realizada inclusive com meios considerados imorais. Por isso, ele prefere o modelo de Roma àquele de Esparta ou Veneza. Estas duas repúblicas tiveram vida muito mais longa e pacífica do que aquela, mas o preço disso foi uma vida obscura, com instituições estáveis, mas que sufocavam a iniciativa dos indivíduos e, sobretudo, impediram que estas cidades alcançassem a glória de Roma. Aliás: quando tentaram dedicar-se à conquista de um império, perderam rapidamente sua liberdade

(Esparta, conquistada por Tebas) ou fracassaram miseravelmente (Veneza, cuja derrota em Agnadello<sup>8</sup> é citada várias vezes nas obras de Maquiavel como exemplo negativo). Roma, pelo contrário, soube conquistar um império e a glória eterna. Além disso, embora sua vida como república tenha sido menor do que a de Esparta e Veneza, garantiu aos seus cidadãos uma maior liberdade, chamando-os a participar não somente de suas empreitadas militares, mas também do governo da cidade. Poderíamos dizer que na opinião de Maquiavel é melhor para uma república ser uma chama forte e brilhante, embora de curta duração, do que uma vela fraca que se consome lentamente.

Ora, é neste sentido que devemos entender a importância superior dos fins políticos sobre os fins morais. O poder pelo poder não constitui, aos olhos de Maquiavel, um fim político que merece ser alcançado a qualquer preço.

### **IHU On-Line - Qual é a compreensão desse pensador sobre as utopias políticas e em que medida essa ideia nos ajuda a compreender o atual rechaço à democracia representativa?**

**Alessandro Pinzani** - Creio que respondi a esta questão anteriormente, quando mencionei a incapacidade atual de pensarmos em alternativas à situação existente. Por mais realista que Maquiavel possa ser, ele não acredita na imutabilidade e inevitabilidade de qualquer forma de governo ou de qualquer situação de poder. Além disso, para ele a única forma de vida política aceitável é a que garante a liberdade política dos cidadãos. Se a democracia representativa se revelar incapaz disso, deveríamos pensar em alternativas. Contudo, não tenho certeza de que ela tenha esgotado suas potencialidades. Parece-me, an-

5 Políbio (203 a.C. — 120 a.C.): historiador da Grécia Antiga. Integrante da nobreza, dedicou-se à atividade política em Megalópolis. Defendeu a independência da região de Acaia e se elegeu comandante de cavalaria do exército. Na sua obra, constrói uma análise das motivações e valores presentes nos fatos narrados, pretendendo produzir uma visão mais ampla do que a mera associação dos acontecimentos a datas. (Nota da IHU On-Line)

6 Giovanni Botero (1540-1617): ex-jesuíta, foi secretário do Cardeal Carlo Borromeu em Milão. Foi um dos primeiros teóricos das relações internacionais e da demografia. (Nota da IHU On-Line)

7 Paolo Paruta (1540-1598) foi um historiador e estadista veneziano. Estudioso das obras de Maquiavel e Guicciardini, buscou unificar as novas ideias dos pensadores italianos com a tradição clássica ao qual pertence. (Nota da IHU On-Line)

8 Batalha de Agnadello ou Vailá: Uma das maiores e mais significantes batalhas da Guerra da Liga de Cambrai. Os franceses, comandados por Luiz XII, atacaram e derrotaram os venezianos em Agnadello em maio de 1509. A batalha é mencionada do Príncipe, de Maquiavel, que chama atenção para o fato de que em um dia os venezianos “perderam aquilo que a poder de tantos trabalhos haviam conquistado em oitocentos anos”. (Nota da IHU On-Line)



tes, que estamos perante uma crise de identificação dos cidadãos com as instituições políticas em geral, já que eles percebem que suas vidas são muito mais atingidas por mecanismos aparentemente subtraídos ao controle da política, como os da economia. Sem contar que a corrupção dos representantes é sempre expressão da corrupção dos representados que os elegem (particularmente no âmbito local, onde mecanismos como o voto de troca, o clientelismo e o nepotismo são mais frequentes). Contudo, duvido que Maquiavel possa ajudar-nos a entender os problemas do mundo contemporâneo: falta-lhe qualquer atenção para a dimensão econômica propriamente dita (ele vê na riqueza somente mais um instrumento de poder, sem perceber a existência de uma esfera econômica em si) e para a complexidade social (reduz as tensões sociais que caracterizavam a Florença do seu tempo à luta entre *grandi* e *popolo*, entre aristocratas ou ricos, por um lado, e povo simples, pelo outro).

**IHU On-Line - O que o recurso ao raciocínio por dilemas expressa sobre o pensamento político maquiaveliano?**

**Alessandro Pinzani** - Em suas argumentações Maquiavel segue os modos próprios da retórica clássica, que era uma das matérias principais na educação humanista do seu tempo. Contudo, Maquiavel está sempre consciente de que há na realidade humana e política restos não elimináveis de irracionalidade, que tornam impossível enfrentar questões políticas servindo-se unicamente da lógica (que para ele é a lógica clássica aristotélica) ou encontrar leis imutáveis que permitam prever sempre os resultados de nossas ações (Fortuna é o principal obstáculo, neste contexto). Poderíamos dizer que, para Maquiavel, a ideia de uma técnica do governo no sentido dos tecnocratas contemporâneos não faria sentido nenhum.

**IHU On-Line - Que aproximações e distanciamentos são perceptíveis entre Maquiavel e Hobbes?**

**Alessandro Pinzani** - Diversamente de Maquiavel, Hobbes vive em uma época na qual os estados nacionais são plenamente formados

“Maquiavel afirma a independência da política da moral tradicional, em particular da moral cristã. Isso não significa que a política é imoral ou que o homem político deve ser malvado”

e organizados com base na ideia de que existe um soberano que concentra em si todos os poderes. A preocupação principal de Hobbes não é para com a existência de uma forma de governo que garanta o máximo de liberdade aos cidadãos, mas para com a existência de uma forma de governo que garanta o máximo de paz, segurança e estabilidade. Os dois pensadores passaram por experiências muito diferentes: Maquiavel, pelas lutas internas das cidades-estados italianas e pelas invasões estrangeiras, Hobbes, pelas lutas religiosas na Europa e pela Guerra Civil inglesa. Os dois compartilham certo realismo, particularmente no que diz respeito às relações internacionais. O breve escrito de Maquiavel *Parole da dirle sopra la provisione del danaio* antecipa em tudo a visão que passará à história como visão hobbesiana: os estados são sujeitos egoístas que pensam somente em seus interesses e não se sentem plenamente vinculados pelos tratados, considerando-se justificados em quebrar sua palavra quando isto for do seu interesse. E os dois acreditam que a natureza humana é imutável. Contudo, Maquiavel baseia esta crença em sua filosofia cíclica da história, enquanto Hobbes a baseia em uma visão mecanicista do ser humano (se o homem é uma

máquina suas peças não mudam no tempo). Contudo, considero problemático comparar dois pensadores tão distantes cultural e temporalmente (os 140 anos que passam entre a publicação de *O Príncipe* e a de *Leviatã* são marcados por mudanças cruciais para a história do Estado moderno e, portanto, para a filosofia política).

**IHU On-Line - Maquiavel é um autor incompreendido ou mal interpretado?**

**Alessandro Pinzani** - As duas coisas. Há toda uma literatura sobre as interpretações de Maquiavel, que às vezes são tão interessantes quanto a própria obra do florentino. Poderíamos dizer que cada época teve seu Maquiavel e que cada teoria política teve que tomar posição implícita ou explicitamente perante seu pensamento, mas muitas vezes as interpretações em questão se baseiam sobre mal-entendidos ou erros de leitura ou de tradução, como já mencionei. Até leitores que gostavam dele e tentavam resgatá-lo da imagem diabólica de certa tradição (o Old Nick dos ingleses) basearam frequentemente suas defesas em leituras extremamente questionáveis: pensem em Rousseau e sua afirmação de que o *Príncipe* seria uma obra irônica, que pretende denunciar a imoralidade dos soberanos absolutos fingindo recomendar ações absolutamente abomináveis (Rousseau era moralista demais para entender deveras Maquiavel). Poder-se-ia discutir por horas sobre as interpretações de Maquiavel e nunca chegaríamos a uma conclusão sobre qual delas seja a mais correta ou, pelo menos, a mais razoável. Isso também faz parte da grandeza e da fascinação deste pensador.

## Leia mais...

>>Alessandro Pinzani já concedeu outra entrevista à **IHU On-Line**.

- *Os rumos do republicanismo. Entrevista especial com Alessandro Pinzani. Notícias do Dia* 05-12-2006, disponível em <http://bit.ly/1ck8qYk>

Confira outras edições da revista **IHU On-Line** cujo tema de capa aborda autores e temas ligados à filosofia.

- Kierkegaard - 200 anos depois. Edição 418, de 13-05-2013, disponível em <http://bit.ly/14jJ3l8>
- *Somos condenados a viver em sociedade? As contribuições de Rousseau à modernidade política*. Edição 415, de 22-04-2013, disponível em <http://bit.ly/YGU1gM>
- Vilém Flusser: *Um comunicólogo transdisciplinar*. Edição 399, de 20-08-2012, disponível em <http://bit.ly/Sf21WH>
- Baruch Spinoza. *Um convite à alegria do pensamento*. Edição 397, de 06-08-2012, disponível em <http://bit.ly/Q5v356>
- *O bode expiatório. O desejo e a violência*. Edição 393, de 21-05-2012, disponível em <http://bit.ly/KsXK8Q>
- *Rumos e muros da filosofia na era digital. A aventura do pensamento*. Edição 379, de 07-11-2011, disponível em <http://bit.ly/rpQFva>
- Merleau-Ponty. *Um pensamento emaranhado no corpo*. Edição 378, de 31-10-2011, disponível em <http://migre.me/63RPv>
- Henrique Cláudio de Lima Vaz. *Um sistema em resposta ao niilismo ético*. Edição 374, 26-09-2011, disponível em <http://migre.me/63RRH>
- *Tudo é possível? Uma ética para a civilização tecnológica*. Edição 371, de 29-08-2011, disponível em <http://migre.me/63RUp>
- David Hume e os limites da razão. Edição 369, de 15-08-2011, disponível em <http://migre.me/63RWq>
- *A "História da loucura" e o discurso racional em debate*. Edição 364, de 06-06-2011, disponível em <http://migre.me/63RYa>
- *Niilismo e relativismo de valores. Mercadejo ético ou via da emancipação e da salvação?* Edição 354, de 20-12-2010, disponível em <http://migre.me/63S1v>
- *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*. Edição 344, de 21-09-2010, disponível em <http://migre.me/63S3h>
- *O (des)governo biopolítico da vida humana*. Edição 343, de 13-09-2010, disponível em <http://migre.me/63S4C>
- *Escolástica. Uma filosofia em diálogo com a modernidade*. Edição 342, de 06-09-2010, disponível em <http://migre.me/63S6m>
- *Corpo e sexualidade. A contribuição de Michel Foucault*. Edição 335, de 28-06-2010, disponível em <http://migre.me/63S8r>
- *O Mal, a vingança, a memória e o perdão*. Edição 323, de 29-03-2010, disponível em <http://migre.me/63SaD>
- *Filosofia, mística e espiritualidade. Simone Weil, cem anos*. Edição 313, de 03-11-2009, disponível em <http://migre.me/63Sf6>
- *Narrar Deus numa sociedade pós-metafísica. Possibilidades e impossibilidades*. Edição 308, de 14-09-2010, disponível em <http://migre.me/63Shx>
- Platão, *a totalidade em movimento*. Edição 294, de 25-05-2009, disponível em <http://migre.me/63SkL>
- *Levinas e a majestade do Outro*. Edição 277, de 14-10-2008, disponível em <http://migre.me/63Snu>
- Carlos Roberto Velho Cirne-Lima. *Um novo modo de ler Hegel*. Edição 261, de 09-06-2008, disponível em <http://migre.me/63SpD>
- *A evolução criadora, de Henri Bergson. Sua atualidade cem anos depois*. Edição 237, de 24-09-2007, disponível em <http://migre.me/63Stz>
- *O futuro da autonomia. Uma sociedade de indivíduos?* Edição 220, de 21-05-2007, disponível em <http://migre.me/63Svl>
- *Fenomenologia do espírito de Georg Wilhelm Friedrich Hegel. 1807-2007*. Edição 217, de 30-04-2007, disponível em <http://migre.me/63SwM>
- *O mundo moderno é o mundo sem política. Hannah Arendt. 1906-1975*. Edição 206, de 27-11-2007, disponível em <http://migre.me/63Syr>
- Michel Foucault, *80 anos*. Edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://migre.me/63Szo>
- *O pós-humano*. Edição 200, de 16-10-2006, disponível em <http://migre.me/63SAh>
- *A política em tempos de niilismo ético*. Edição 197, de 25-09-2006, disponível em <http://migre.me/63SBa>
- *Ser e tempo. A desconstrução da metafísica*. Edição 187, de 03-07-2006, disponível em <http://migre.me/63SCH>
- *O século de Heidegger*. Edição 185, de 19-06-2006, disponível em <http://migre.me/63SDq>
- Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein. *Três mulheres que marcaram o século XXI*. Edição 168, de 12-12-2005, disponível em <http://migre.me/63SEs>
- \* Nietzsche, *filósofo do martelo e do crepúsculo*. Edição 127, de 13-12-2004, disponível em <http://migre.me/63SJ4>
- Kant: *razão, liberdade e ética*. Edição 94, de 22-03-2004, disponível em <http://migre.me/63SKv>

**Tema  
de  
Capa**

**Destques  
da Semana**

**IHU em  
Revista**



## Perfil

# A filosofia substantiva de Franklin Leopoldo e Silva

Franklin Leopoldo e Silva prefere a filosofia menos como verbo e mais como substantivo. “A filosofia não é, para mim, tanto no sentido de filosofar, mas no sentido de transmiti-la, de forma clara e coerente, aos alunos”, dispara. Apesar da contundência da afirmação, quem vê o professor Franklin quase escondido detrás das lentes transparentes de seus óculos, com seu jeito tranquilo e um tanto quanto discreto, não imagina que na infância foi um garoto “rebelde”, segundo sua própria autodefinição. Sua mãe sempre exigiu que ele estudasse em colégios confessionais, começando nos salesianos, onde foi “convidado a sair”, ainda nos primeiros anos

de formação; depois migrou para colégios maristas, onde completou a formação básica. Em seguida foi para um colégio estadual no antigo ginásio, equivalente ao atual ensino médio. Por fim, ingressou na Universidade de São Paulo — USP, onde trabalhou até a aposentadoria.

Franklin nasceu, como ele mesmo diz, por acaso, na capital paulista, mas não por acaso vive desde então na cidade em que veio ao mundo. Seus 66 anos de vida foram vividos na mesma cidade, mas se considera mais mineiro que paulista. “Nasci em São Paulo, mas como minha família é toda do Sul de Minas e minha mãe ficou viúva jovem, passei muito tempo

viajando para Minas Gerais e por isso me considero com essa dupla ‘naturalidade’”, conta.

**Aposentadoria** — Ao contrário do que se poderia supor, a aposentadoria do professor Franklin resultou em mais trabalho que descanso. “Minha rotina piorou muito depois que eu me aposentei. Acabei aceitando muitos convites para dar aula e isso acabou desorganizando minha vida”, revela. Atualmente, ministra cursos e aula em três faculdades — São Bento, São Judas e Centro Universitário São Camilo.

**Sossego** — Nas poucas horas que tem livre, Franklin comenta que gosta



de viajar e conhecer cidades pequenas. “Eu gostaria de morar em uma cidade pequena, mas não posso. Então sempre que possível vou para um lugar tranquilo”, diz. O professor tenta manter certa regularidade nas idas ao cinema, mas confessa que não dedica muito tempo a atividades de lazer, sobretudo porque São Paulo é um cidade muito difícil de se locomover.

**Família** – Franklin é separado, pai de dois filhos e avô. Ele conta que, dos filhos, o que mais se aproximou da filosofia estudou sociologia e iniciou o mestrado em educação, mas abandonou e agora se dedica ao trabalho com informática. O outro filho é engenheiro.

**Literatura** – Apaixonado confesso por literatura, diz que uma das coisas que mais o incomoda na rotina de trabalho é justamente a falta de tempo para ler. “Eu gosto muito de literatura, mas não leio tanto quanto gostaria. Li durante muito tempo Proust<sup>1</sup>, inclusive fiz trabalhos sobre ele, e gosto muito de Virginia Woolf<sup>2</sup>, Carlos Drummond de Andrade<sup>3</sup> e Fernando Pessoa<sup>4</sup>, são meus poetas favoritos. Gosto muito de um tipo de literatura mais introspectiva”, conta. Na hora de recomendar um livro, não pestaneja e aponta *As horas* (São Paulo, Companhia das Letras, 1999), de Michael Cunningham<sup>5</sup>, obra que leu recente-

mente com mais vagar, e agora está procurando outros livros do mesmo autor. Seu gosto por Henri Bergson<sup>6</sup> nas pesquisas na área da filosofia se revela nas escolhas literárias, pois aponta certa predileção por livros que têm o tempo como eixo central nas narrativas. “O tempo é, para mim, um dos temas mais fascinantes da literatura”, frisa.

**Futebol** – Antes de dizer para que clube torce, Franklin se justifica: “Dentro do contexto paulista, é meio estranho o clube para o qual eu torço. Sou torcedor da Portuguesa de Desportos e desde que eu era bem garotinho é o mesmo time, é uma coisa de raiz mesmo”. Cresceu sendo, normalmente, a exceção entre os torcedores, e se diz fascinado pelo fato de o clube ser “perseguido”, pois quando ganha campeonato a cartolagem do futebol tira o título, ou seja, é marginalizado.

**Regime Militar** – As aulas de filosofia no colégio despertaram em Franklin o gosto pela filosofia. Em 1967 ingressou na graduação na Universidade de São Paulo — USP, em pleno regime militar. “Em 1968, agravou-se muito a questão militar no Brasil, com a instauração do AI-5, e muitos professores foram cassados. Então o curso que eu fiz, do ponto de vista acadêmico, foi muito truncado, porque o departamento de filosofia ficou muito esvaziado. Teve muita disciplina improvisada, falta de professores e, ao mesmo tempo, uma situação muito tensa e ameaças constantes”, lembra.

**Primeiras aulas** – Formou-se em 1971 e no ano seguinte começou a lecionar. “Naquela época não precisava de títulos, então comecei trabalhar logo em seguida, enquanto fazia o

meu mestrado. Nessa situação, que ainda era muito difícil, foi contratado um grupo de professores e nós dividimos as aulas, sempre com muita tensão interna — da universidade — e externa, com alunos passando dificuldades e sendo perseguidos”, recorda. Concluiu o mestrado em 1976 e o doutorado em 1981, sempre estudando Bergson, bem como a livre docência, em 1991, dedicada ao mesmo autor.

**Filosofia** – Franklin conta que herdou de sua professora do ginásio seu ponto de vista sobre a filosofia. “Ela sempre procurou fazer conexões entre a filosofia antiga e a filosofia moderna e contemporânea e tinha muita habilidade de fazer isso com pessoas jovens, sem muita leitura”, avalia. “Isso permitia que víssemos a filosofia não como uma coisa longínqua, mas como um passado histórico relevante e importante para pensarmos a atualidade. É por isso que a filosofia é sempre contemporânea”, completa.

**Dedicação** – “Minha dedicação à filosofia sempre foi ao ensino. Quando percebo certas hierarquias entre pesquisa e ensino, penso que este deve vir acima, pois a pesquisa só tem valor se for voltada ao ensino”, argumenta. Franklin admite que tal perspectiva não é tão bem vista hoje em dia, mas assume tal posição e é por isso que se intitula professor de filosofia. “Não tenho nenhuma pretensão de ser filósofo ou qualquer coisa do gênero”, dispara. Para ele, o papel do professor é suscitar nos alunos a capacidade de refletir sobre as coisas e foi para isso que diz ter-se dedicado ao longo de sua trajetória.

**Heidegger** – Apesar de se interessar muito por filosofia francesa do final do século XIX, o professor conta que um dos principais autores que estudou durante a graduação foi Martin Heidegger<sup>7</sup>. “Havia um grupo

<sup>1</sup> Valentin Louis Georges Eugène Marcel Proust (1871-1922): escritor francês célebre por sua obra *À la recherche du temps perdu* (Em Busca do Tempo Perdido), que foi publicada em sete volumes entre 1913 e 1927. (Nota da IHU On-Line)

<sup>2</sup> Virginia Woolf (1882-1941): escritora inglesa. Estreou na literatura em 1915 com o romance *The Voyage Out*. (Nota da IHU On-Line)

<sup>3</sup> Carlos Drummond de Andrade (1902-1987): poeta brasileiro, nascido em Minas Gerais. Além de poesia, produziu livros infantis, contos e crônicas. Confira a edição 232 da Revista IHU On-Line, de 20-08-2007, intitulada Carlos Drummond de Andrade: o poeta e escritor que detinha o sentimento do mundo, disponível em <http://migre.me/qR6O>. (Nota da IHU On-Line)

<sup>4</sup> Fernando Pessoa (1888-1935): escritor português, considerado um dos maiores poetas de língua portuguesa. (Nota da IHU On-Line)

<sup>5</sup> Michael Cunningham (1952): escritor norte-americano que ficou conhecido pelo seu romance *As Horas*, ganhador do Prêmio Pulitzer para ficção e adaptado

em 2002 para o cinema. (Nota da IHU On-Line)

<sup>6</sup> Henri Bergson (1859-1941): filósofo e escritor francês. Conhecido principalmente por *Matière et mémoire* e *L'Évolution créatrice*, sua obra é de grande atualidade e tem sido estudada em diferentes disciplinas, como cinema, literatura, neuropsicologia. Sobre esse autor, confira a edição 237 da IHU On-Line, de 24-09-2007, *A evolução criadora, de Henri Bergson. Sua atualidade cem anos depois*, disponível para download em <http://migre.me/Jzy0>. (Nota da IHU On-Line)

<sup>7</sup> Martin Heidegger (1889-1976): filósofo alemão. Sua obra máxima é *O ser e o tempo* (1927). A problemática heideggeriana é ampliada em *Que é Metafísica?* (1929), *Cartas sobre o humanismo* (1947), *Introdução à metafísica* (1953). Sobre Heidegger, a IHU On-Line publicou na edição 139, de 2-05-2005, o artigo *O pensamento jurídico-político de Heidegger e Carl Sch-*

de professores que gostava muito do tema, por isso li muito Heidegger na minha graduação e segui lendo até hoje”, explica. Depois das pesquisas realizadas com Bergson, o professor passou a estudar **Jean-Paul Sartre**<sup>8</sup> e, para melhor compreendê-lo, recorreu a **Edmund Husserl**<sup>9</sup> — fenomenologia — e a Heidegger — analítica da existência —, que são os geradores do pensamento de Sartre.

**Filosofia francesa** – O interesse nasceu da necessidade de fazer um trabalho durante a graduação e foi quando descobriu Bergson. “Meus

professores privilegiavam a filosofia francesa, mas a questão da língua foi o preponderante, porque eu estudei inglês e francês, mas nunca consegui ir adiante no alemão, embora tenha tentado várias vezes”, esclarece. Franklin considera que, para um trabalho de pesquisa mais sério, é preciso ir aos originais, mas suas leituras de Husserl e Heidegger derivam da relação deles com os franceses.

**Fé e Razão** – Coube ao professor dar um curso sobre filosofia medieval na USP e, para tanto, dedicou-se a estudar amplamente a obra de Santo Agostinho, embora não tenha lido toda a literatura. Daí surgiu o interesse pelo eixo principal da filosofia de Agostinho, fé e razão. “Como eu trabalho com filosofia medieval nas minhas incursões, eventualmente faço trabalhos relacionados à teologia, mas não é minha vertente principal. Embora trabalhe em faculdades confessionais, minha competência é muito pequena nesse ponto de vista, mas acompanho e tenho lido muito. Parece ser uma retomada do problema da fé e da razão por meio da crise da modernidade. Isso é um respiro de certo dogmatismo laico da filosofia”, justifica.

O professor ressalta, entretanto, que as discussões em torno da temática da fé e da razão têm sido mais amplas e que há uma abertura maior para tratar do assunto. Isso porque, segundo ele, antigamente os debates sempre implicavam certo compromisso religioso — com o cristianismo ou o judaísmo, por exemplo. “Há uma abertura muito grande, tenho acompanhado como posso as discussões e penso que seja alguma coisa muito importante, pois dá um outro horizonte para a reflexão filosófica”, avalia.

**Lima Vaz** – A descoberta de Lima Vaz<sup>10</sup> por Franklin ocorreu de forma

tardia, segundo ele mesmo define, mas que gerou marcas significativas em seu pensamento, sobretudo na organização de seus cursos. “Durante algum tempo, frequentando a Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – Faje, convivi com o padre Lima Vaz e li toda a sua obra. Depois fui convidado a fazer um dos capítulos do livro dedicado a ele. Tive uma relação pessoal rápida com ele e mais demorada com seus textos. Creio que a minha formação teria sido diferente se eu

n. 102, jan.-ab. 2005, p. 5-24, publica o artigo *Um Depoimento sobre o Padre Vaz*, de Paulo Eduardo Arantes, professor do Departamento de Filosofia da USP, que merece ser lido e consultado com atenção. Celebrando a memória do Padre Vaz, a edição 142, de 23-05-2005, publicou a editoria *Memória*, disponível para download em <http://migre.me/DtoL>. Confira, ainda, os seguintes materiais, publicados pela IHU On-Line: a Entrevista da Semana intitulada *Vaz e a filosofia da natureza*, com Armando Lopes de Oliveira, na edição 187, de 03-07-06, disponível em <http://migre.me/DtoR>; a entrevista *Vaz: intérprete de uma civilização arreliosa*, com Marcelo Fernandes de Aquino, na edição 186, de 26-06-06, disponível em <http://migre.me/Dtp2>; os *Artigos da Semana* intitulados *O comunismo cristão e a refundação de uma ética transcendental*, na edição 185, de 19-06-06, disponível em <http://migre.me/DtpC>, e *Um diálogo cristão com o marxismo crítico. A contribuição de Henrique de Lima Vaz*, na edição 189, de 31-07-06, disponível em <http://migre.me/DtpD>, ambos de autoria do Prof. Dr. Juarez Guimarães. Inspirada no pensamento de Lima Vaz, a IHU On-Line edição 197, de 25-09-2006 trouxe como tema de capa *A política em tempos de niilismo ético*, disponível para download em <http://migre.me/DtpM>. Nessa edição, confira especialmente as entrevistas com Juarez Guimarães, intitulada *Crise de fundamentos éticos do espaço público*, e a entrevista com Marcelo Perine, *Padre Vaz e o diálogo com a modernidade*. Esse tema, em específico, foi abordado por Perine em uma conferência em 22-05-2007, no *Simpósio Internacional O futuro da Autonomia. Uma sociedade de indivíduos?* Na edição 186 da IHU On-Line, de 26-06-2006, o reitor da Unisinos, Prof. Dr. Marcelo Aquino, SJ, concedeu a entrevista Vaz, intérprete de uma civilização arreliosa. Confira no link <http://migre.me/DtpU>. Leia, também, a edição especial da IHU On-Line sobre o legado filosófico vaziano: edição 374, de 26-09-2011, *Henrique Cláudio de Lima Vaz. Um sistema em resposta ao niilismo ético*, disponível em <http://bit.ly/qE7Dm8>. O último Cadernos IHU foi dedicado ao pensador, intitulado *Ética e Intersubjetividade: a filosofia do agir humano segundo Lima Vaz*, a 42ª edição, traz o texto de Antonio Marcos Alves da Silva. (Nota da IHU On-Line)

*mitt. A fascinação por noções fundadoras do nazismo*, disponível para download em <http://migre.me/uNtf>. Sobre Heidegger, confira as edições 185, de 19-06-2006, intitulada *O século de Heidegger*, disponível para download em <http://migre.me/uNtv>, e 187, de 3-07-2006, intitulada *Ser e tempo. A desconstrução da metafísica*, que pode ser acessado em <http://migre.me/uNtC>. Confira, ainda, o nº 12 do *Cadernos IHU Em Formação* intitulado *Martin Heidegger. A desconstrução da metafísica*, que pode ser acessado em <http://migre.me/uNtL>. Confira, também, a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista IHU On-Line, de 10-05-2010, disponível em <http://migre.me/FC8R>, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência *A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica*, parte integrante do Ciclo de Estudos Filosofias da diferença - Pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. (Nota da IHU On-Line)

**8 Jean-Paul Sartre (1905-1980)**: filósofo existencialista francês. Escreveu obras teóricas, romances, peças teatrais e contos. Seu primeiro romance foi *A náusea* (1938), e seu principal trabalho filosófico é *O ser e o nada* (1943). Sartre define o existencialismo em seu ensaio *O existencialismo é um humanismo* como a doutrina na qual, para o homem, “a existência precede a essência”. Na *Crítica da razão dialética* (1964), Sartre apresenta suas teorias políticas e sociológicas. Aplicou suas teorias psicanalíticas nas biografias *Baudelaire* (1947) e *Saint Genet* (1953). *As palavras* (1963) é a primeira parte de sua autobiografia. Em 1964, foi escolhido para o prêmio Nobel de literatura, que recusou. (Nota da IHU On-Line)

**9 Edmund Gustav Albrecht Husserl (1859-1938)**: matemático e filósofo alemão, conhecido como o fundador da fenomenologia, nascido em uma família judaica numa pequena localidade da Morávia (região da actual República Checa). Husserl influenciou, entre outros, os alemães Edith Stein, Eugen Fink e Martin Heidegger, e os franceses Jean-Paul Sartre, Maurice Merleau-Ponty, Michel Henry e Jacques Derrida. (Nota da IHU On-Line).

**10 Henrique Cláudio de Lima Vaz (1921 - 2002)**: filósofo e padre jesuíta, autor de importante obra filosófica. A IHU On-Line número 19, de 27-05-2002, disponível em <http://migre.me/Dto9>, dedicou sua matéria de capa à vida e à obra de Lima Vaz, com o título *Sábio, humanista e cristão*. Sobre ele também pode ser consultado na IHU On-Line nº 140, de 09-05-2005, um artigo em que comenta a obra de Teilhard de Chardin, disponível em <http://migre.me/Dtoo>. A revista *Síntese*. Revista de Filosofia,

o tivesse encontrado antes. Ele tem uma virtude de estruturar o pensamento e eu utilizo muito isso nas aulas, pois, quando se quer dar a entender a um aluno a estrutura de um pensamento filosófico, antropológico, ético, histórico, o padre Vaz oferece todas as condições. Isso decorre da sua erudição e capacidade de sintetizar todos esses pensamentos”, avalia o professor. “Lima Vaz era um perfeito historiador da filosofia, mas ao mesmo tempo era um filósofo. Era uma síntese difícil de ser encontrada — um erudito e um pensador original”, define Franklin.

**Modelo francês** - O professor discorda da ideia de que há uma espécie de modelo hegemônico de fazer filosofia e nem mesmo considera a USP como expressão do modelo de racionalidade francesa no Brasil. “Hoje é muito diferente de 10 ou 15

anos atrás; nem mesmo dentro da USP o modelo francês é hegemônico. Com o correr do tempo e a mudança das gerações e do clima da filosofia, inclusive na França, a forma pela qual minha geração foi formada — da história da filosofia ao modelo estrutural — mudou muito. Isso se relativizou e não tem mais a importância que tinha”, comenta. Para ele, tal perspectiva deixou de ser um padrão ideológico e passou a ser uma possibilidade metodológica.

**Ensino** - Para o professor Franklin, o grande ensinamento de sua vida foi o de que a sala de aula é um lugar de educação ética e política. “É um local onde se aprende não somente a conviver com o outro, no sentido exterior, mas chegar ao aluno pela capacidade de se colocar no lugar dele. Isso é um aprendizado que vale para a sala de aula, mas vale para

a vida toda. Se o hábito fosse mais frequente entre as pessoas, teríamos muitos problemas evitados”, considera. “A convivência é o principal ganho”, conclui.

## Leia mais...

- *A universidade e a formação cidadã.* Um divórcio. Entrevista concedida para **IHU On-line** em 05-09-2013, disponível em <http://bit.ly/1cJsEuE>
- *A greve de fome de D. Cappio.* Seu significado ético e político, hoje. Entrevista concedida para **IHU On-line** em 20-01-2008, disponível em <http://bit.ly/180c8Fn>
- *A banalidade da ética e da política.* Revista **IHU On-Line**, edição 197, de 25-09-2006, disponível em <http://bit.ly/1b1TYo1>

**Acesse o facebook do Instituto Humanitas Unisinos - IHU e acompanhe nossas atualizações**  
[facebook.com/InstitutoHumanitasUnisinos](https://www.facebook.com/InstitutoHumanitasUnisinos)

**Instituto Humanitas Unisinos**  
 9.267 curtiram • 1.510 falando sobre isso

Mídia/Notícias/Publicação  
 Instituto Humanitas Unisinos - IHU, São Leopoldo/RS  
 Visite nosso site: <http://www.ihu.unisinos.br/>  
 Para entrar em contato, envie e-mail para:  
 Sobre - Sugerir uma edição

Fotos Opções "Curtir" 9.267 Eventos Promoções

**Atualização:**  
 Instituto Humanitas Unisinos atualizou sua foto da capa.  
 há 45 segundos

A foto de capa retrata um momento da anual "Festa das Luzes" sobre a tumba do poeta sufi Shah Hussein, em Lahore, no Paquistão. Shah Hussein (1538-1599) é comumente conhecido

**25 Amigos**  
 curtiram Instituto Humanitas Unisinos

**Academia Social**  
 Aprenda como atrair 10 mil fãs Reais para sua página? Clique curtir e saiba como.  
 Moto Taxi curtiu Ignição Digital.

**Agenda**  
 2013  
 2012  
 2011  
 Fundada em

# Livro da Semana

**DICKINSON, Colby. *Agamben and theology* (London: T & T Clark International, 2011)**

## Agamben e a estreita relação entre filosofia e teologia

Campos do saber estão imbricados e apontam para a necessidade de diálogo, frisam Colby Dickinson e Adam Kotsko. Política é “espetáculo religioso mal disfarçado” e é preciso que Agamben aprofunde o nexo entre Paulo e o desenvolvimento do pensamento econômico

POR MÁRCIA JUNGES/TRADUÇÃO: LUÍS MARCOS SANDER

“Todo o projeto da teologia precisa ser repensado a partir de seus fundamentos, e a filosofia — ou a ‘filosofia da teologia’, talvez — desempenha um papel central na redefinição das tarefas teológicas com que nos defrontamos atualmente”, assinala Colby Dickinson, autor de *Agamben and theology* (London: T&T Clark International, 2011), na entrevista que concedeu juntamente com Adam Kotsko, por e-mail, à **IHU On-Line**. Kotsko menciona que, a partir da obra agambeniana, teologia e filosofia estão conectadas e se comunicam mutuamente. “Ele reconhece a existência de uma distinção, mas elas parecem ser duas maneiras de realizar uma tarefa fundamentalmente semelhante”, assevera.

Dickinson acentua que a política funciona hoje “como um espetáculo religioso mal disfarçado, completada com suas conclamações à glória para permear cada gesto seu. Pode-se observar, em primeiro lugar, quão ‘sagrados’ se tornaram certos espaços e pessoas políticas ao longo do tempo”. Kotsko, por sua vez, gostaria que Agamben “tivesse dito mais a respeito de como entende o lugar de

Paulo no desenvolvimento do pensamento econômico”.

Colby Dickinson é professor assistente de Teologia na Universidade Loyola, em Chicago. Ele é autor de *Agamben and Theology* (London: T&T Clark, 2011) e *Between the Canon and the Messiah: The Structure of Faith in Contemporary Continental Thought* (London: Bloomsbury, 2013) e de vários artigos sobre a filosofia e teologia continental contemporânea. É editor de *The Postmodern ‘Saints’ of France* (London: T&T Clark, 2013) e *The Shaping of Tradition: Context and Normativity* (Leuven: Peeters, 2013).

Adam Kotsko é professor assistente de Ciências Humanas no Shimer College, em Chicago. Ele é autor de *Žižek and Theology, Politics of Redemption: The Social Logic of Salvation, Awkwardness* e *Why We Love Sociopaths: A Guide to Late Capitalist Television*.

Ele traduziu várias obras de Giorgio Agamben. Escreve no blogue *An und für sich* (itself.wordpress.com).

Confira a entrevista.



## IHU On-Line - Qual é a peculiaridade do nexo entre filosofia e teologia na obra de Agamben?

**Colby Dickinson** - De muitas formas, quero responder essa pergunta dizendo simplesmente que, de acordo com a leitura que Agamben faz dessas disciplinas, no fim das contas há pouca diferença entre elas, exceto que a teologia — falando do ponto de vista histórico — entendeu as coisas errado bem cedo, e só agora tem uma oportunidade de assumir sua “missão” de novo. Quando ele fala da compreen-

são paulina do “messiânico” e sua capacidade de derrubar qualquer uma de nossas representações através de uma “divisão da própria divisão” (em *Il tempo che resta: un commento alla Lettera ai Romani*. Torino: Bollati Boringhieri editore, 2000), está sinalizando o cerne “teológico” de nossos mais básicos empreendimentos filosóficos. É por isso que acho que a mais filosófica obra de Agamben sempre terá seu equivalente teológico, assim como seus escritos sobre teologia sempre terão importantes conclusões filosóficas.

**Adam Kotsko** - Concordo que na concepção de Agamben as duas disciplinas estão necessariamente conectadas ou se comunicam mutuamente. Ele reconhece a existência de uma distinção, mas elas parecem ser duas maneiras de realizar uma tarefa fundamentalmente semelhante. E penso que uma parte do que o leva a ver essa conexão necessária é sua rejeição absoluta de tentativas modernas de estabelecer a “religião” como um âmbito separado, encerrado em si mesmo — abrindo um caminho para uma forma nova e diferente de conceber a relação entre teologia e filosofia fora do paradigma de religioso/secular.

**Colby Dickinson** - E esta é a razão pela qual sua noção de “profanação” é tão intrigante para mim, embora talvez seja muito desconcertante para outros. Há um sentido, penso eu, em que “profanar” aquilo que nos parece “sagrado” é um ato blasfemo, mas é um ato que parece muito central para a tradição cristã, pois isso é algo que Jesus deve ter conhecido. Seus muitos atos de “blasfêmia” poderiam, na verdade, ser reinterpretados como atos de profanação, no uso que Agamben faz desse termo. Acho que esse também é um ponto cuja significância estamos apenas começando a vislumbrar.

**Adam Kotsko** - Com certeza. Esse foi um aspecto realmente intrigante de *O sacramento da linguagem* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011) para

mim — uma das poucas vezes em que ele comentou efetivamente sobre a prática do próprio Jesus. Certamente essa é uma fonte relevante para pensar sobre o “messiânico”!

## IHU On-Line - Quais são os diálogos fundamentais que esse pensador estabelece entre esses dois campos do saber?

**Colby Dickinson** - O que parece singular em sua obra é que Agamben oferece à teologia uma chance genuína de vislumbrar seu próprio funcionamento interior em termos de seus movimentos políticos, especificamente da maneira como foram empregados ao longo do tempo. Em *O reino e a glória* (São Paulo: Boitempo, 2011), por exemplo, ele salienta repetidamente como o discurso cristão da trindade está atolado numa economia que é muito deste mundo, repleta de implicações comunitárias e até financeiras. Ele também faz a mesma coisa em seus comentários sobre o “corpo glorioso”, o corpo pós-Ressurreto que é realmente outra forma de falar de nossos corpos muito terrenos (em *Nudez*). Faz um bom tempo agora que muitos teólogos e teólogas vêm tentando expressar como cada teologia realmente fala muito sobre nosso contexto pessoal (p. ex., as teologias feminista, negra, hispânica, etc.). O que Agamben parece estar dizendo a esses esforços é que eles têm razão em reconhecer a importância de olhar nosso próprio terreno a partir do qual falamos, mas também que esse discurso igualmente não vai longe o suficiente. Todo o projeto da teologia precisa ser repensado a partir de seus fundamentos, e a filosofia — ou a “filosofia da teologia”, talvez — desempenha um papel central na redefinição das tarefas teológicas com que nos defrontamos atualmente.

**Adam Kotsko** - Parece-me que o “ponto de contato” é, na verdade, a noção do messiânico, que, em algumas obras (como *O sacramento da linguagem*), pode parecer um sinônimo do filosófico, de modo que Agamben consegue detectar padrões messiânicos de pensamento em Aristóteles, por exemplo, e, implicitamente, reivindicar São Paulo <sup>2</sup> como parte

<sup>1</sup> Giorgio Agamben (1942): filósofo italiano. É professor da Facoltà di Design e arti della IUAV (Veneza), onde ensina Estética, e do Collège International de Philosophie de Paris. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e fundamentalmente, política. Entre suas principais obras, estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002); *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005); *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006); *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007); *Estâncias - A palavra e o fantasma na cultura ocidental* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007); e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 04-09-2007 o site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU publicou a entrevista *Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben*, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível para download em <http://migre.me/uNk1>. A edição 236 da IHU On-Line, de 17-09-2007, publicou a entrevista *Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito*, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin. Para conferir o material, acesse <http://migre.me/uNkY>. Confira, também, a entrevista *Compreender a atualidade através de Agamben*, realizada com o filósofo Rossano Pecoraro, disponível para download em <http://migre.me/uNme>. A edição 81 da Revista IHU On-Line, de 27-10-2003, tem como tema de capa *O Estado de exceção e a vida nua: A lei política moderna*, disponível em <http://migre.me/uNo5>. Leia, ainda, as edições 344, de 21-09-2010, intitulada *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://migre.me/5WjQm> e 343, de 13-09-2010 *O (des) governo biopolítico da vida humana*, disponível em <http://migre.me/5WjSa>. Confira também a entrevista especial com o pesquisador Oswaldo Giacoia Junior sobre um dos livros de Agamben, cujo tema é *O que resta de Auschwitz e os paradoxos da biopolítica em nosso tempo*, disponível em <http://bit.ly/17227VY>, assim como a matéria *Auschwitz revisitada pelo olhar de Giorgio Agamben*, baseada na palestra de Giacoia Junior, acessível pelo link <http://bit.ly/19ByxJ8>. Em 2013, o IHU já realizou o Minicurso de Giorgio Agamben - 2013, cuja programação pode ser acessada em <http://bit.ly/VUyR2V>

. Acompanhe e participe da programação do Seminário O pensamento de Agamben: técnicas biopolíticas de governo, soberania e exceção, cuja programação completa pode ser conferida em <http://bit.ly/WdV0ca>. (Nota da IHU On-Line).

<sup>2</sup> Paulo de Tarso (3 - 66 d. C.): nasci-

integrante da tradição filosófica. Será interessante ver o que acontece com a distinção entre filosofia e teologia em sua obra subsequente a *Opus Dei* (Opus Dei. Arqueologia do ofício (Homo Sacer, II, 5. São Paulo: Editora Boitempo, 2013), onde ele postula duas ontologias, uma do ser e outra do mando, o que pode corresponder (ou servir como objeto de) à filosofia e à teologia, respectivamente.

**Colby Dickinson** - Uma das coisas que mais apreciei em *Opus Dei*, na verdade, foi a volta dele ao ético-filosófico ao criticar o senso de “dever” kantiano — algo que, na opinião de muitas pessoas, está muito ligado a um senso interno de mandar ou controlar a si mesmo, se posso expressá-lo assim. Há muito a ser repensado ainda dentro da tradição ocidental cristã em relação ao dever, à obrigação e à responsabilidade, para mencionar apenas alguns conceitos centrais, e acho que Agamben está aqui apontando o caminho para tal reformulação, e o está fazendo de formas muito profundas.

**Adam Kotsko** - A maneira como Agamben fala do imperativo categórico kantiano combina muito com a explicação psicanalítica do relaciona-

do em Tarso, na Cilícia, hoje Turquia, era originariamente chamado de Saulo. Entretanto, é mais conhecido como São Paulo, o Apóstolo. É considerado por muitos cristãos como o mais importante discípulo de Jesus e, depois de Jesus, a figura mais importante no desenvolvimento do Cristianismo nascente. Paulo de Tarso é um apóstolo diferente dos demais. Primeiro porque ao contrário dos outros, Paulo não conheceu Jesus pessoalmente. Era um homem culto, frequentou uma escola em Jerusalém, fez carreira no Templo (era fariseu), onde foi sacerdote. Educado em duas culturas (grega e judaica), Paulo fez muito pela difusão do Cristianismo entre os gentios e é considerado uma das principais fontes da doutrina da Igreja. As suas Epístolas formam uma seção fundamental do Novo Testamento. Afirma-se que ele foi quem verdadeiramente transformou o cristianismo numa nova religião, e não mais numa seita do Judaísmo. Sobre Paulo de Tarso a IHU On-Line 175, de 10-04-2006, dedicou o tema de capa *Paulo de Tarso e a contemporaneidade*, disponível em <http://migre.me/FC0K>; edição 32 dos Cadernos IHU Em Formação, *Paulo de Tarso desafia a Igreja de hoje a um novo sentido de realidade*, disponível em <http://bit.ly/tnxDBC>; edição 55 dos Cadernos Teologia Pública, *São Paulo contra as mulheres? -- Afirmação e declínio da mulher cristã no século I*, disponível em <http://bit.ly/tlt5R9>. (Nota da IHU On-Line)

“O vácuo no cerne da soberania pode ser uma fonte de transformação e criatividade. Isso porque ele corresponde à inoperatividade fundamental da humanidade: o fato de não termos uma finalidade ou tarefa dada previamente no mundo”

mento desse imperativo com o supe-  
rego — junto com toda a crueldade e o sadismo aí implicados. Ele reconhece a existência dessa conexão escrevendo uma longa nota sobre “Kant avec Sade”, de Lacan<sup>3</sup>, e, embora este-

3 Jacques Lacan (1901-1981): psicanalista francês. Realizou uma releitura do trabalho de Freud, mas acabou por eliminar vários elementos deste autor (descartando os impulsos sexuais e de agressividade, por exemplo). Para Lacan, o inconsciente determina a consciência, mas este é apenas uma estrutura vazia e sem conteúdo. Confira a edição 267 da Revista IHU On-Line, de 04-08-2008, intitulada *A função do pai, hoje. Uma leitura de Lacan*, disponível em <http://migre.me/zAMA>. Sobre Lacan, confira, ainda, as seguintes edições da revista IHU On-Line, produzidas tendo em vista o Colóquio Internacional *A ética da psicanálise*: Lacan estaria justificado em dizer “não cedas de teu desejo”? [ne cède pas sur ton désir]?, realizado em 14 e 15 de agosto de 2009: edição 298, de 22-06-2009, intitulada *Desejo e violência*, dis-

ja claro que ele quer se distanciar até certo ponto da interpretação psicanalítica, não está tão claro qual é sua própria posição. Acho que essa é uma área em que a obra de Eric Santner<sup>4</sup> é realmente valiosa para entender Agamben, porque ele complementa continuamente os conceitos de Agamben com conceitos psicanalíticos, e, olhando retrospectivamente, a proposta do próprio Agamben pode, às vezes, parecer incompleta. É como se ele precisasse desse complemento psicanalítico e, ainda assim, não quisesse lidar com ele.

**IHU On-Line** - Para Agamben, a assinatura do sagrado foi transferida da religião para o espaço da política. Quais são as consequências desse deslocamento de perspectiva em termos filosóficos e teológicos?

**Colby Dickinson** - Em suma, a consequência dessa transferência é que a política, atualmente, funciona como um espetáculo religioso mal disfarçado, completada com suas conclamações à glória para permeiar cada gesto seu. Pode-se observar, em primeiro lugar, quão “sagrados” se tornaram certos espaços e pessoas políticas ao longo do tempo. De uma maneira profundamente irônica, então, Agamben tenta, em certo sentido, preservar a capacidade (“original”, ou talvez simplesmente paulina) da teologia de criticar a esfera política e sua dependência das reduções violentas cometidas no tocante a suas representações dadas, normativas. Embora ele seja altamente crítico em relação ao legado da teologia, falando do ponto de vista histórico, há também algo na tradição cristã especificamente — desde os escritos de Paulo até a tentativa de São Francisco de As-

sonível para download em <http://migre.me/zAMO>, e edição 303, de 10-08-2009, intitulada *A ética da psicanálise. Lacan estaria justificado em dizer “não cedas de teu desejo”?*, disponível para download em <http://migre.me/zAMQ>. (Nota da IHU On-Line)

4 Eric L. Santner (1955): Acadêmico norte-americano, professor do departamento de Estudos Germânicos da University of Chicago. Seus estudos abordam literatura, psicanálise, religião e filosofia. É especialista em poesia alemã e em estudos do Holocausto. Ele é autor, entre outros, do livro *On The Psychotheology of Everyday Life*. Chicago University Press. (Nota da IHU On-Line).

sis<sup>5</sup> de encarnar uma “forma de vida” para além da lei, como vimos na obra mais recente *Altíssima pobreza* (São Paulo: Boitempo, 2013) — que tem condições de formular uma crítica substancial do uso do “sagrado” por parte da esfera política. Ao mesmo tempo, tal interpretação das coisas também lhe permite descartar qualquer senso de “sacralidade” como manobra política para o poder soberano. Tais percepções motivam sua busca de uma “profanação absoluta” de nosso mundo como única forma de ser autenticamente “religioso”, e, no fim das contas, suspeito que essa profanação tenha algo fundamental em comum com as tentativas do próprio Jesus de despojar as pessoas de seus ídolos “sagrados” falsos.

**Adam Kotsko** - O que é o mais interessante para mim, a partir da perspectiva da teoria da religião, é que Agamben crê que esse deslocamento da sacralidade da religião para a política só é possível porque a própria noção do sagrado aponta para uma época “anterior” à separação inicial da religião e da política. Poder-se-ia pensar que uma noção como “a sacralidade da vida humana” se parece mais a uma metáfora tirada da esfera religiosa, que visa a enfatizar a importância extrema da vida humana — mas, se o religioso e o político estão sempre conectados porque compartilham a mesma raiz na experiência humana, então uma metáfora nunca pode ser apenas uma metáfora.

**Colby Dickinson** - Percebo aqui o potencial para uma vasta desconstrução de grande parte da retórica política atual, algo que, ao menos nos Estados Unidos, parece ligar, muito à vontade, o político com o religioso, e isso sob o falso pretexto de um senso predeterminado do que exatamente é o “sagrado”. Acho que muitas pessoas fora dos Estados Unidos geralmente ficam surpresas quando veem como

as pessoas aqui ligam o político com o religioso, mas, pelo menos, Agamben parece ilustrar bem habilmente por que certos grupos político-religiosos têm tanta influência nos Estados Unidos.

**Adam Kotsko** - Essa certamente é uma área em que ele é muito benjaminiano. Estou pensando na parte de Sobre o conceito de história (W. Benjamin, *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994) em que ele critica severamente os liberais progressistas por ficarem chocados com o fato de essas coisas “ainda” serem possíveis — e o mesmo poderia ser dito sobre os liberais progressistas dos Estados Unidos que estão constantemente esperando que a religião se extinga para que nossa história possa finalmente tomar o curso “normal”.

**IHU On-Line - Do que se trata a “ateologia poética” de Agamben? E como podemos compreender a cisão entre poesia e filosofia em seu pensamento?**

**Colby Dickinson** - A poesia, para Agamben, e principalmente em sua forma fragmentária moderna, dirige nossa atenção para a desintegração do “sujeito”, passando de sua “assinatura” teológica para uma nova forma de viver “para além” dos limites do sujeito tradicional (metafísico, teológico, soberano). Nesse sentido, a poesia — especialmente nos poetas que mais diretamente procuraram abrir tal espaço para nós, como Giorgio Caproni<sup>6</sup> ou Rilke<sup>7</sup>, por exemplo — torna-se um exercício “ateológico” e um movimento em direção a uma esperança para a humanidade encontrar sua libertação de tais forças opressoras. Tradicionalmente, na compreensão dele, era a teologia que preenchia o espaço vazio entre a filosofia e a poesia, dois campos inter-relacionados com focos diferentes: respectivamente, o conhecimento e a experiência. O movimento entre

esses dois pontos deveria, na avaliação de Agamben, ficar não preenchido e aberto para as riquezas que tal travessia poderia trazer, embora tais coisas estivessem, muitas vezes, para além de palavras, certamente para além da representação.

A teologia, entretanto, procurou tapar esse espaço aberto com suas próprias conjecturas e redes representacionais, com a intenção de manter uma estrutura específica de poder (soberano), algo muitas vezes ligado ao direito divino dos reis de governar e coisas afins. A busca de Agamben por uma “ateologia poética” é a esperança que ele oferece a nosso mundo contemporâneo de ficar livre de tais estruturas e reivindicações “divinas”, de modo que a própria humanidade possa tomar a tarefa (mais justa) de assumir responsabilidade por si mesma, e não amortecer suas experiências, como querem muitos atualmente. De fato, a palavra que Agamben usa para designar esse amortecimento da experiência — a “museificação” de nosso mundo — diz muito sobre como o “teológico” realmente deve ser entendido. Assim como um museu tira coisas do uso diário, também o religioso reivindica tirar objetos de seu uso diário, conferindo-lhes certa sacralidade. Os esforços de Agamben, pelo contrário, visam tirar a aura sacra de tais objetos e fazê-los voltar a seu uso. Penso muitas vezes na forma como as igrejas hoje em dia se tornaram museus e os museus funcionam como igrejas e os dois atendem cada vez mais a indústria turística.

**IHU On-Line - Que aproximações são possíveis entre Agamben, Benjamin e Girard?**

**8 René Girard** (1923): filósofo e antropólogo francês. Partiu para os Estados Unidos para dar aulas de francês. De suas obras, destacamos *La Violence et le Sacré* (*A violência e o sagrado*), *Des Choses Cachées depuis la Fondation du Monde* (*Das coisas escondidas desde a fundação do mundo*), *Le Bouc Émissaire* (*O Bode expiatório*), 1982. Todos esses livros foram publicados pela Editora Bernard Grasset de Paris. Ganhou o Grande Prêmio de Filosofia da Academia Francesa, em 1996, e o Prêmio Médicis, em 1990. O seu livro mais conhecido em português é *A violência e o sagrado* (São Paulo: Perspectiva, 1973). Sobre o tema desejo e violência, confira a edição 298 da revista *IHU On-Line*.

<sup>5</sup> São Francisco de Assis (1181-1226): frade católico, fundador da “Ordem dos Frades Menores”, mais conhecidos como Franciscanos. Foi canonizado em 1228 pela Igreja Católica. Por seu apreço à natureza, é mundialmente conhecido como o santo patrono dos animais e do meio ambiente. Sobre Francisco de Assis confira a edição 238 da *IHU On-Line*, de 01-10-2007, intitulada Francisco. O santo, disponível para download em <http://migre.me/61MbS>. (Nota da *IHU On-Line*)

<sup>6</sup> Giorgio Caproni (1912 - 1990). Poeta, crítico literário e tradutor italiano. (Nota da *IHU On-Line*).

<sup>7</sup> Rainer Maria Rilke (1875-1926): um dos mais importantes poetas de língua alemã do século XX por sua obra inovadora e seu incomparável estilo lírico. (Nota da *IHU On-Line*)



**Colby Dickinson** - Acho que esse nexos de autores pode ser ligado através do foco de cada um no papel da violência em relação à religião, especialmente porque cada um quer tomar, mais ou menos, o partido das forças fracas, messiânicas da história contra os poderes fortes, soberanos que, do contrário, tendem a governar as coisas. Essa certamente era uma convergência importante de ideias para Benjamin, e creio que para Agamben também. Para este último, especialmente em sua série *Homo Sacer* e, anteriormente, em *Linguagem e morte*, há uma forte ligação entre sacrifício, violência e — o que Girard nomearia — mecanismos avulsos da vítima. Embora eu não chegasse a dizer que a obra deles se sobrepõe inteiramente — e estou falando principalmente de Agamben e Girard aqui —, certamente sou levado a ver suas respectivas obras como que formando um esforço conjunto para iluminar as injustiças feitas à vítima, as noções falsas de sacralidade que atuam dentro de tais mecanismos e coisas afins. Penso que o fato de Gianni Vattimo<sup>9</sup> ter conseguido interpretar Girard como alguém cuja obra nos leva, em última análise, rumo a uma sociedade mais “secular”, parece apenas confirmar a leitura independente que Agamben faz

ne, de 22-06-2009, disponível em <http://bit.ly/doOmak>. Leia, também, a edição especial 393 da *IHU On-Line*, de 21-05-2012, sobre o pensamento de Girard, intitulada *O bode expiatório, o desejo e a violência* (Nota da *IHU On-Line*)

<sup>9</sup> **Gianni Vattimo (1936)**: Estudou filosofia na Universidade de Turim e depois na de Heidelberg. Discípulo de Hans-Georg Gadamer, seguiu a corrente hermenêutica. Influenciado também por Martin Heidegger, que lhe ofereceu a “rejeição à concepção objetiva estrutural e estável do Ser”. Desde muito jovem, Vattimo foi professor de Estética na Universidade de Turim. Em 1961 publicou “O conceito de produção em Aristóteles”. Foi professor universitário em Los Angeles e Nova York. É Doutor Honoris Causa pela Universidade de Palermo e pela Universidade de La Plata. Confira entrevistas e artigos do autor publicados no sítio do IHU: “*Evangelho: as palavras divinas de Jesus. Artigo de Gianni Vattimo*”, disponível em <http://bit.ly/12jKXUn>; *Comunismo hermenêutico, ética cristã, globalização e política contemporânea. Entrevista com Gianni Vattimo*, disponível em <http://bit.ly/X9XxyB>; “Os políticos têm medo do Vaticano”. Entrevista com Gianni Vattimo, disponível em <http://bit.ly/1aEv11h>. (Nota da *IHU On-Line*)

“Quando ele fala da compreensão paulina do “messiânico” e sua capacidade de derrubar qualquer uma de nossas representações através de uma “divisão da própria divisão” (em *O tempo que resta*), está sinalizando o cerne “teológico” de nossos mais básicos empreendimentos filosóficos”  
**Colby Dickinson**

das coisas (embora o próprio Agamben preferisse usar a palavra “profano”, e não “secular”). É interessante, ao menos de relance, pensar sobre como o principal ponto salientado por Girard — que a sociedade está essencialmente fundamentada na exclusão (“bode expiatório”) de uma vítima fraca e que nossas mais básicas estruturas políticas se baseiam nessa lógica — é também aquilo que subjaz, em última análise, à crítica da política feita por Agamben. Seria possível fazer muito mais com isso, e acho que muita coisa está sendo desenvolvida nesse sentido pelos muitos girardianos atualmente.

**IHU On-Line** - O que significa a figura do trono vazio utilizada por Agamben em *O Reino e a Glória*?

**Adam Kotsko** - Em *O reino e a glória*, o objetivo de Agamben é revelar que o poder soberano está fundamentalmente vazio, e o trono vazio é uma imagem vigorosa para expressar essa realidade (ou falta de realidade). Mas ele faz uma coisa interessante com essa imagem. Ela parece ser meramente uma maneira de desmascarar a ilegitimidade do poder soberano, mas ele sustenta que também há algo positivo a ser dito. O vácuo no cerne da soberania pode ser uma fonte de transformação e criatividade. Isso porque ele corresponde à inoperatividade fundamental da humanidade: o fato de não termos uma finalidade ou tarefa dada previamente no mundo. O poder soberano mascara essa inoperatividade reivindicando ser a finalidade de toda atividade humana, e desmascarar o poder soberano nos dá a possibilidade de criar finalidades ou tarefas novas e diferentes para nós.

**Colby Dickinson** - Eu acharia muito interessante colocar essa concepção do “vácuo” no cerne da soberania em diálogo com a noção de “pericorese” de Moltmann<sup>10</sup>, em que é dito que a própria trindade tem um vácuo em seu cerne. Nesse livro, Agamben

<sup>10</sup> **Jürgen Moltmann (1926)**: professor emérito de Teologia da Faculdade Evangélica da Universidade de Tübingen. Um dos mais importantes teólogos vivos da atualidade. Foi um dos inspiradores da Teologia Política nos anos 1960 e influenciou a Teologia da Libertação. É autor de *Teologia da Esperança*, São Paulo: Herder, 1971 e *O Deus Crucificado*. A cruz de Cristo, fundamento e crítica da teologia cristã, Deus na Criação. Doutrina Ecológica da Criação. Vozes: Petrópolis, 1993, entre outros. Confira a entrevista de Jürgen Moltmann, um dos maiores teólogos vivos, na *IHU On-Line* n.º 94, de 29-03-2004. Desse autor a Editora Unisinos publicou o livro *A vinda de Deus. Escatologia cristã*. São Leopoldo, 2003. O professor Susin apresentou o livro *A Vinda de Deus: Escatologia Cristã*, de Jürgen Moltmann, no evento *Abrindo o Livro* do dia 26 de agosto de 2003. Sobre o tema, confira na *IHU On-Line* número 72, de 25-08-2003, a entrevista do Prof. Dr. Frei Luiz Carlos Susin. A edição 23 dos *Cadernos Teologia Pública*, de 26-09-2006, tem como título *Da possibilidade de morte da Terra à afirmação da vida*. A teologia ecológica de Jürgen Moltmann, de autoria de Paulo Sérgio Lopes Gonçalves. Nota da *IHU On-Line*)



retoma muito brevemente a noção de trindade de Moltmann, mas não trata diretamente dessa conexão, e penso que em algum lugar aí se perde uma oportunidade de explorar noções “alternativas” do divino, noções que estão além da compreensão de soberania divina que é a usual dele.

**Adam Kotsko** - Fiquei desapontado com a forma como ele lida com Moltmann, em que se limita a um comentário ferino onde ele sustenta que Benjamin já tinha se saído melhor na tarefa que Moltmann se propõe cumprir e à citação que identifica a trindade econômica e a imanente (que, na verdade, provém de Karl Rahner<sup>11</sup>). Agamben se

11 **Karl Rahner** (1904-2004): importante teólogo católico do século XX. Ingressou na Companhia de Jesus em 1922. Doutorou-se em Filosofia e em Teologia. Foi perito do Concílio Vaticano II e professor na Universidade de Münster. A sua obra teológica compõe-se de mais de 4 mil títulos. Suas obras principais são: *Geist in Welt* (*O Espírito no mundo*), 1939, *Hörer des Wortes* (*Ouvinte da Palavra*), 1941, *Schriften zur Theologie* (*Escritos de Teologia*). Em 2004, celebramos seu centenário de nascimento. A Unisinos dedicou à sua memória o Simpósio Internacional O Lugar da Teologia na Universidade do século XXI, realizado de 24 a 27 de maio daquele ano. A IHU On-Line nº. 90, de 1º-03-2004, publicou um artigo de Rosino Gibellini sobre Rahner, disponível em <http://migre.me/11DTa>, e a edição 94, de 02-03-2004, publicou uma entrevista de J. Moltmann, analisando o pensamento de Rahner, disponível para download em <http://migre.me/11DTu>. No dia 28-04-2004, no evento Abrindo o Livro, Érico Hammes, teólogo e professor da PUCRS, apresentou o livro *Curso Fundamental da Fé*, uma das principais obras de Karl Rahner. A entrevista com o prof. Érico Hammes pode ser conferida na IHU On-Line nº. 98, de 26-04-2004, disponível para download em <http://migre.me/11DTM>. Ainda sobre Rahner, publicamos uma entrevista com H. Vorgrimler no IHU On-Line nº. 97, de 19-04-2004, sob o título *Karl Rahner: teólogo do Concílio Vaticano nascido há 100 anos*, disponível em <http://bit.ly/mL5wUc>. A edição número 102, da IHU On-Line, de 24-05-2004, dedicou a matéria de capa à memória do centenário de nascimento de Karl Rahner, disponível para download em <http://migre.me/11DTW>. Os Cadernos Teologia Pública publicaram o artigo *Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner*, de autoria do Prof. Dr. Érico João Hammes. Confira esse material em <http://migre.me/11DUa>. A edição 297, de 15-06-2009, intitula-se *Karl Rahner e a ruptura do Vaticano II*, disponível para download em <http://migre.me/11DUj>. (Nota da IHU On-Line)

envolve muito bem com a tradição teológica, mas, como a maioria dos outros filósofos, pode rejeitar teólogos contemporâneos.

**IHU On-Line - E o que podemos compreender com a categoria de “profanação” a que se refere nessa mesma obra?**

**Colby Dickinson** - Essa questão realmente chama a atenção, em minha opinião, para a influência da obra de Foucault<sup>12</sup> sobre sua própria

12 **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a sua própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica*, *As Palavras e as Coisas*, *A Arqueologia do Saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores como *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas deste termo. Para ele, o poder não pode ser localizado em uma instituição ou no Estado, o que tornaria impossível a “tomada de poder” proposta pelos marxistas. O poder não é considerado como algo que o indivíduo cede a um soberano (concepção contratual jurídico-política), mas sim como uma relação de forças. Ao ser relação, o poder está em todas as partes, uma pessoa está atravessada por relações de poder, não pode ser considerada independente delas. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em três edições a IHU On-Line dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível para download em <http://migre.me/vMiS>, edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://migre.me/vMj7>, e edição 364, de 06-06-2011, disponível em <http://bit.ly/k3Fcp3>. Além disso, o IHU organizou, durante o ano de 2004, o evento Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault, que também foi tema da edição número 13 dos Cadernos IHU em Formação, disponível para download em <http://migre.me/vMjd> sob o título *Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética*. Confira, também, a entrevista com o filósofo José Ternes, concedida à IHU On-Line 325, sob o título *Foucault, a sociedade panóptica e o sujeito histórico*, disponível em <http://migre.me/zASO>. De 13 a 16 de setembro de 2010 aconteceu o XI Simpósio Internacional

obra ao longo da última década ou algo assim. As aulas de Foucault sobre a governamentalidade realmente deram ênfase às formas pelas quais o paradigma econômico-gerencial pareceu governar em lugar do que muitos têm visto como o ator político dominante, o ator estatal-político soberano. De muitas formas, entretanto, Agamben parece não conseguir inserir essa ideia na crítica do poder soberano que vem desenvolvendo na série *Homo Sacer* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002).

**Adam Kotsko** - Esse é um aspecto do argumento de Agamben em *O reino e a glória* que acho difícil de entender. Primeiramente, ele parece estar apresentando o paradigma econômico como uma alternativa melhor ao paradigma político-teológico da soberania, especialmente na medida em que o localiza nas epístolas paulinas. Contudo, perto do fim do livro ele tachou o paradigma econômico de, em última análise, “infernal” e sem redenção e voltou ao paradigma soberano em sua análise da glória. Eu gostaria que ele tivesse dito mais a respeito de como entende o lugar de Paulo no desenvolvimento do pensamento econômico.

**Colby Dickinson** - E isso torna a despertar em mim o desejo de vê-lo lidar com algo como a noção de “pericorese” de Moltmann, ou o vácuo no cerne de Deus. Penso que tal noção poderia ser a única forma de voltar — teologicamente, ao menos — a uma exposição do que, exatamente, pode ser feito com o paradigma soberano no fim das contas.

IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. Para maiores informações, acesse <http://migre.me/JyaH>. Confira a edição 343 da IHU On-Line, intitulada O (des)governo biopolítico da vida humana, publicada em 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/bi5U9l>, e a edição 344, intitulada Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate, disponível em <http://bit.ly/9SQCgl>. A edição 364, de 06-06-2011 é intitulada “História da loucura” e o discurso racional em debate, inspirada na obra *História da loucura*, e está disponível em <http://bit.ly/LXBq1m>. (Nota da IHU On-Line)

# Destaques On-Line

Entrevistas especiais feitas pela **IHU On-Line** no período de 05-09-2013 a 13-09-2013, disponíveis nas **Entrevistas do Dia** do sítio do IHU ([www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)).

## A universidade e a formação cidadã. Um divórcio

Entrevista especial com Franklin Leopoldo e Silva, graduado, mestre e doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo — USP, onde leciona.

Confira nas notícias do dia 05-09-2013

Acesse o link <http://bit.ly/1cJsEuE>

“A universidade enfrenta dificuldade porque se vive numa época em que tudo o que é ética e politicamente necessário é considerado irrelevante”, constata o filósofo Franklin Leopoldo e Silva. “A universidade praticamente perdeu seu caráter de instituição política graças ao avanço da mentalidade mercantil e pragmática que dispensa a formação ético-política e privilegia a informação e o treinamento para o mercado”, pontua ele. Segundo o docente, isso acontece porque a universidade deixou de “se relacionar” com a sociedade e passou a “se subordinar a ela”, renunciando a “sua lógica interna e sua natureza específica, assimilando de fora parâmetros que venham a inseri-la no modelo hegemônico de sociedade, que, na época atual, é o mercado”. E acrescenta: “Esta recusa de si mesma a desfigura e a torna uma unidade produtiva na funcionalidade do mercado, sem qualquer referência ética e política que definiria seu perfil institucional”. Na avaliação do filósofo, a universidade caminha no “sentido de divorciar o treinamento profissional da formação do cidadão, o que pode produzir competências específicas e, ao mesmo tempo, prejudicar a cidadania, ou simplificá-la, adaptando-a às relações exclusivamente mercadológicas”. Por conta desse cenário, “as ciências humanas sofrem, evidentemente, uma pressão no sentido de se conformar a tais parâmetros, o que significa o esvaziamento de sua significação. A ‘sustentabilidade’ das áreas de ciências humanas fica assim dependendo daquelas que ‘realmente importam’: científicas e tecnológicas, criando modelos e referências que, se implantados, deformam o perfil das ciências humanas”.

## Programa Mais Médicos e os problemas estruturais da saúde pública brasileira

Entrevista especial com Nêmora Barcellos, graduada em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS e mestre e doutora em Medicina: Ciências Médicas pela mesma universidade. Atualmente é professora do Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Unisinos e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia da UFRGS.

Confira nas notícias do dia 07-09-2013

Acesse o link <http://bit.ly/1dM6HOJ>

“Nossas universidades formam profissionais para os centros urbanos, voltados às especialidades e subespecialidades e muito distantes da Atenção Primária à Saúde, a idealizada porta de entrada do sistema para toda a população brasileira”, afirma a médica Nêmora Barcellos. “O Programa Mais Médicos, embora possa suprir necessidades imediatas de muitos municípios brasileiros, necessita de análise mais profunda, uma vez que o aumento isolado do número de profissionais médicos não será capaz de resolver os problemas estruturais enfrentados por este sistema”, declara ela. Na sua avaliação, o ingresso maciço de médicos no país para atuar na Atenção Básica poderá “contribuir de forma decisiva no caminho da concretização de um SUS mais justo e equânime”. Para a médica, a falta de acesso aos serviços de saúde “vem empurrando cada vez mais a população, mesmo sem condições de arcar com as despesas de um plano de saúde, em direção ao setor privado. Este deveria ser complementar ao sistema público, e não a saída para um SUS ineficiente e muitas vezes inacessível”. Nêmora pontua ainda que “nos últimos dez anos, o Brasil acumulou uma carência de 54 mil médicos e necessitaria contratar 168.424 profissionais para atingir o patamar da Inglaterra, que é de 2,7 profissionais por mil habitantes”.

## Dom Helder Câmara: “A síntese da melhor tradição espiritual da América Latina”

Entrevista especial com Ivanir Rampon, graduado em Teologia pelo Instituto de Teologia e Pastoral — Itepa Faculdades, em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo — UPF, mestre em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia — FAJE e doutor em Teologia pela Pontifícia Universitas Gregoriana, Roma. Atualmente leciona no Itepa, em Passo Fundo — RS.

Confira nas notícias do dia 08-09-2013

Acesse o link <http://bit.ly/1fNCfAo>

“Sua fonte foi a religiosidade tradicional católica, principalmente do povo cearense e nordestino. Ele apreciava as devoções populares à Eucaristia, à Maria, aos santos, aos anjos e ao Papa. O núcleo da sua espiritualidade era o amor a Deus e às criaturas”, menciona o teólogo Ivanir Rampon. “Dom Helder foi um místico original”, enfatiza o padre Rampon, autor do livro *O caminho espiritual de Dom Helder Câmara* (São Paulo: Paulinas, 2013). Para Rampon, a mística e a espiritualidade do arcebispo emérito de Olinda e Recife, que faleceu em 27 de agosto de 1999, são as “facetas mais importantes” de Dom Helder, que, “antes de ser padre ou bispo, antes de ser o guia da Igreja no Brasil, antes de ser o defensor dos pobres, antes de ser o promotor da justiça e dos direitos humanos contra toda a opressão, foi um místico”. Sem essa característica, acentua, “provavelmente, ele não teria sido o bispo das favelas do Rio de Janeiro, o arcebispo dos pobres no Nordeste, o advogado do Terceiro Mundo, o apóstolo da não violência, a esperança de uma sociedade renovada segundo o ideal cristão, o poeta-místico e profeta de uma fé jovem e forte”.

## PEC 215: Uma ação deliberada contra a Constituição Federal

Entrevista especial com Daniel Pierri, graduado e mestre em Antropologia pela Universidade de São Paulo — USP, atualmente associado ao Centro de Estudos Ameríndios — CESTA/USP e colaborador do Centro de Trabalho Indigenista no Programa Guarani Sul e Sudeste.

Confira nas notícias do dia 09-09-2013

Acesse o link <http://bit.ly/17kIPxs>

“O Congresso é dominado por grandes proprietários de terra, por ruralistas que farão de tudo para barrar as demarcações de terras indígenas e fazer com que se perpetuem os conflitos entre ruralistas e indígenas”, diz o antropólogo Daniel Pierri. A PEC 215 “é um absurdo jurídico e político”, complementa. Segundo ele, ao pretender passar do Executivo para o Legislativo a homologação das terras indígenas e as matérias relacionadas a quilombos e povos tradicionais, a PEC 215 “desvirtua o conceito de direito originário”, ou seja, de que os povos tradicionais têm o direito sobre as terras que ocupam. Para Pierri, a criação de uma Comissão Especial referente à Proposta de Emenda à Constituição — PEC 215 pela Câmara dos Deputados demonstra “a postura tímida do governo” em relação à questão indígena e a revelação de uma “agenda clara de caça aos direitos indígenas, com a intenção de restringir os direitos e perpetuar os conflitos que estão instalados em algumas regiões do país”. Na avaliação do antropólogo, falta uma postura da presidente Dilma em relação à PEC. “Ela deixa os ministros tratarem disso, eles batem a cabeça uns com os outros e não sabemos qual que é a posição do Executivo como um todo”. E dispara: “Certamente uma postura muito mais incisiva do Executivo poderia ter evitado a criação dessa Comissão”.

## Pré-sal e a política entreguista do Estado brasileiro

Entrevista especial com Paulo Metri, graduado em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro — PUC-Rio e conselheiro do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro.

Confira nas notícias do dia 10-09-2013

Acesse o link <http://bit.ly/17TeV1n>

“Se for feita uma enquête nas ruas do Brasil, de norte a sul, perguntando ao povo: ‘O que você acha sobre o leilão de Libra, que irá acontecer em 21 de outubro próximo?’, será constatado que 99% da população desconhece o que é Libra. Um assunto tão relevante mereceria, no mínimo, um plebiscito bem organizado para a decisão ser tomada”, assinala Paulo Metri. Apesar de a Petrobras deter 91% das reservas do petróleo brasileiro, os contratos de concessão assinados entre o Estado brasileiro e as petroleiras internacionais fizeram com que o país perdesse “1,54 bilhão de barris de petróleo” em 2012, informa o engenheiro. Segundo ele, “as petrolíferas estrangeiras

impuseram como condição para vir para o Brasil a exportação do petróleo produzido. Os governos aceitaram e continuam aceitando esta condição. Assim, nenhuma refinaria é construída por elas no Brasil. A razão é óbvia, pois a maioria possui refinarias nos seus países de origem, que dependem do petróleo vindo do exterior”. Paulo Metri também critica o leilão de Libra, o qual irá conceder áreas para a exploração de petróleo e gás natural na região do pré-sal, na Bacia de Santos — SP. “Sobre este leilão, que corresponde à alienação de uma riqueza no valor de, no mínimo, US\$ 1 trilhão, o povo não sabe de nada. Libra é um campo com as reservas razoavelmente medidas, então não pode ser leiloado. Leilão é, na melhor das hipóteses, para blocos com perspectiva de existência de petróleo. Só no Iraque e no Brasil se leiloa petróleo conhecido existente no subsolo, sendo que, no Iraque, há tanques, caças e metralhadoras apontadas para os iraquianos. E aqui?”, questiona. Na avaliação dele, Libra “tinha que ser entregue à Petrobras, sem leilão, para esta assinar um contrato de partilha com a União, se comprometendo a remeter 80% do lucro líquido para o Fundo Social, o que nenhuma empresa privada fará”.

## Xisto: implicações econômicas e ambientais

Entrevista especial com Luiz Fernando Scheibe, doutor em Ciências (Mineralogia e Petrologia) pelo Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo – USP. Atualmente é professor aposentado da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Confira nas notícias do dia 11-09-2013

Acesse o link <http://bit.ly/1fYJqpr>

A dependência energética externa dos Estados Unidos e o uso de tecnologias que possibilitam a extração do gás não convencional – conhecido popularmente como xisto – no território estadunidense têm gerado interesse de vários países em explorar essa fonte de energia. Entretanto, segundo o geólogo Luiz Fernando Scheibe, as vantagens econômicas dessa extração são apenas “aparentes”, porque a exploração do gás envolve um processo complexo e “a grande produção” dos poços só ocorre no primeiro ano. “Depois do primeiro ano de extração se produz muito pouco gás. Esses dados, inclusive, estão disponíveis no material da Agência Nacional do Petróleo - ANP. A questão é saber se o

período de pagamento do investimento é tão rápido assim”, pontua o geólogo. E continua: “Há um grupo grande de cientistas que trabalham diretamente com a questão da água e que estão legitimamente muito preocupados com a possibilidade de autorização da exploração do xisto no Brasil, sem que tenhamos uma definição clara dos prejuízos que isso irá causar para os aquíferos”. De acordo com Scheibe, a comunidade científica brasileira solicitou que o xisto seja excluído do leilão energético programado para os dias 28 e 29 de novembro. Os especialistas argumentam que é preciso estudar com calma as variáveis que estão contidas na exploração. Na avaliação do pesquisador, a extração do gás não convencional “gera problemas ambientais sérios tanto do ponto de vista da contaminação do metano, como da contaminação da água que se utiliza para fazer o fraturamento hidráulico”. E acrescenta: “Querer começar a explorar o xisto no Brasil, sem uma infraestrutura adequada, sabendo que se trata de uma exploração controlada e que toda a grande produção é feita no primeiro ano, é querer se arriscar a produzir o gás e não ter o que fazer com ele”.

## A redução da jornada e a necessária reorientação estratégica do movimento sindical

Entrevista especial com Bernardo Corrêa, sociólogo da Fundação Lauro Campos.

Confira nas notícias do dia 12-09-2013

Acesse o link <http://bit.ly/15YEuuY>

“O banco de horas tem sido um dos principais mecanismos deste processo de não compensação e, portanto, de incremento à superexploração e à precarização da força de trabalho”, constata o sociólogo. Apesar de as principais centrais sindicais apoiarem a PEC 231/95, referente à redução da jornada de trabalho, é preciso “introduzir de forma mais efetiva a discussão sobre o fim do banco de horas e a compensação justa de horas-extras”, diz Bernardo Corrêa. Segundo ele, “o banco de horas tem sido um dos principais mecanismos deste processo de não compensação e, portanto, de incremento à superexploração e à precarização da força de trabalho”. Na avaliação do sociólogo, “a flexibilização da jornada não tem favorecido os trabalhadores, pois tem feito com que se amplie o mecanismo de apropriação pelo capital da parte não remunerada do trabalho”. Na avaliação do sociólogo, ao aceitarem o banco de horas, CUT, Força Sindical, CTB e CGT



“terão uma contradição mesmo que haja a redução da jornada formal, pois esta apropriação informal e flexível do tempo livre dos trabalhadores seguirá permitindo que as empresas incrementem a taxa de exploração mediante um tempo de trabalho que não é sequer negociado”. Na entrevista a seguir, concedida por e-mail, ele enfatiza a necessidade de uma “reorientação estratégica do movimento sindical, superando o corporativismo, a cooptação por parte do Estado e a burocratização das direções sindicais, para que o movimento dos trabalhadores possa de fato reconquistar a iniciativa, única forma, a meu ver, de garantir a redução da jornada e combater sua flexibilização”.

### **Programa Mais Médicos. As iniquidades sociais, a formação e o trabalho médico em questão**

Entrevista especial com Alcides Silva de Miranda, especialista em Medicina da Família e Comunidade, mestre em Saúde Pública pela UECE e doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Confira nas notícias do dia 13-09-2013. Acesse o link <http://bit.ly/1g958XV>

“Mais uma estratégia incremental e parcial”, mas com “claro enfoque de enfrentamento de iniquidades

sociais”. É assim que Alcides Silva de Miranda define o Programa Mais Médicos, que oferece bolsas a 4 mil médicos estrangeiros que atuarão no país. Nesta entrevista, Miranda enfatiza que a “questão primordial que se apresenta é: mesmo que o Programa Mais Médicos possa se tratar inicialmente de medida governamental específica, parcial e de cunho eleitoral, devemos buscar sua desqualificação absoluta e recusa peremptória? Ou devemos aproveitar a oportunidade da inclusão de questão tão significativa para a população brasileira, de modo a buscar a vinculação com medidas de caráter mais estruturante? Conforme o velho dito popular, deveríamos ‘jogar fora a criança, juntamente com a bacia e a água suja do banho’?”. Na avaliação dele, ao longo das duas últimas décadas, o Estado brasileiro priorizou “estratégias incrementais, parciais e transitórias para constituir e viabilizar o SUS”. Diante do atual quadro da saúde pública no país, ele enfatiza a necessidade de um “incremento na formação de especialistas em Medicina de Família e Comunidade, que ainda é insignificante. Mas, para tanto, não basta aumentar a oferta de vagas em programas de Residência Médica nesta especialidade, torna-se necessária uma política de valorização efetiva destes especialistas, a começar pelo enfrentamento das especializações precoces ocorridas já nos anos iniciais da graduação médica; torna-se imprescindível a valorização salarial e a garantia da carreira de Estado”.

## LEIA OS CADERNOS IHU IDEIAS

## NO SITE DO IHU

## WWW.IHU.UNISINOS.BR

# ACESSE AS REDES SOCIAIS DO

## INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU

### FACEBOOK



BLOG

TWITTER



**Tema  
de  
Capa**

**Destques  
da Semana**

**IHU em  
Revista**

# Agenda de Eventos

*Eventos do Instituto Humanitas Unisinos — IHU programados para a quinzena de 17-09-2013 a 30-09-2013.*

## Data: 18-09-2013

### **Evento: A tradição religiosa: Africanista**

**Ministrantes:** Mãe Dolores, Pai Dejair e Pai Daniel

**Horário:** 19h30min às 22h10min

**Local:** Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

**Mais informações:** <http://bit.ly/18t7x0d>

## Data: 23-09-2013

### **Evento: Foucault e as tecnologias de subjetivação**

**Palestrante:** Prof. Dr. Castor Ruiz (Unisinos)

**Horário:** 19h30min às 22 horas

**Local:** Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

**Mais informações:** <http://bit.ly/11amEa0>

## Data: 25-09-2013

### **Evento: A tradição religiosa: Umbanda**

**Ministrante:** Pai Nilton

**Horário:** 19h30min às 22h10min

**Local:** Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

**Mais informações:** <http://bit.ly/18t7x0d>

## Data: 25-09-2013

### **Evento: Ciclo de Cinema — Exibição do filme 2001: Uma Odisseia no Espaço (Stanley Kubrick, EUA, 1968, 149 min)**

**Horário:** 16h30min às 19 horas

**Local:** Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

**Mais informações:** <http://bit.ly/17rKtiT>

## Data: 26-09-2013

### **Evento: Mesa-redonda sobre Pediculose: processo de infestação, problemas decorrentes, medidas de controle e as questões socioambientais**

**Debatedores:** Dr. Julio Vianna Barbosa (Fiocruz), Dr. Pedro Marcos Linardi (UFMG), Dra. Maria do Carmo Ferreira (UNIRIO).

**Coordenação:** Profa. MS Raquel Castilhos Fortes (Unisinos)

**Horário:** 10 horas às 12 horas

**Local:** Anfiteatro Pe. Werner

**Mais informações:** <http://bit.ly/1azASpc>



**Data: 26-09-2013****Evento: Mesa-redonda sobre Escabiose, Ácaros Domiciliares e Carrapatos: processo de infestação, problemas decorrentes, medidas de controle e as questões socioambientais****Debatedores:** Dr. Noeli Juarez Ferla (Univates/RS), Dr. João Martins (Fepagro – Eldorado do Sul/RS). Coordenação: Dr. Julio Vianna Barbosa (Fiocruz)**Horário:** 14 horas às 16 horas**Local:** Anfiteatro Pe. Werner**Mais informações:** <http://bit.ly/1azASpc>**Data: 26-09-2013****Evento: Mesa-redonda sobre Determinantes e Condicionantes em Saúde****Debatedores:** Dra. Vera Maria Ribeiro Nogueira (UFSC), Sandro Camargo (Semaes — São Leopoldo/RS). Coordenação: Dra. Ruth Henn (Unisinos)**Horário:** 16h20min às 18 horas**Local:** Anfiteatro Pe. Werner**Mais informações:** <http://bit.ly/1azASpc>**Data: 27-09-2013****Evento: Mesa-redonda sobre Miíases: processo de infestação, problemas decorrentes, medidas de controle e as questões socioambientais****Debatedores:** Dra. Cláudia Soares Santos Lessa (UNIRIO). Coordenação: Dr. José Antônio Batista da Silva (Prefeitura de Itaboraí/RJ)**Horário:** 8h40min às 10 horas**Local:** Anfiteatro Pe. Werner**Mais informações:** <http://bit.ly/1azASpc>**Data: 27-09-2013****Evento: Mesa-redonda sobre Tungíase: processo de infestação, problemas decorrentes, medidas de controle e as questões socioambientais****Debatedores:** Dr. Raimundo Wilson de Carvalho (ENSP/Fiocruz). Coordenação: Dr. Pedro Marco Linardi (UFMG)**Horário:** 10h20min às 12 horas**Local:** Anfiteatro Pe. Werner**Mais informações:** <http://bit.ly/1azASpc>**Data: 27-09-2013****Evento: Mesa-redonda sobre Vigilância Ambiental****Debatedores:** Prof. Dr. Jader da Cruz Cardoso (La Salle – Canoas/RS), Alberto do Nascimento Leães (Vigilância Ambiental de São Leopoldo/RS), Dr. José Antônio Batista da Silva (Prefeitura de Itaboraí/RJ). Coordenação: Dr. Raimundo Wilson de Carvalho (ENSP/Fiocruz)**Horário:** 14 horas às 16 horas**Local:** Anfiteatro Pe. Werner**Mais informações:** <http://bit.ly/1azASpc>



## Agrotóxicos. Pilar do agronegócio

E368-Ano-XI-04-07-2011

Disponível em <http://bit.ly/lookqu>

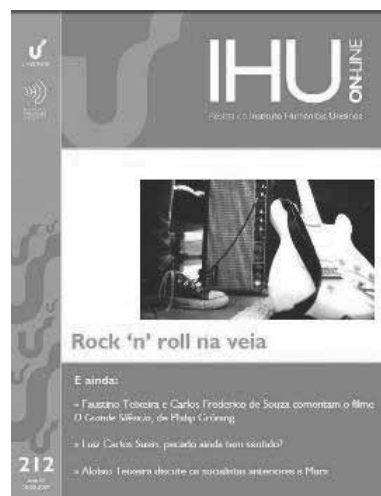
Os males causados pelos agrotóxicos à saúde humana e ao meio ambiente são o tema desta edição da **Revista IHU On-line**. A discussão recupera o contexto do uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras brasileiras, avalia a necessidade de seu uso para o sucesso da produção agrícola e levanta o debate sobre o imperativo da reavaliação dos defensivos químicos no Brasil. Contribuem para o debate os pesquisadores Wanderlei Pignati, José Juliano de Carvalho, Mohamed Ezz El Din Mostafa Habib, Leticia Rodrigues da Silva e Rubens Nodari.

## Rock'n'roll na veia

Edição 212–Ano–VII-19-03-2007

Disponível em <http://bit.ly/ySPITJ>

Por ocasião da criação pioneira do primeiro curso superior de Formação de Músicos e Produtores de Rock na Unisinos, esta edição da **Revista IHU On-line** levanta a discussão sobre a relevância do gênero musical e a indústria da música para suas matérias de capa. Renomados artistas do cenário musical gaúcho, como Humberto Gessinger, Wander Wildner além do próprio Frank Jorge — um dos coordenadores do curso recém-formado — unem-se a advogados, historiadores, professores e pesquisadores para enriquecer o debate. Contribuíram Antônio Marcus Alves de Souza, Carlos Eduardo Miranda, Cristina Capparelli, Débora Sztajnberg, Heron Vargas, João Paulo Sefrim e Johnny Lorenz.



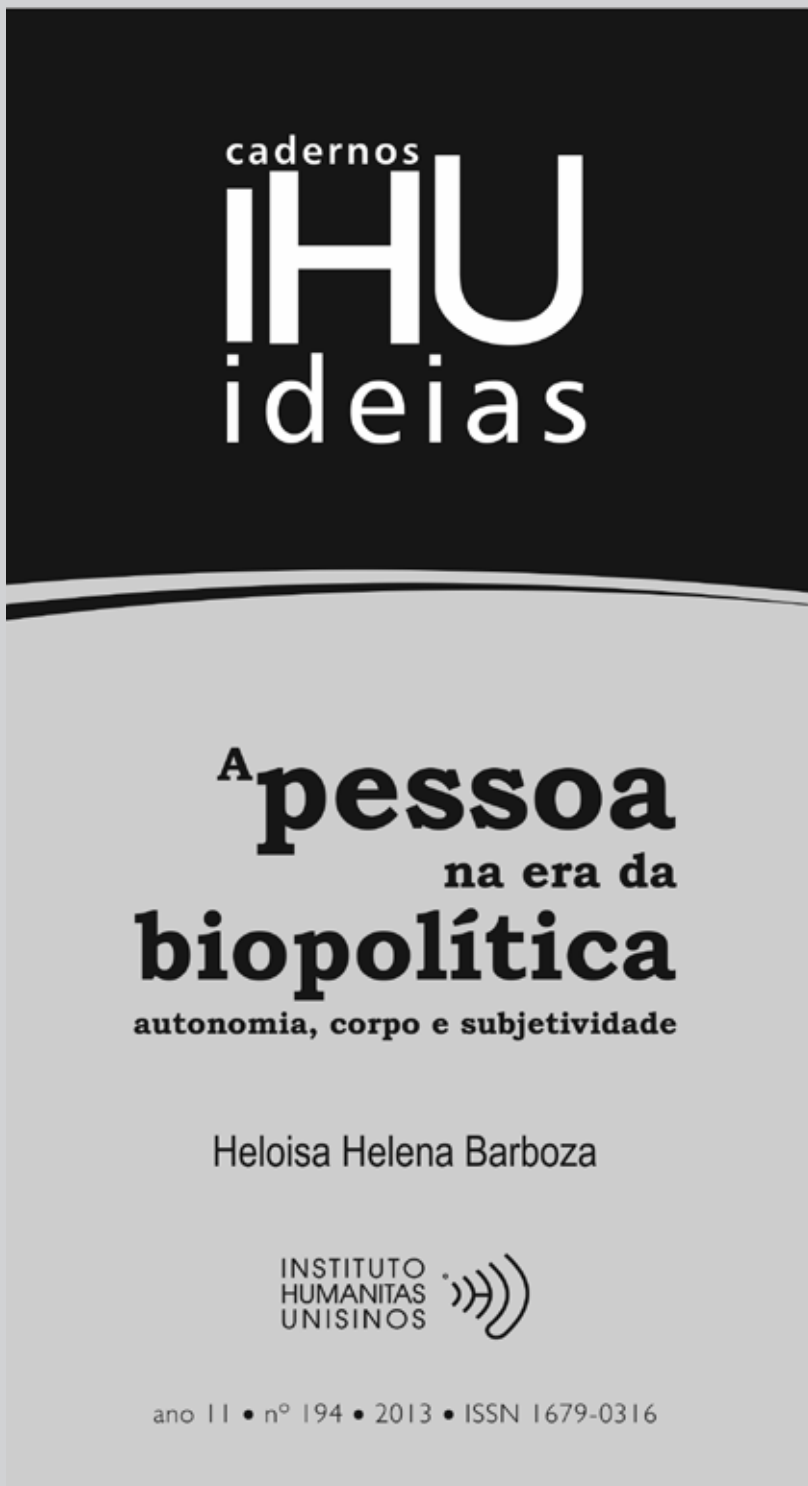
## Que universidade o País necessita?

Edição 90-Ano-IV-01-03-2004

Disponível em <http://bit.ly/17tdY00>

De uma edição de 2004 da **Revista IHU On-line**, recuperamos uma discussão que ainda permanece atual: o papel das Universidades brasileiras. A responsabilidade social destas instituições, em que ponto elas se inserem na construção de um projeto nacional e os enfoques possíveis e necessários para a formação superior no País são alguns dos temas abordados. Cristovam Buarque, Wlana Panizzi, Ione Bentz e Luis Ugalde participam da discussão para tentar responder, afinal, que Universidade o Brasil realmente necessita.

# Publicações em destaque



## A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e sociedade

Cadernos IHU ideias traz, na sua 194ª edição, o texto **A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e sociedade**, da professora doutora em Direito e livre docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UFRJ, **Heloisa Helena Barboza**.

A contemporaneidade é um espaço no qual a biopolítica marca a matriz epistêmica de nossas sociedades. É dentro deste contexto que a professora estabelece o diálogo entre a governança da vida humana, a autonomia dos sujeitos e formação social marcada por este campo de tensão. Sob a luz do Direito brasileiro, Heloisa reflete. “A proposta do presente trabalho é singela, ou ao menos tenta ser prudente: abordar os efeitos de algumas interferências no corpo humano, que suscitam questões jurídicas à luz do direito brasileiro. Mais precisamente, procura-se trazer ao debate o corpo como *locus* de construção da identidade do ser humano, a qual se dá à luz da autonomia e da subjetividade, em sua possível harmonização com o Direito. Considera-se o corpo do início do século XXI, que traduz de modo bastante claro a era da biopolítica, cenário inafastável que fornece os elementos e onde se desenvolve o mencionado processo de construção. Indispensáveis, por conseguinte, breves incursões nos conceitos envolvidos, especialmente no de biopolítica, como formulado por Michel Foucault”, explica.

Esta e outras edições dos Cadernos IHU ideias podem ser adquiridas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos — IHU ou solicitadas pelo endereço [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br). Informações pelo telefone (51) 3590 8247.

A partir do dia **04 de outubro de 2013**, o arquivo será disponibilizado em PDF no link <http://bit.ly/GD6sTY>.

## Entrevista de Eventos

# Abordagem interdisciplinar da saúde pública em debate

A Unisinos sediará, nos dias 26 e 27 de setembro, o II Seminário do Mercosul sobre pediculose, escabiose e tungíase, onde profissionais de várias áreas discutirão o tema

Marcadas pelo tabu e pelo preconceito, inclusive entre profissionais das áreas da saúde, doenças como pediculose (piolho-da-cabeça), escabiose (sarna) e tungíase (bicho-do-pé) serão o centro das discussões no **II Seminário do Mercosul sobre pediculose, escabiose e tungíase: uma abordagem interdisciplinar**, que será realizado nos dias 26 e 27 de setembro no Auditório Pe. Werner, na Unisinos, em São Leopoldo. A proposta do evento, coordenado pelo professor mestre Gelson Luiz Fiorentin, que concedeu entrevista por e-mail à revista **IHU On-Line**, é “capacitar nossos agentes (públicos) e ampliar o número de pessoas trabalhando nessas áreas”, explica Gelson.

Segundo o coordenador do evento, há uma carência de ações objetivas no sentido de garantir acesso à informação e prevenção junto às comunidades mais vulneráveis, sobretudo quando se leva em conta a carência de profissionais para a área. “A desigualdade social e a miséria potencializam a incidência entre a população com menor acesso à infor-

mação, às condições de moradia e aos serviços municipais. Não raro, seres humanos e animais domésticos dividem o mesmo espaço de convívio, favorecendo o surgimento de enfermidades entre uma camada social com o mínimo de condições básicas de renda e higiene”, avalia Gelson. “Os parasitas e vetores, geralmente, possuem um ciclo de vida curto. Assim, apresentam intensa multiplicação com número elevado de indivíduos. As populações que vivem em situação de miséria, pobreza e vulnerabilidade social geram considerações favoráveis para multiplicação e manutenção do ciclo desses animais em suas habitações”, complementa.

Gelson Luiz Fiorentin é graduado em Ciências e em Biologia pela Unisinos. Fez mestrado em Biociências (Zoologia) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul — PUC-RS. Atualmente é professor titular da Unisinos e professor titular da Universidade Luterana do Brasil — Ulbra.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Quais são os objetivos do II Seminário do Mercosul sobre pediculose, escabiose e tungíase?**

**Gelson Luiz Fiorentin** - Trata-se de um seminário que visa salientar a importância conjunta entre educadores e gestores das áreas de saúde, ambiente e assistência social sobre os prejuízos que esses organismos

podem causar, principalmente, na comunidade escolar.

**IHU On-Line - Como cada uma dessas doenças se manifesta e quais são suas características?**

**Gelson Luiz Fiorentin** - A pediculose (piolho-da-cabeça), a escabiose (sarna) e a tungíase (bicho-do-

-pé) apresentam uma característica comum, que é o prurido (coceira), muitas vezes bastante intenso. Esse sintoma, aliado a outros, pode gerar irritação e consequentemente alterar o rendimento escolar.

**IHU On-Line - Alguma dessas doenças pode levar à morte? Como?**



**Gelson Luiz Fiorentin** - Qualquer doença, se não for tratada adequadamente, pode levar seu hospedeiro à morte. Para destacar a importância da “educação preventiva”, por exemplo, a pessoa com bicho-do-pé pode adquirir infecção secundária, como o tétano. Se não for atendida, pode levar à morte.

**IHU On-Line - Em que medida as enfermidades humanas causadas por insetos se configuram como um problema de saúde pública?**

**Gelson Luiz Fiorentin** - Bem, inicialmente, devemos esclarecer que no seminário vamos trabalhar principalmente com insetos e acarinos, os quais podem ser vetores de agentes patogênicos. Não podemos negligenciar também que estes sintomas estão intrinsecamente associados à pobreza, onde precárias condições de saneamento levam a uma maior probabilidade de ocorrência, e, justamente por este estigma, muitos gestores dos setores públicos culpabilizam o indivíduo pela falta de higiene e não focalizam suas ações no cerne da questão social.

**IHU On-Line - No Brasil, como os agentes de saúde pública tratam a questão?**

**Gelson Luiz Fiorentin** - Não somos especialistas na área. Estamos muito longe de atingir nossas metas com a saúde pública. Precisamos capacitar nossos agentes e ampliar o número de pessoas trabalhando nessas áreas. O programa Estratégia de Saúde da Família — ESF<sup>1</sup>, por exemplo,

1 **Estratégia de Saúde da Família:** o programa visa a reorganização da atenção básica em saúde no país, conforme os preceitos do Sistema Único de Saúde - SUS. É coordenado pelo Ministério da Saúde, em conjunto com os gestores estaduais e municipais, e executado por equipes multiprofissionais compostas por, no mínimo: um médico generalista ou especialista em Saúde da Família ou médico de Família e Comunidade; um enfermeiro generalista ou especialista em Saúde da Família; um auxiliar ou técnico de enfermagem; agentes comunitários de saúde. Eventualmente, as equipes contam também com profissionais de saúde bucal, entre os quais cirurgião-

atua com vários profissionais, porém não ocorre a participação de biólogos, que somaria no diagnóstico ambiental das habitações e seus entornos.

**IHU On-Line - Em que medida estas doenças estão associadas a questões sociais como pobreza, más condições de moradia e desinformação?**

**Gelson Luiz Fiorentin** - A falta de infraestrutura nas cidades, principalmente nas periferias dos grandes centros urbanos, onde o saneamento básico é precário e há acúmulo de lixo, é um fator não negligenciável pelo número de incidência de pediculose, tungíase e escabiose. A desigualdade social e a miséria potencializam a incidência entre a população com menor acesso à informação, às condições de moradia e aos serviços municipais. Não raro, seres humanos e animais domésticos dividem o mesmo espaço de convívio, favorecendo o surgimento de enfermidades entre uma camada social com o mínimo de condições básicas de renda e higiene. Os parasitas e vetores geralmente possuem um ciclo de vida curto. Assim, apresentam intensa multiplicação com número elevado de indivíduos. As populações que vivem em situação de miséria, pobreza e vulnerabilidade social geram considerações favoráveis para multiplicação e manutenção do ciclo desses animais em suas habitações.

**IHU On-Line - Por que há carência de profissionais para essa área?**

**Gelson Luiz Fiorentin** - Além da carência, podemos destacar que parece não haver interesse, por muitos administradores, com a saúde das pessoas que mais necessitam. Estamos precisando educar para a prevenção. Nesse contexto, as crianças e adolescentes são os que sofrem as maiores consequências.

dentista generalista ou especialista em Saúde da Família e auxiliar e/ou técnico em Saúde Bucal. (Nota da IHU On-Line).

**IHU On-Line - Que características devem ter as equipes multidisciplinares para atender esse público?**

**Gelson Luiz Fiorentin** - Primeiro, as equipes precisam, realmente, ser constituídas por profissionais que possam observar além da patologia. Nesse caso, as pessoas e suas condições socioambientais são extremamente relevantes. Os profissionais devem estar preparados com “olhos clínicos” para elaboração de diagnósticos corretos.

**IHU On-Line - Quais são os principais desafios ao controle de pediculose, escabiose e tungíase no Brasil? No que o país avançou nas últimas décadas?**

**Gelson Luiz Fiorentin** - O Brasil avançou na área da saúde pública e na educação. Somente nos tornaremos um país desenvolvido por meio de um processo de educação de qualidade, iniciando pelo ensino fundamental. Qualificar e valorizar os profissionais e criar condições adequadas para exercer um trabalho com dignidade.

**IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?**

**Gelson Luiz Fiorentin** - Para uma abordagem em saúde coletiva, não basta apenas uma constituição de equipe multidisciplinar. Há necessidade e urgência de as áreas do conhecimento saírem de suas “caixinhas” e de seus saberes e adotarem uma intervenção interdisciplinar. Em uma realidade na qual atravessamentos como a miséria, a degradação ambiental, a falta de infraestrutura, o difícil acesso à informação e aos serviços públicos se manifestam aos pares, não há espaço para uma única visão, pois as expressões da questão social se manifestam sob vários prismas, necessitando, dessa forma, da soma dos conhecimentos.

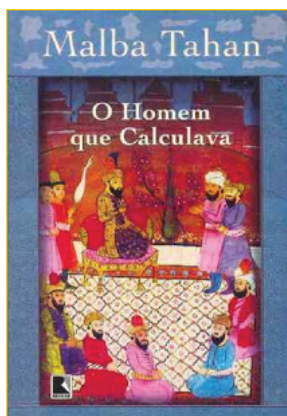
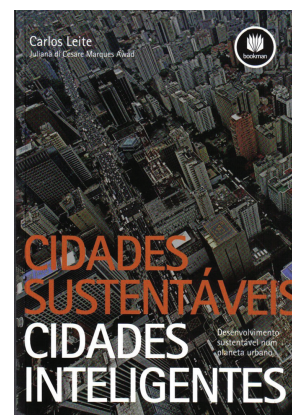


**SOUZA, Carlos Leite de; e AWAD, Juliana di Cesare Marques. Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes. Porto Alegre: Editora Bookman, 2012.**

O desenvolvimento futuro dos municípios e das cidades depende de um profundo planejamento em bens e serviços, informação e conhecimento, capital e pessoas. Nesse sentido, o livro 'Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes' introduz o conceito de sustentabilidade no planejamento das cidades, abordando seus maiores desafios do momento: questões ambientais, moradia, mobilidade, inclusão, segurança, oportunidades e governança.

Um ponto que destaco nesta obra acontece quando o autor analisa a reinvenção das cidades e insere os conceitos de inovação e economia criativa na discussão proposta, posicionando os processos que envolvem criação, produção e distribuição de produtos e serviços.

**Fabrizio Tarouco é coordenador do curso de Design da Unisinos.**



**TAHAN, Malba. O homem que calculava, 79. Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.**

O homem que calculava narra as aventuras de um calculista persa, chamado Beremiz Samir, no caminho entre Samarra e Bagdá, no século XIII. Ao longo da história, são apresentados problemas e curiosidades matemáticas, inspirados nos contos de Mil e Uma Noites. Malba Tahan ensinava matemática por meio da ficção e é aqui que reside a grande curiosidade. O autor Malba Tahan, nascido em 1885, na Árabia Saudita, cuja obra seria traduzida pelo fictício professor Breno Alencar Bianco, nada mais é do que o pseudônimo do matemático e escritor brasileiro Júlio César de Mello e Souza. Júlio César foi um aluno com mau desempenho em matemática, apontando o ensino tradicional como vilão. A própria biografia do professor, que ficou célebre por sua atuação inovadora, com uma didática própria, lúdica e divertida, é um enredo de ficção, visto que somente conseguiu destaque para os seus contos quando criou um fictício autor americano,

R. S. Slade, viabilizando a publicação de sua obra.

**Gustavo Paim é professor do curso de Direito da Unisinos.**



**CURY, Augusto Jorge. Pais brilhantes, professores fascinantes. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2003.**

Este livro é recomendado especialmente para pais, professores e todos os comprometidos com uma educação de excelência. O autor é médico psiquiatra, pós-graduado em psicologia social e cientista. Após realizar a leitura, alterei minha postura como pai e professor. "Falar do conhecimento sem humanizá-lo, sem resgatar a emoção da história, perpetua nossas misérias e não as cura." Ele mostra que, para sermos eficazes na educação, temos que usar as ferramentas utilizadas pelos pais brilhantes

e pelos professores fascinantes. Além disso, alerta para os pecados capitais dos educadores e ensina técnicas pedagógicas que podem revolucionar tanto a sala de aula como a sua casa.

Para terminar, uma mensagem que retirei do livro: "Bons pais dão oportunidades, pais brilhantes nunca desistem."

**João Hermes Nogueira Junqueira é professor do curso de Engenharia Civil da Unisinos.**



# Constituição 25 Anos: República, Democracia e Cidadania

O Instituto Humanitas Unisinos - IHU realiza entre os dias 2 de outubro e 19 de novembro de 2013 diversos debates sobre os 25 anos da Constituição no Brasil. O documento que marca a transição do Estado absoluto para o Estado libe-ral será discutido por pensadores de diversas áreas.

Os desafios de nossa jovem democracia são inúmeros, ainda mais quando se coloca em perspectiva a complexa rede formada por questões sociais, econômicas e ambientais. Os avanços e os limites da Constituição serão amplamente abordados nas dez conferências previstas para o seminário. Mais informações no link <http://bit.ly/1bMX8eT>.

## Programação

Data: 02-10-2013

Evento: A Constituição no Supremo Tribunal Federal: a (des) construção da democracia brasileira

Palestrante: Prof. Dr. Adriano Pilatti – Instituto de Direito/PUC-Rio

Horário: 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Evento: Vivências e Reflexões sobre o Processo Constituinte: o período pré e pós Constituição

Palestrante: Prof. Dr. Adriano Pilatti – Instituto de Direito/PUC-Rio

Horário: 20h às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Data: 03-10-2013

Evento: Constituição e Constituinte: limites, avanços, golpes e resistências

Palestrante: Prof. Dr. Dalmo de Abreu Dallari - USP

Horário: 20h às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Data: 15-10-2013

Evento: Cidadania e Republicanismo no Brasil: um olhar a partir da Constituição Federal de 88

Palestrante: Prof. Dr. José Geraldo de Sousa Júnior - UNB

Horário: 20h às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Data: 21-10-2013

Evento: Impactos econômicos do Marco Constitucional no Brasil

Palestrante: Profa. Dra. Tania Bacelar de Araújo – UFPE

Horário: 17h às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Data: 22-10-2013

Evento: A questão ambiental no Brasil e a Constituição Federal hoje. Avanços e retrocessos

Palestrante: Prof. MS André Lima - IPAM

Horário: 20h às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Data: 28-10-2013

Evento: Reconhecimento de culturas, direito à terra e a Constituição Federal de 88.

Mesa redonda com Prof. Dr. José Otávio Catafesto de Souza – LAE/UFRGS e Profa. MS Janaina Campos Lobo – INCRA - UFRGS.

Horário: 20h às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Data: 31-10-2013

Evento: A evolução processual, participação, representação e democracia progressiva a partir da Cons-tituição Federal de 1988

Palestrante: Prof. Dr. Luiz Werneck Vianna - PUC-Rio

Horário: em definição

Local: Sala Ignácio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Data: 06-11-2013

Evento: Ética, Política e Constituição no Brasil: 25 anos de avanços

Palestrante: Prof. Dr. Roberto Romano – Unicamp

Horário: 20h às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Data: 12-11-2013

Evento: O direito e a memória no Brasil a partir da CF 88

Palestrante: Prof. Dr. José Carlos Moreira da Silva Filho - PUCRS

Horário: 20h às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Data 18 e 19-11-2013

Evento: III Seminário: Observatórios, Metodologias e Impactos nas Políticas Públicas: Estado, Sociedade, Democracia e Transparência

Programação completa no link <http://bit.ly/1bMX8eT>

Data: 19-11-2013

Evento: CF, os Direitos Sociais e a cidadania

Palestrante: Profa. Dra. Maria da Gloria Gohn - Unicamp

Horário: 20h às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU